

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**FLUXOS COMERCIAIS DO APL DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO
SUBMÉDIO DO SÃO FRANCISCO – PERNAMBUCO/BAHIA: UMA ANÁLISE DE
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DAS POLÍTICAS**

ÉDER LIRA DE SOUZA LEÃO

**RECIFE,
2011**

ÉDER LIRA DE SOUZA LEÃO

FLUXOS COMERCIAIS DO APL DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO
SUBMÉDIO DO SÃO FRANCISCO – PERNAMBUCO/BAHIA: UMA ANÁLISE DE
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DAS POLÍTICAS

Éder Lira de Souza Leão

**Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Lúcia Maria
Góes Moutinho**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural.

RECIFE,
2011

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal Rural de Pernambuco

L437f Leão, Éder Lira de Souza
Fluxos comerciais do APL de fruticultura irrigada do Vale
do Submédio do São Francisco – Pernambuco / Bahia: uma
análise de aspectos socioeconômicos e das políticas / Éder
Lira de Souza Leão. – 2011.
157 f.: il.

Orientadora: Lúcia Maria Góes Moutinho.
Dissertação (Mestrado em Administração e
Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Departamento de Letras e Ciências Humanas,
Recife, 2011.

Inclui referências e anexo.

1. Fruticultura irrigada 2. Arranjo produtivo local
3. Desenvolvimento local 4. Fluxos comerciais 5. Vale do
Submédio do São Francisco I. Moutinho, Lúcia Maria Góes,
orientadora II. Título

CDD 338.98134

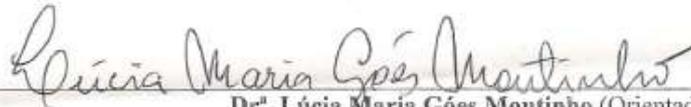
ÉDER LIRA DE SOUZA LEÃO

FLUXOS COMERCIAIS DO APL DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO
SUBMÉDIO DO SÃO FRANCISCO – PERNAMBUCO/BAHIA: UMA ANÁLISE DE
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DAS POLÍTICAS

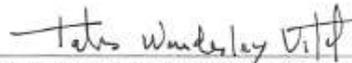
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade
Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Administração e
Desenvolvimento Rural sob a orientação da Profª Drª. Lúcia
Maria Góes Moutinho.

BANCA EXAMINADORA

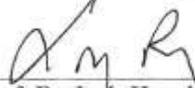
APROVADO EM: 18 DE FEVEREIRO DE 2011



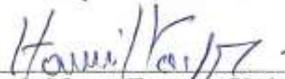
Drª. Lúcia Maria Góes Moutinho (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural
da Universidade Federal Rural de Pernambuco



Prof. Dr. Tales Wanderley Vital (Examinador Interno)
Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural
da Universidade Federal Rural de Pernambuco



Prof. Dr. Luís Henrique Romani Campos (Examinador Externo)
Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco



Prof. Dr. Hamilton de Moura Ferreira Júnior (Examinador Externo)
Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

FAMÍLIA

A minha mãe, por sua força e carinho.

A Naninha, irmã.

A Quidoval, um pai.

A minha família, pela atenção e por acreditar em mim.

AMOR

A minha Renata, flor que me cativou com seu amor e confiança. Te amo.

AMIZADE

A Sérgio, Taciana, Sofia e Soraya, amizade e paixão pelo PADEJA

A Thiago e Marco, grande amigo.

Ana Arcoverde, Tarcísio por me motivarem e me ensinarem.

A professora Lúcia, por acreditar no meu potencial.

A Luis Henrique e Isabel pela força e aprendizado.

A Tales, por inspirar e desafiar.

A todos, com trabalhei, lutei, atuei, aprendi nessa caminhada.

Manga

*Espada, ubá, rosari,
rosa, jasmim, maranhão,
manga, manguito, primavera,
chuva de cheiro de chão*

*Suco na boca,
fiapo no dente,
a manga enfeitiça
ar de travessa
cor da preguiça*

*De cima, olha a rua,
diverte na praça,
mexe em telhado,
manga de graça,
roça da gente.*

*Maranhão, espada, rosa,
manguito, rosari, ubá,
jasmim, primavera e a manga de itamaracá.*

(Everardo Norões)

RESUMO

A dissertação avalia as relações entre o Arranjo Produtivo Local de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco e os Fluxos Comerciais Interestaduais e Internacionais de Pernambuco e Bahia. O APL estudado se insere num contexto econômico global de profundas mudanças na competição, pois abordagens como cooperação e inovação tecnológicas passaram a ser tanto instrumentos analíticos como componentes essenciais para formulação de políticas. A base conceitual utilizada sobre APLs partiu dos trabalhos e estudos pioneiros da Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais/RedeSist, um grupo de pesquisa interdisciplinar do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que vem trabalhando em parceria com várias universidades e institutos de pesquisas no Brasil e no Exterior e que tem como fio metodológico os estudos sobre identificação e desenvolvimento do conceito de arranjos e sistemas produtivos locais. Este estudo buscou responder as seguintes questões: i) Qual a vantagem, na perspectiva socioeconômica, de uma mudança no fluxo de comércio dos Arranjos Produtivos Locais?; e ii) que políticas de desenvolvimento local integrariam a produção de APLs de Pernambuco e Bahia a dinâmica econômica dos Estados. As respostas aos problemas, bem como aos objetivos da pesquisa, se apóiam em dados secundários (bibliográfica e documentos) que buscam aprofundar as temáticas sobre Arranjos Produtivos Locais, Desenvolvimento Local, Políticas e especialmente Fluxos Comerciais, compreendendo aspectos e relações singulares que nem sempre são sistematizadas e analisadas com os devidos instrumentos analíticos. Para complementar a análise dos dados obtidos e referências utilizadas realizaram-se entrevistas e consultas com atores-chave do APL. Os procedimentos metodológicos e as referências conceituais principais da dissertação foram: Desenvolvimento Local, Arranjos Produtivos Locais, Políticas e Fluxos Comerciais. O cenário da pesquisa é a região denominada de Vale do Submédio do São Francisco/VSMSF, no semiárido de Pernambuco e Bahia, região destacada devido aos investimentos em irrigação, pesquisa, produção, e, exportação de frutas, hortaliças e vinhos. A base de dados sobre registro de produtos utilizada para construção do Fluxo Comercial é a disponibilizada pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC) por intermédio do ALICE-Web – Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet – para os valores de Exportação e Importação. A outra é baseada na classificação fiscal e disponibilizada pelas Secretarias da Fazenda de Pernambuco (SEFAZ-PE) e da Bahia (SEFAZ-BA), que a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) registra as Entradas e as Saídas de mercadorias e insumos nos Estados. Nas considerações verificou-se que os principais produtores, exportadores e importadores tem posições e relações diferentes nas transações comerciais, e que cada vez mais é necessário fortalecer o ambiente institucional dos aglomerados produtivos, estimulando a competição, o aprendizado e o conhecimento por meio da cooperação e inovação. As relações de proximidade entre atores de um território são vantagem na promoção da inovação tecnológica, elemento fundamental no desenvolvimento local e global do APL. No que concerne aos fruticultores do Vale do Submédio do São Francisco, o foco continua sendo o mercado externo, mas com um viés forte para o mercado interno, especialmente por meio das grandes redes de varejo, e também a agroindústria.

Palavras- Chave: fruticultura irrigada. Arranjo Produtivo Local, fluxos comerciais, Vale do Submédio do São Francisco.

ABSTRACT

The dissertation examines the relations between the Local Production Arrangement Irrigated Fruitculture São Francisco Valley Submid and the Trade Flows Interstate and International Pernambuco and Bahia. The APL is studied part of a global economic context of profound changes Competition, as approaches such as cooperation and innovation technology became both analytical instruments as essential for policy formulation. The conceptual basis used on clusters came from work and pioneering studies of the Research Network on Local Productive and Innovative Systems / RedeSist, a group interdisciplinary research at the Institute of Economics Federal University of Rio de Janeiro, which has working in partnership with several universities and research institutes in Brazil and abroad and has wire as methodological studies of identification and developing the concept of arrangements and systems local production. This study addressed the following issues: i) What is the advantage in perspective socioeconomic status, a change in the flow of trade in Local Production? And ii) that policies local development would integrate the production of APLs Pernambuco and Bahia, the economic states. The answers to problems, as well as the goals of research, are based on secondary data (literature and documents) that seek to deepen the thematic Local Production, Local Development, Policy and Trade Flows in particular, understanding aspects and relationships which are not always natural systematized and analyzed with the appropriate instruments analytical. To complement the data analysis and references used interviews were conducted and consultations with key actors in the cluster. Procedures methodological and conceptual references of the main dissertation were: Local Development, Local Production Arrangement, Policy and Trade Flows. The research scenario is the area called the São Francisco Valley Submid/VSMSF at semiarid Pernambuco and Bahia, highlighted region due to investments in irrigation, research, production, and export of fruits, vegetables and wines. The database on registration of products used for construction of Trade flow is provided by the Department of Foreign Trade, Ministry of Development, Industry and Trade (SECEX) through ALICE-Web - System Information Analysis Trade via Internet - to values Export and Import. The other is based on tax code and made available by the Registry Treasury of Pernambuco (SEFAZ-PE) and Bahia (SEFAZ-BA) that from the National Classification of Activities Economics (CNAE) records the inputs and outputs goods and supplies in the States. The considerations it was found that the major producers and exporters importers have different positions and relations in commercial transactions, and that more is needed strengthen the institutional environment of clusters productive, stimulating competition, learning and knowledge through cooperation and innovation. The closer relationships between actors of a territory are advantage in promoting technological innovation element instrumental in developing local and global APL. In respect to the fruit growers of the VSMSF, the focus remains on the external market, but with a strong bias for the internal market, especially through large retail chains, and also agribusiness.

Key-words: irrigated fruitculture. local production arrangement, trade, Irrigated Fruit, Valley of Submid São Francisco

LISTA DE SIGLAS

ACP – África Negra, Caribe e Pacífico
AD DIPER – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
ALICE-Web – Sistema e Análise das Informações de Comércio Exterior
Apex – Agência de Promoção de Exportações
APL – Arranjo Produtivo Local
Aprovale – Associação de Pequenos Produtores do Vale
BACEN – Banco Central do Brasil
BGMB – Brazilian Grape Market Board
BNB – Banco do Nordeste do Brasil,
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Camex – Câmara de Comércio Exterior
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CEPLAN – Consultoria Econômica e Planejamento
Chesf – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNAE – Classificação Nacional Atividades Econômicas
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba;
CVSF – Comissão do Vale do São Francisco
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
Embrapa/CPATSA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/ Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido
ESAM/UFERSA – Escola Superior de Agricultura de Mossoró/Universidade Federal Rural do Semiárido
FACAPE – Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Petrolina
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FASJ – Faculdade São Francisco de Juazeiro
Fundaj – Fundação Joaquim Nabuco
FUNPEC - Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio)
GEIDA – Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola
GTP-APL – Grupo de Trabalho Permanente sobre Arranjos Produtivos Locais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibraf – Instituto Brasileiro de Fruticultura
Inova PE – Estudo prospectivo Iniciativas Estratégicas para Apoiar Inovações no Nordeste
IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco
Irapa – Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada
ITEP – Instituto de Tecnológico de Pernambuco
MAD – Mosca / Armadilha / Dia
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia,
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MI – Ministério da Integração Nacional

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego,
NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul
OMC – Organização Mundial do Comércio
PADFIN – Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste
PAM – Produção Agrícola Municipal
PEE – Programa Especial de Exportações
PIF – Produção Integrada de Frutas
PROINE – Programa Nacional de Irrigação/PRONI e Programa de Irrigação do Nordeste
RedeSist – Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais/
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior
SEFAZ – Secretaria da Fazenda
SICVALE – Sistema Integrado de Comercialização de Frutas do Vale do Submédio do São Francisco
SPL – Sistema Produtivo Local
Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/
Suvale – Superintendência do Vale do São Francisco
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFPE – a Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNEB – Universidade Estadual da Bahia
Univasf – Universidade Federal do Vale do São Francisco
UPE – Universidade de Pernambuco
VALEEXPORT - Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do Submédio do São Francisco
Vinhovaf – Instituto do Vinho do Vale do São Francisco
VSMSF – Vale do Submédio do São Francisco

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURAS

Figura 1	Vale do Submédio do São Francisco	21
Figura 1.1	Modelo de Análise	30
Figura 2.1	Interação e Destino da Produção de Frutas do VSMSF	64
Figura 2.2	Relação das Instituições e Empreendimentos do APL de Fruticultura Irrigada do VSMSF	65
Figura 3.1	Esquema Produtivo Simplificado da Fruticultura	69
Figura 3.2	Destinos das Exportações Brasileiras de Uva	91
Figura 3.3	Destinos das Exportações Brasileiras de Manga	93
Figura 3.4	Destinos das Exportações Brasileiras de Melão	94
Figura 3.5	Destinos das Exportações Brasileiras de Coco.	95

GRÁFICOS

Gráfico 4.1	Balança Comercial do Brasil, 1991 a 2010 (em US\$)	98
Gráfico 4.2	Balança Comercial de Pernambuco, 1991 a 2010 (em US\$)	99
Gráfico 4.3	Balança Comercial da Bahia, 1991 a 2010 (em US\$)	100
Gráfico 4.4	Exportações de Uva do APL Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco (PE/BA), 1989 a 2010 (em US\$)	106
Gráfico 4.5	Exportações de Manga do APL Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco (PE/BA), 1989 a 2010 (em US\$)	107
Gráfico 4.6	Exportações de Melão do APL Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco (PE/BA), 1989 a 2010 (em US\$)	109

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADROS

Quadro 1.1	Cruzamento de CNAEs, NCMs, Estados e Municípios no APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco	27
Quadro 1.2	Relação de fontes de dados secundários e sua aplicação na pesquisa	28
Quadro 2.1	Análise SWOT da Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio São Francisco	55
Quadro 2.2	Síntese da Evolução das Políticas e Ações para o Desenvolvimento da Fruticultura no Vale do Submédio do São Francisco e Nordeste	57

TABELAS

Tabela 2.1	Área Cultivada das Lavouras Permanentes e Temporárias no APL de Fruticultura Irrigada do Vale do São Francisco, 2009	49
Tabela 3.1	Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Produção de Frutas no Mundo, Continentes e Regiões (1990 - 2009); Principais Produtores de Frutas em 2009	81
Tabela 3.2	Brasil, Nordeste, Estados selecionados e Municípios do Vale do Submédio do São Francisco: Manga, Uva, Coco-da-baía e Melão – Quantidade Produzida	87
Tabela 4.1	Área Plantada e Quantidade Produzida de Manga, Uva, Coco-da-baía e Melão, em Pernambuco, Bahia, Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e outros municípios do APL, 2008	102
Tabela 4.2	Peso (%) da Área Plantada e Quantidade Produzida de Manga, Uva, Coco-da-baía e Melão no APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco em relação às áreas plantadas e quantidades produzidas somadas da Bahia e Pernambuco, 2008	103
Tabela 4.3	Comparação do Desempenho da Quantidade Produzida e das Exportações de Melão no Nordeste, Vale do Submédio do São Francisco (PE/BA) e Polo Açú/Mossoró (RN), 2006 a 2009	110
Tabela 4.4	Fluxo Interestadual da Fruticultura Irrigada do APL do Vale do Submédio do São Francisco (em R\$)	112
Tabela 4.5	Fluxo Comercial Interno de Melão, Uva, Coco-da-baía e Manga (em R\$)	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	24
1.1 Levantamento de Dados e Procedimentos Metodológicos para elaboração do Fluxo Comercial do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Sertão de São Francisco – PE/BA	26
1.2 Modelo de Análise	30
1.3 Referencial Teórico	31
1.3.1 Arranjos Produtivos Locais	32
1.3.2 Desenvolvimento Local	34
1.3.3 Tipos de Políticas	36
1.3.4 Fluxos Comerciais	38
CAPÍTULO 2 – APL DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO SUBMÉDIO DO SÃO FRANCISCO	41
2.1 Formação e Importância do APL	42
2.2 Políticas para o APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco	55
2.3 Destinos da Produção de Frutas e Organização Institucional do APL	62
CAPÍTULO 3 – MERCADO MUNDIAL DE FRUTAS	68
3.1 Cenários da Produção e Comercialização Internacional de Frutas	81
3.2 Comércio Externo e Interno de Uva, Manga, Melão e Coco	84
CAPÍTULO 4 – FLUXO COMERCIAL DO APL DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO SUBMÉDIO DO SÃO FRANCISCO	96
4.1 Balança Comercial do Brasil, Pernambuco e Bahia	97
4.2 Participação do APL na produção e área cultivada e Manga, Uva, Coco-da-	100

baía e Melão	
4.3 Fluxo Comercial Internacional do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco	104
4.4 Fluxo Comercial Interestadual do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS	116
REFERÊNCIAS	123
LISTA DE ANEXOS	135

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é avaliar as relações entre o Arranjo Produtivo Local de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco e os fluxos comerciais interestaduais e internacionais de Pernambuco e Bahia.

Este APL está inserido num novo contexto de mercado global, onde a cooperação e inovação tecnológica expandem as possibilidades de vínculos culturais e sociais, bem como promove mudanças dos aspectos socioeconômicos, a partir da criação de novas relações produtivas e comerciais. O acirramento do comércio exterior de frutas *in natura* com a entrada de novos produtores-exportadores, e a imposição de novas barreiras tarifárias e não-tarifárias, induziu as empresas frutícolas e demais atores institucionais a questionar sobre a vantagem de mudanças no fluxo comercial, principalmente em Arranjos Produtivos Locais e sobre quais políticas seriam implementadas (e atores teriam participação) para fortalecer o APL como território estratégico para o desenvolvimento econômico do Estado.

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) se configuram no Brasil como abordagens estratégicas para o desenvolvimento da base econômica e social do território. Tornando-se, nesse âmbito, instrumento analítico para a governança local, mas principalmente, ferramenta para gerar inovação, base do desenvolvimento local. Nessa direção, inclui o interesse de articular e executar ações e políticas públicas e sociais que priorizem as características intrínsecas dos atores locais e dinamizem não somente a economia, mas também os fatores intersubjetivos e interdependentes do território.

No Brasil, em razão de seus limites geográficos apresentarem dimensões continentais¹ é incutido uma diversidade de territórios e de trajetórias históricas distintas, conferindo-lhe, portanto, iniciativas produtivas e de desenvolvimento em todo o país, cada qual adquirindo conotações e contornos próprios, de acordo com suas condições socioeconômicas e potencialidades.

As atuais políticas governamentais – em níveis nacional e regional – reconhecem esses novos territórios e seu tecido institucional como um novo direcionamento para elaboração de novas estratégias de governança e de políticas para o desenvolvimento numa escala local. Todavia, a mesma dimensão continental, embora seja uma condição importante para fortalecer o mercado interno, assim como diversificá-lo, também pode tornar-se um entrave, haja vista que muitas dessas iniciativas estão geograficamente espalhadas, dificultando uma soma da

¹ A área do Brasil é de 8.514.876,599 Km², o que equivale a 47% do território Sul-Americano.

capacidade desses APLs na geração de mudanças estruturais, e uma das razões seria o baixo orçamento das esferas públicas municipais, que provoca uma redução de sua autonomia na atuação junto aos APLs identificados (BACELAR, 2004). Além disso, tanto o governo local como outros atores importantes ainda possuem pouco acesso ou mesmo desconhecem materiais e informações relevantes, para começar a atuar associativamente pelo interesse econômico e social do território. Um dos motivos seria o conservadorismo desses agentes que caminham na dependência dos recursos de “cima”, oriundos das esferas públicas estadual e federal, bem como das elites econômicas (BACELAR, 2004).

Os territórios possuem traços distintos de desigualdades socioeconômicas, por sua vez, o planejamento de políticas para desenvolvimento também requer ações específicas que reconheçam essas desigualdades e a identificação de potencialidades e características singulares em várias regiões. Nesse âmbito, o atual Governo Federal, em parceria com os empresários, governanças e instituições locais, planejaram políticas e projetos orientados para fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais, por meio de vários órgãos e ministérios, tais como: Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/MDIC, Ministério da Integração Nacional/MI (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba/Codevasf), Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, Ministério da Ciência e Tecnologia/MCT, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Embrapa, Banco do Nordeste do Brasil/BNB, Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas/Sebrae, entre outros que também compõem o Grupo de Trabalho Permanente sobre Arranjos Produtivos Locais/GTP-APL² e fazem parte de fóruns, redes e articulações institucionais territoriais.

Somam-se a estas ações os investimentos nacionais que estão sendo realizados em projetos estruturantes, em Pernambuco e na Bahia destacam-se o Projeto de Integração das Bacias do Rio São Francisco, Duplicação da BR-101 e a Ferrovia Nova Transnordestina, que perpassam diversos territórios de APLs nos Estados, que dada sua natureza poderá fortalecer os mercados locais e inter-regionais, principalmente nas regiões mais afastadas das metrópoles.

O debate conceitual em torno dos APLs no Brasil iniciou nos anos 1990 e partiu dos trabalhos e estudos pioneiros da Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos

²O GTP/APL é uma articulação que envolve 33 instituições públicas e privadas de âmbito nacional no objetivo de promover as ações governamentais acerca do tema. Mais informações: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=2985>

Locais/RedeSist, um grupo de pesquisa interdisciplinar do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que vem trabalhando em parceria com várias universidades e institutos de pesquisas no Brasil e no Exterior e que tem como fio metodológico os estudos sobre identificação e desenvolvimento do conceito de arranjos e sistemas produtivos locais.

Em razão desses trabalhos e construção de um arcabouço teórico-metodológico cunhou-se vários termos que analisam as diferentes estruturas e características do desenvolvimento local a partir de aglomerados produtivos. Entre os mais utilizados, tornando-se inclusive um jargão, está o termo Arranjo Produtivo Local/APL que segundo Lastres e Cassiolato (2005:3), refere-se a:

“conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem. Geralmente incluem empresas – produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de equipamentos e outros insumos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, etc., cooperativas, associações e representações - e demais organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento”

Na medida em que esta abordagem tornou-se importante no Brasil para os planejadores de políticas, algumas instituições públicas e privadas também modelaram este conceito, adaptando ou incorporando às características e objetivos da instituição, criando, abrangendo, os conceitos e seus significados. Contudo, mantendo a característica principal, que é a aglomeração de empresas e de instituições num mesmo território em torno de uma atividade produtiva predominante. Em vista dessas várias referências conceituais sobre APL, este estudo focará o conceito difundido pela RedeSist/UFRJ para analisar o APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco.

Justificativa e Problemática

Nas décadas de 1980 e 1990 diminuíram – significativamente – as distâncias geográficas e aceleraram as relações no mercado, do Global ao Local, concomitante ao surgimento de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). No Brasil, em razão dessas mudanças, houve a supressão das barreiras comerciais no início dos anos 1990, que perduraram por décadas, e que por sua vez deram fim ao predomínio de um modelo de desenvolvimento voltado para dentro, denominado industrialização por substituição de

importações (ISI), que gerava pouca competição, e conseqüentemente, pouca ou nenhuma inovação.

A abertura comercial no Brasil reflete-se nos seus territórios, com atividades produtivas aglutinadas e com algum grau de interdependência, que passaram a ser importantes para atrair investimentos e renda, principalmente na promoção do desenvolvimento das economias locais, tornando-se, portanto, mais do que aglomerações setoriais de fábricas e pequenas e médias empresas. Atrelado a esse processo da política econômica brasileira, os governos municipais, após a elaboração da Constituição de 1988 que permitiu a descentralização do Estado Nacional tornou os Estados e Municípios também responsáveis pelo progresso econômico e social do local revelado desde a atração de novos investimentos e empresas (oferecendo subsídios ou concessões para permitir a competitividade) até as transformações sociais, políticas, culturais e ambientais.

Termos como empreendedorismo, localismo, sistema de inovação, conhecimento, aprendizagem, sustentabilidade, governança, cooperação, capital social são características intrínsecas a esse novo contexto de organização de autonomia política dos municípios e de estratégia competitiva das empresas, considerando que estas se constituem como atores estratégicos do local, na gestão global. Nesse âmbito, o Local se define, portanto, como um território de intensa diferenciação e especialização, em contraponto ao Global, que preconiza a homogeneização e padronização do mercado. A formação e identificação de aglomerações produtivas, destacando-se os Arranjos Produtivos Locais (APLs), no Brasil, são decorrentes das transformações econômicas e sociais provocadas pela reestruturação produtiva, organização política e abertura comercial, ocorridas no final do século XX.

Nos Estados de Pernambuco e da Bahia foram identificados diversos APLs, por meio de várias fontes institucionais, em diferentes setores, a partir de uma pesquisa de mapeamento realizado pelo convênio FUNPEC/BNDES³ (Quadro A1)⁴. Por meio de documentos de instituições públicas e privadas levantaram-se dados e informações que possibilitaram identificar e localizar APLs apoiados nos referidos Estados. Também, soma-se a esta lista APLs, que mesmo identificados em mapeamentos e listagens de entidades importantes, tanto acadêmicas quanto de fomento, ainda não foram apoiadas institucionalmente (Quadro A2)⁵. Além desses, existem outros APLs não incluídos em listagens e mapeamentos elaborados por

³ Fundação Norte-Rio Grandense de Pesquisa e Cultura/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (www.funpec.br)

⁴ Ver Lista de Anexos: Página 135

⁵ Ver Lista de Anexos: Página 136

instituições de fomento e de pesquisa, mas que foram destacados nesses relatórios (Quadro A3)⁶.

Dentre os APLs de Pernambuco e Bahia identificados e apoiados, não apoiados e não incluídos em listagens e mapeamentos institucionais, há atividades econômicas agropecuárias, industriais, extrativistas e de serviços, revelando a capacidade desses Estados no que tange à diversificação. Todas as mesorregiões de Pernambuco estão contempladas com mais de um APL, e na Bahia, exceto a mesorregião do Extremo Oeste Baiano⁷, todas as demais possuem vários aglomerados identificados. Além deste espraiamento dos APLs pelas regiões dos Estados, que mostra as possibilidades de desenvolvimento de políticas socioeconômicas, também é importante frisar que algumas dessas aglomerações representam uma parte significativa do crescimento da região, bem como seu dinamismo econômico.

Todavia, em relação ao APL ser um fator de dinamismo econômico, em Pernambuco, particularmente a Zona da Mata, região onde predomina a produção canavieira, e que historicamente exerce influência sobre flutuações da economia da região e do Estado, constata-se como menos desenvolvida econômica e socialmente. Com relação a outras atividades econômicas, para além do setor canavieiro, identificam-se três outras iniciativas produtivas locais: artesanato, música e ritmos e agricultura familiar orgânica. Estas atividades estão concentradas territorialmente e de forma justaposta aos engenhos de cana-de-açúcar, mas que possuem pouca atratividade de investimentos e de empreendimentos, por serem ainda atividades incipientes em ganhos de produtividade. O artesanato e a música têm conferido para alguns municípios a conotação de “Terra”, atribuição dada à característica cultural principal do município, por exemplo: Terra do Maracatu (Nazaré da Mata); Terra do Artesanato de Barro (Tracunhaém). Por sua vez, a agricultura familiar orgânica, atividade de concentração recente, transpôs a barreira da plantação canavieira, demonstrando um forte viés para a geração de trabalho e renda para agricultura familiar, corroborada pela tendência de crescimento da comercialização desses produtos em diversas feiras e espaços agroecológicos no Estado, principalmente na capital, Recife, com aproximadamente 16 feiras (LEÃO e VITAL, 2010). Ainda assim, estes APLs não conferem à região uma contribuição significativa para o crescimento, mas possibilita uma direção alternativa para muitos trabalhadores, entre jovens, mulheres, desempregados, trabalhadores temporários e outros que dependem da sazonalidade dos trabalhos direto e indireto do setor sucroalcooleiro.

⁶ Ver Lista de Anexos: Página 138

⁷ Região com a maior produção agropecuária do Estado, principalmente de soja e algodão, identificou-se apenas um APL, o de Grãos.

As demais regiões de Pernambuco e Bahia – do Sertão às respectivas Regiões Metropolitanas – apresentam aglomerações territoriais com empreendimentos e instituições que são responsáveis pelo fortalecimento de mercados locais. Nesses mercados são geradas novas ofertas e demandas, que modificam as infraestruturas, particularmente logística (rodovias e ferrovias), energética e abastecimento de água, para se adaptarem a esse novo mercado. As instituições públicas e privadas são componentes importantes para a promoção de políticas de inovação que se inserem a esse *círculo virtuoso*, colaborando e apoiando em ações fundamentais – como formação, informação, inovação, crédito, assistência técnica, fomento à atividade produtiva, fortalecimento da governança, promoção e articulação de políticas para o APL – evitando efeitos de restrições e pontos de estrangulamento.

Convergem-se para os APLs, atividades produtivas num intenso fluxo financeiro e comercial de entradas e saídas de bens e serviços, com outros Estados e outros países. Nesse ínterim, as empresas e instituições dos arranjos têm seus papéis ampliados nas relações econômicas com outros “nichos” de mercado. Analisando o saldo das transações comerciais, e alguns desses arranjos produtivos, percebe-se que são superavitários, outros deficitários, contudo, essa contabilização evidencia como os APLs contribuem para o destino das entradas e saídas dos insumos, produtos e recursos financeiros e de capitais. A análise do fluxo comercial, especialmente dos APLs, poderá identificar possíveis entraves e pontos de estrangulamento nos fluxos comerciais, que atrasam ou bloqueiam seu desenvolvimento e uma vez identificados, poderão ser objeto de políticas e ações, num planejamento conjunto que envolve seus principais atores.

Diante dessa contextualização e problematização, essa dissertação estudou sob a perspectiva socioeconômica, as vantagens de mudanças (ou manutenção) no fluxo de comércio de setores econômicos concentrados territorialmente. Os que apresentem singularidades e qualidades para formação de um arranjo de produção voltado para o desenvolvimento local. Para isso, foram investigadas diversas referências e bases de dados que possibilitaram a comparações e análises, os quais serão apresentados no Capítulo 1.

Neste caso, as atividades econômicas agropecuárias identificadas como APLs, atendem, em princípio, a essas características, pois dispõem de um conjunto de informações mensuradas estatisticamente para regiões e municípios, como: área de cultivo, produção, comércio e emprego, que facilitam a aproximação dos dados para construir a dinâmica do fluxo comercial dos arranjos produtivos locais, pois estes estão identificados em territórios que transpõem as delimitações do espaço geográfico. Pois, território não é um simples espaço

físico, mas uma representação simbólica, subjetiva, construída socialmente com as referências culturais dos que lá vivem (HAESBERT, 2004)

Entre os APLs de atividade agrícola nos Estados, o de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco (Figura 1) sobrepõe-se sobre as outras atividades, inclusive sendo um destaque nacional e internacional, primeiro por sua capacidade competitiva para exportação, segundo, pela modernização da produção, e por fim, pela articulação institucional – envolvendo empresários, grandes produtores, órgãos públicos, bancos financiadores, formação de uma base exportadora e de pesquisa e ensino – que por meio de investimentos, políticas e ações promoveram mudanças significativas nesta região e possibilitaram o reconhecimento das duas primeiras características citadas, tornando-a mais que um espaço de produção e comércio, mas também um território de desenvolvimento de vida e trabalho, em seus vários aspectos: econômicos, sociais, educacionais, ambientais, culturais e políticos.



Figura 1: Vale do Submédio do São Francisco
Fonte: SILVA, 2001

A escolha do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco, além dos critérios e características destacadas acima, condiciona-se também por sua localização, no semiárido nordestino, extremo oposto das Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador, ou seja, principais centros de negócios e políticos de Pernambuco e Bahia, respectivamente, e também dos principais canais de acesso a comercialização regional e internacional – rodovias, aeroporto e portos. Contudo, nem essa distância e nem as

dificuldades logísticas impediram que este território crescesse e se desenvolvesse, contém cada vez mais novos investimentos que visam a superação desses gargalos e fortaleçam a região, especialmente a conurbação entre Petrolina e Juazeiro, num importante centro de agronegócios.

Deste modo, para apresentar e debater sobre os APLs, com intuito de alcançar os objetivos da dissertação, a pesquisa está organizada em quatro capítulos descritos a seguir.

No primeiro capítulo são apresentados os objetivos e aspectos teórico-metodológicos da dissertação, demonstrando a construção da pesquisa atrelada às principais referências conceituais do estudo: Desenvolvimento Local, Arranjos Produtivos Locais, Tipos de Políticas e Fluxos Comerciais. Sucede a este referencial teórico o detalhamento do levantamento dos dados secundários e dos procedimentos de organização e utilização dessas informações para elaborar o Fluxo Comercial do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco – Pernambuco/Bahia. A base desse curso metodológico está alicerçada nos relatórios da pesquisa da FUNPEC/BNDES⁸ intitulada “*Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte e Nordeste do Brasil e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais em Estados Nordestinos Selecionados*”, particularmente a Nota Técnica 4 (MOUTINHO, 2009b; FERREIRA JÚNIOR, 2009b) que analisa a balança de pagamentos de Pernambuco e Bahia e a importação dos APLs no fluxo de comércio intra e inter-regional. Sintetizando esse capítulo e traçando os passos seguintes, apresenta-se o modelo de análise do estudo que visa orientar a busca dos resultados da pesquisa.

O segundo capítulo apresenta a formação do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco, e os aspectos socioeconômicos e as políticas da região. Em relação ao Vale do Submédio do São Francisco foram apresentados os aspectos socioeconômicos, a partir de informações e dados das instituições que atuam ou estudam sobre a região, tais como: Banco do Nordeste do Brasil/BNB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES, Codevasf, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Embrapa, Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas/Sebrae, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, Fundação Joaquim Nabuco/Fundaj, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco/Condepe-Fidem, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia/SEI, entre outras. Para a descrição da formação do APL, assim como dos aspectos inovativos e de aprendizagem para o desenvolvimento na Fruticultura Irrigada do

⁸ Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Mais informações: <http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>

Vale do Submédio do São Francisco foram utilizados o mesmo aporte de informações institucionais apontadas acima, em conformidade com estudos e trabalhos que contribuíram para resumir a região e o arranjo estudado, a saber: Vital (1997), Lima e Miranda (2001), Favero (2008), INTG (2009), entre outros. Em seguida, descreve as políticas para o APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco em suas várias esferas públicas e as ações aplicadas por ministérios, secretarias, órgãos públicos e Organizações da Sociedade Civil, entre outras formas coletivas de institucionalidade. Em sequência, são relacionados os investimentos realizados e previstos, bem como as políticas e ações direcionadas para o APL de Fruticultura Irrigada.

O terceiro capítulo descreve a dinâmica do mercado mundial de Fruticultura Irrigada, em seguida discute o panorama internacional da fruticultura, e por fim a configuração do comércio externo e interno da Uva, Manga, Melão e Coco.

No quarto capítulo apresentam-se os fluxos comerciais dos Estados e a relação com o APL estudado e analisam-se as mudanças nos fluxos de comércio. A base de dados sobre o registro de produtos que foi utilizada para construção do fluxo comercial é a disponibilizada pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC) por intermédio do ALICE-Web⁹ – Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior, via Internet – para os valores de Exportação e Importação. A outra é baseada na classificação fiscal e encontra-se disponibilizada pelas Secretarias da Fazenda de Pernambuco (SEFAZ-PE) e da Bahia (SEFAZ-BA), que a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) registra as Entradas e as Saídas de mercadorias e insumos nos Estados.

Após os dados e análises do APL, das Políticas e do fluxo comercial (FC), seguem as conclusões e as proposições de políticas que fazem a parte preponderante dos resultados da pesquisa e que visam tornar o conceito e metodologia de APL e do FC importantes instrumentos de análise e fomento do desenvolvimento local.

⁹ Mais informações: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos e as referências conceituais principais da dissertação foram: Desenvolvimento Local, Arranjos Produtivos Locais, Políticas e Fluxos Comerciais. O cenário da pesquisa é a região denominada de Vale do Submédio do São Francisco/VSMSF, no semiárido de Pernambuco e da Bahia, região destacada devido aos investimentos em irrigação, pesquisa, produção, exportação de frutas, hortaliças e vinhos. Os municípios selecionados para o estudo compreendem mais especificamente aqueles identificados em listagens e mapeamentos institucionais, como sendo os mais importantes na composição dos Arranjos Produtivos Locais da Fruticultura Irrigada no Sertão de São Francisco em Pernambuco (Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó) e Bahia (Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sento Sé). Em razão das limitações geográficas dos Estados nota-se que são registrados como dois APLs, inclusive por um mapeamento recente elaborado em uma pesquisa da FUNPEC/BNDES (MOUTINHO, 2009a; FERREIRA JÚNIOR, 2009a), no entanto verifica-se que se trata de um território e que funciona de forma sistêmica. É uma das maiores conurbações do semiárido, além de serem desenvolvidas políticas integradas e pesquisas acadêmicas que visualizam como um único Arranjo Produtivo Local.

Portanto, a análise desse estudo do APL de Fruticultura Irrigada procurou responder as seguintes questões da pesquisa:

Qual a vantagem, na perspectiva socioeconômica, de uma mudança no fluxo de comércio dos Arranjos Produtivos Locais?

Que políticas de desenvolvimento local integrariam a produção de APLs de Pernambuco e Bahia à dinâmica econômica dos Estados?

As respostas as questões visaram atender ao objetivo geral de avaliar as relações entre o Arranjo Produtivo Local de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco e os Fluxos Comerciais Interestaduais e Internacionais de Pernambuco e Bahia.

O objetivo geral foi desmembrado em quatro partes específicas, seguindo o marco teórico-metodológico desenvolvido no próximo capítulo.

- 1 Caracterização dos antecedentes históricos, os principais componentes e especificações teóricas sobre os Arranjos Produtivos Locais, Desenvolvimento Local, as Políticas e o Fluxo Comercial nos Estados;
- 2 Descrição das políticas e ações implementadas pelas diversas esferas institucionais, públicas e privadas para o APL de Fruticultura Irrigada de Pernambuco/Bahia;
- 3 Análise qualitativa e quantitativa dos Fluxos Comerciais entre Pernambuco e Bahia com os bens e serviços produzidos no APL estudado; e,
- 4 Análise sob o ponto de vista socioeconômico, dos aspectos relacionados a mudanças do fluxo de comércio do APL em foco.

As respostas aos problemas, bem como aos objetivos da pesquisa, se apóiam em dados secundários (bibliográfica e documentos) que buscam aprofundar as temáticas-chaves dissertação, compreendendo aspectos e relações singulares que nem sempre são sistematizadas e analisadas com os devidos instrumentos analíticos (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2006). Para complementar a análise dos dados obtidos e referências utilizadas realizou-se entrevistas com três atores-chave do APL, o Superintendente da Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do Submédio do São Francisco/VALEXPORT (Entrevistado 1), um economista da Codevasf (Entrevistado 2) e um empresário (Entrevistado 3). Além disso, foram realizadas consultas com alguns representantes de entidades para esclarecimento de algumas informações, tais como: Plantec (Assistência Técnica), Perímetro Irrigado de Nilo Coelho, VALEXPORT, Secretaria de Irrigação da Prefeitura de Petrolina, AD DIPER, SICVALE e Administração do Mercado do Produtor de Juazeiro. Também foram utilizadas as gravações em áudio da Oficina do Estudo Prospectivo das Iniciativas Estratégicas para Apoiar Inovações no Nordeste/Inova NE realizada em Agosto de 2005 que abordaram o setor de Fruticultura Irrigada e Vitivinicultura. Nesta oficina estiveram presentes representantes da VALEXPORT, Embrapa Semiárido, ITEP, UFPE, Fundaj, ESAM/UFERSA, Sebrae Petrolina, CEPLAN, Instituto da Uva e do Vinho do Vale do São Francisco, os resultados dessa pesquisa estão publicados em LIMA e CAMPOS (2005).

Os documentos foram obtidos junto às instituições que atuam no APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco, visto que foram investigados objetivando descrever e comparar tendências, diferenças e características intrínsecas ao território, empreendimentos e instituições (RUDIO, 1997). A pesquisa bibliográfica se apoiou em

material publicado em livros, periódicos científicos, jornais, redes eletrônicas e outras fontes que continham material acessível ao público em geral (VERGARA, 1998). Entre as consultas realizadas, inclui-se o acesso ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES¹⁰, que disponibiliza um acervo de diversas revistas acadêmicas nacionais e internacionais.

A base conceitual e analítica desse trabalho sobre aglomeração de empresas e sistemas e arranjos produtivos locais partiu dos estudos da RedeSist/UFRJ, Cassiolato e Lastres (2005; 2006), Marshall (1996), Erber (2008) e Paiva (2002), em consonância, os dados secundários para análise do panorama internacional, nacional, regional e local do APL foi coletado junto a fontes de instituições importantes, tais como: Produção Agrícola Municipal, Pesquisa Pecuária Municipal e Censos Demográfico e Agropecuário do IBGE¹¹, Sistema e Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICE-Web)¹² da Secretaria de Comércio Exterior/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC), Secretaria da Fazenda de Pernambuco e Bahia (SEFAZ-PE e SEFAZ-BA) e dos dados estatísticos do FAOSTAT¹³ da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Além dessas, serão fundamentais os relatórios de pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Governo do Estado de Pernambuco e da Bahia e de instituições de atuação no Arranjo para traçar o seu histórico e diagnóstico, bem como verificar o panorama das políticas e ações institucionais, alvo da análise neste trabalho.

1.1 Levantamento dos Dados e Procedimentos Metodológicos para elaboração do Fluxo Comercial do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco - PE

A análise do Fluxo Comercial de um APL torna-se um importante instrumento de monitoramento e avaliação no âmbito da competição e do desenvolvimento da economia de um território, especialmente de aglomerações produtivas. Contudo, um Arranjo Produtivo Local transpõe as barreiras limítrofes do espaço geográfico dos municípios e de Regiões de Desenvolvimento, pois seus vínculos são construídos por aspectos históricos, culturais, sociais e ambientais, dificultando desse modo, a verificação de sua participação nas

¹⁰ Mais informações: <http://novo.periodicos.capes.gov.br/>

¹¹ Mais informações: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2007/default.shtm>

¹² Mais informações: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>

¹³ Mais informações: <http://faostat.fao.org/>

exportações, tal como sua contribuição para o desenvolvimento do território, pois os dados secundários e outras informações estão disponíveis para áreas geograficamente definidas.

A metodologia utilizada neste trabalho é realizada por aproximação dos dados, tendo como referência os procedimentos adotados na elaboração de um estudo da FUNPEC/BNDES (MOUTINHO, 2009b; FERREIRA JÚNIOR, 2009b) sobre o fluxo de comércio de APLs do Estado de Pernambuco e da Bahia. O APL selecionado para este trabalho será o de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco, conforme as razões já expostas na introdução. O ano de comparação e referência para elaboração do Fluxo Comercial Interestadual de Pernambuco e Bahia do APL de Fruticultura Irrigada foi 2006 em função dos dados disponibilizados pela Secretaria da Fazenda de Pernambuco e da Bahia pertencerem a este ano. A elaboração do Fluxo Comercial Internacional abrange desde as primeiras as exportações de cada fruta até o último período disponível pela SECEX/MDIC (ALICE-Web).

Dada a variedade de frutas cultivadas na região são consideradas aquelas de maior expressão no comércio interestadual e internacional da região, bem como os municípios de maior participação nas exportações das respectivas frutas relacionadas no Quadro 1.1. Para cada fruta são utilizados os códigos CNAE¹⁴ e NCM¹⁵ para obtenções dos valores das Exportações (comércio externo) e Saídas e Entradas (comércio interno) desses produtos nas economias de Pernambuco e da Bahia. O código do IBGE é utilizado para localização dos referidos municípios na composição dos dados sobre produção.

Quadro 1.1: Cruzamento de CNAEs, NCMs, Estados e Municípios no APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco

NCM	CNAE	Produto	Estado/Município	Código IBGE
0807.19.00	0119907	Melão	Pernambuco	
			Petrolina	261110
			Lagoa Grande	260875
0806.10.00	0132600	Uva	Santa Maria da Boa Vista	261260
			Orocó	260980
			Bahia	
0801.19.00	0133405	Coco-da-baía	Casa Nova	290720
			Sento Sé	293020
0804.50.20	0133410	Manga	Juazeiro	201840
			Curaçá	200990

Fonte: elaboração própria.

No Quadro 1.2 estão listados as instituições, fontes, dados secundários e a aplicações dessas informações para a elaboração do Fluxo Comercial e outras análises comparativas.

¹⁴ Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Mais Informações: <http://www.cnae.ibge.gov.br/>

¹⁵ Nomenclatura Comum do Mercosul – Mais Informações: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1095>

Para investigar as informações expostas nesta seção, o Fluxo Comercial do Arranjo Produtivo Local de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco é elaborado em duas partes. A primeira parte buscará verificar se as frutas selecionadas para este estudo têm sua concentração produtiva no APL estudado. Mostrando que o Sertão de São Francisco pode ser considerado como o principal responsável por exportar essa variedade de frutas no Estado, validando então a condição de que as exportações desses produtos são provenientes desse APL. Na segunda parte montam-se os fluxos comerciais do APL de Fruticultura Irrigada com os dados disponíveis do Sistema ALICE-Web para o comércio internacional (Exportações) e das Secretarias da Fazenda de Pernambuco e da Bahia para o comércio interestadual (Entradas e Saídas) conforme Quadro 1.2. Abaixo segue uma descrição desses procedimentos com maior detalhamento.

Quadro 1.2: Relação de fontes de dados secundários e sua aplicação na pesquisa

Instituição	Fontes	Dados	Aplicação	Período
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Produção Agrícola Municipal (PAM) e Censo Agropecuário	Área Plantada em hectares (ha) e Quantidade Produzida em toneladas (t)	Encontrar o peso (%) do APL na produção da variedade de frutas do Estado.	1990 a 2009
MDIC/SECEX – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Comércio Exterior	Sistema e Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICE-Web)	Exportações e Importações de Pernambuco e Bahia para o Exterior	Elaboração do Fluxo de Comércio Internacional de Pernambuco e do APL do Vale do Francisco	1989 a 2010
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação	FAOSTAT	Produção, Exportações e Importações Internacionais	Elaboração do Fluxo Comercial Internacional das frutas analisadas no estudo	Produção (1990 a 2008) Exportação e Importação (1990 a 2007)
SEFAZ-PE/BA – Secretarias da Fazenda de Pernambuco e Bahia	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Saídas e Entradas Inter-regionais	Elaboração do Fluxo de Comércio Inter-regional de Pernambuco e do Sertão de São Francisco	2006

Fonte: elaboração própria.

Primeira Parte:

1 – Encontrar a Área Plantada e a Quantidade Produzida de cada fruta para Pernambuco e Bahia e os municípios selecionados do Vale do Submédio do São Francisco.

2 – Encontrar o peso (%) do APL para Área Cultivada e Quantidade Produzida de cada fruta do Vale do Submédio do São Francisco.

Segunda Parte:

3 – Encontrar o total de Exportações (comércio internacional) e das Saídas e Entradas (comércio interestadual) de cada variedade de fruta.

4 – Aplicar o Peso ao Total da Exportação de cada variedade de fruta do APL. Em seguida montar a Fluxo Comercial deste APL.

1.2 Modelo de Análise

A relação entre um Arranjo Produtivo Local (instrumento de promoção e análise de desenvolvimento local das políticas) e seu Fluxo Comercial (instrumento de análise do desenvolvimento local) é desenhado no modelo abaixo (Figura 1.1). O estudo propõe verificar se mudanças no fluxo de comércio do APL, neste caso, a Fruticultura Irrigada, é vantajoso, visto na perspectiva dos aspectos socioeconômicos.

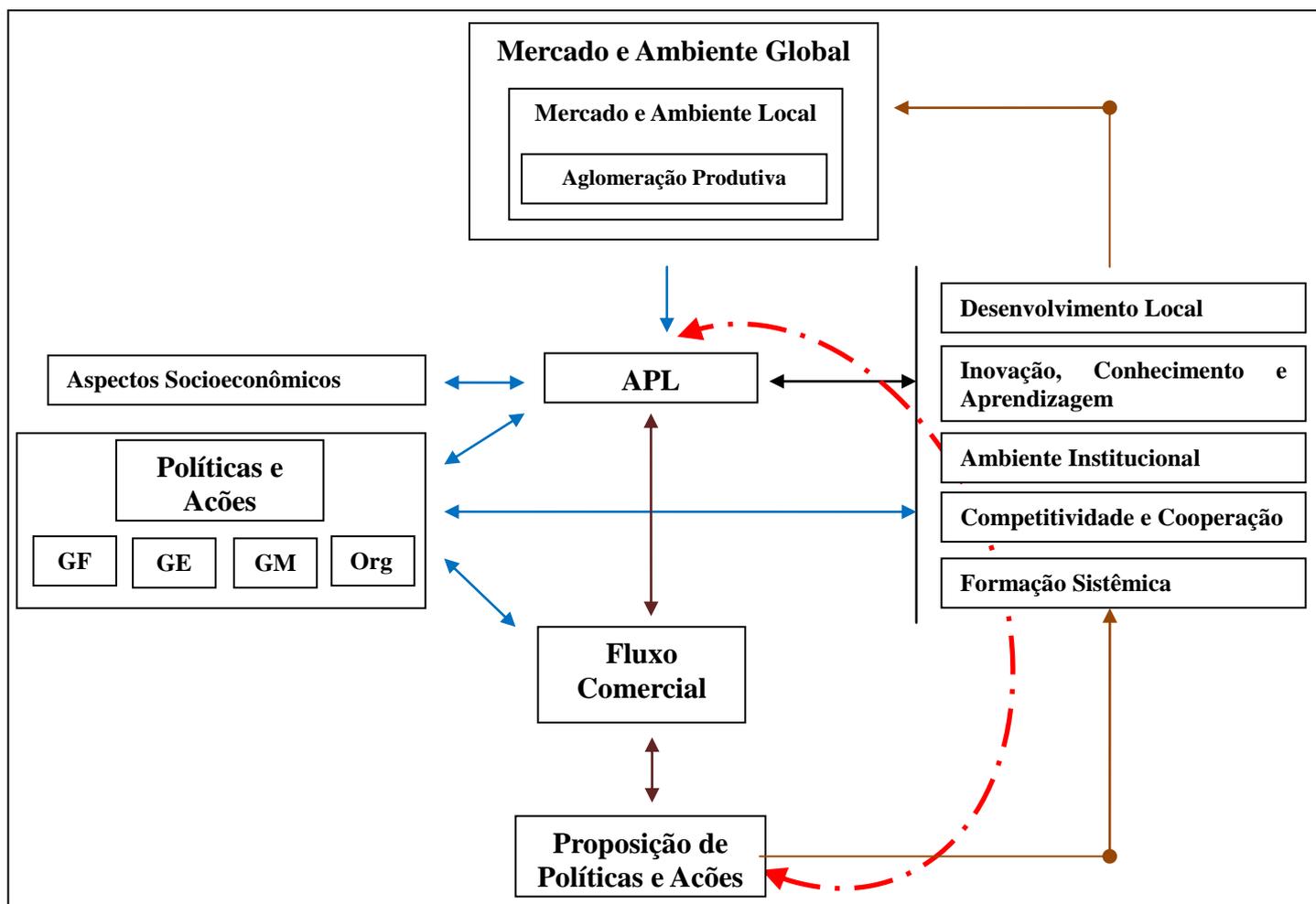


Figura 1.1: Modelo de Análise

Fonte: elaborado pelo autor com base em Vital (2009).

OBS.: APL – Arranjo Produtivo Local (Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco); GF – Governo Federal, GE – Governo Estadual, GM – Governos Municipais, Org – Organizações Sociais, Redes, Fóruns e ONGs.

A análise inicia a partir dos mercados e dos ambientes no qual estão inseridos os APLs. Essa contextualização externa permite verificar as relações na qual estão envolvidas as empresas e instituições do Arranjo. Por sua vez, numa perspectiva socioeconômica de traços históricos singulares, o APL conjuga-se de conceitos e características próprias – tais como: desenvolvimento local; inovação, conhecimento e aprendizagem; ambiente institucional; competitividade e cooperação; e formação sistêmica – que estão intrinsecamente coligados aos mercados e ambientes externos e internos da aglomeração produtiva. E devido a esses aspectos conceituais serem particulares e relacionados tanto ao ambiente externo como ao interno, que pode haver entraves e gargalos que dificultam o desenvolvimento do território e dos empreendimentos. Para buscar superar esses problemas e atingir o equilíbrio desejado,

promovem-se políticas e ações – realizadas por instituições públicas e privadas. Contudo, necessitam-se de instrumentos que possam identificar quais são esses entraves para o desenvolvimento do território. O Fluxo Comercial pode analisar através do mercado e do comércio aquilo que é obstáculo, e que, portanto, poderá subsidiar a instrução de novas políticas para o Arranjo Produtivo Local.

Detalhando a Figura 1.1, esta inicia mostrando que os Mercados Global e Local estão relacionados às aglomerações produtivas, e as mudanças nesses mercados refletem no desempenho e estratégias das empresas e demais atores do APL. Por sua vez, o Arranjo Produtivo Local convencionou-se as mudanças dos aspectos socioeconômicos do território. Para alcançar essas mudanças, os atores do APL articulam-se com as instituições públicas – das esferas federal, estadual e municipal – e demais organizações e redes sociais para promover políticas e ações concernentes aos conceitos e características do APL. Desse modo, essas políticas podem promover mudanças nos fluxos comerciais internos (locais e interestaduais) e externos, que podem ser uma supressão de uma barreira não-tarifária ou mesmo a divulgação dos produtos em outros mercados. Como os mercados estão sujeitos a oscilações frequentes, entende-se que é preciso identificar, estudar e propor novas políticas para o APL que tenham relação com os conceitos e características deste.

1.3 Referencial Teórico

Nos chamados “polos”¹⁶ frutícolas, tanto no Brasil quanto no Exterior, esse tipo de produção – permanente e com maior trato no cultivo – e as características únicas do comércio, fazem desta atividade agrícola um importante fomentadora da organização institucional, promoção de políticas e transformações socioeconômicas do território onde se localiza. Em vista disso, áreas de fruticultura irrigada apresentam maiores traços de cooperação no comércio e aproximação entre as instituições, principalmente empresas e o poder público.

O APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco é um desses casos, em que seu surgimento, desenvolvimento e fortalecimento são inerentes a formação desses vínculos estabelecidos pelos diversos atores institucionais e sociais. Essas relações recíprocas podem ser consideradas como recursos importantes, que os agentes desse APL

¹⁶ O uso do termo “polo” aqui não se refere à teoria dos polos de crescimento do pesquisador francês François Perroux, e sim a uma denominação dada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e outros autores, como forma de descrever os município ou aglomerados produtivos de maior dinâmica econômica e desenvolvimento num determinado território ou região (LEÃO, MOUTINHO e XAVIER, 2010: 07).

utilizam para mobilizar outros agentes e dinamizar a economia e melhorar os índices de qualidade de vida no território (CASTILHOS, 2002).

1.3.1 Arranjos Produtivos Locais

Primordialmente um APL surge num determinado espaço geográfico, aglomerando empreendimentos e instituições voltados para uma mesma atividade econômica ou envolvendo atividades complementares, mas sua formação e evolução tangem as mudanças do território, alterando e integrando sua trajetória histórica, bem como fortalecendo os vínculos sociais e institucionais. Dessa forma, o Arranjo Produtivo Local prima pela autonomia e governança local, resultando no desenvolvimento endógeno do território.

Nos Estados brasileiros, assim como os do Nordeste, esse conceito ganhou forte conotação devido a descentralização e autonomia dos municípios a partir da constituição de 1988, que segundo o artigo 30 possibilita o desmembramento e a ascensão de vários distritos, bairros e vilas em poderes municipais. Existem vários estudos acerca das consequências dessa mudança de cenário na geopolítica brasileira, se foi positivo, no sentido de fortalecer as localidades, diminuindo a responsabilidade do estado central, ou se foi negativo, no momento em que o Governo Federal perde recursos, agora distribuídos com os Municípios e Estados, logo perde também o poder sobre as decisões do rumo da economia e política regional e local (MELO, 1996). Essa evolução da base constitucional contribuiu para formação e consolidação de muitas aglomerações produtivas, envolvendo a autonomia, identidade e evolução do território para além do conceito de espaço geográfico.

Nos últimos dez anos, verifica-se que os APLs têm tido uma crescente visibilidade e atenção por parte dos planos e políticas governamentais, além dos próprios atores locais, que passam a enxergar sua região com outras “lentes”, consequência de encontros, reuniões, fóruns e outras ações que debatem e articulam questões relativas ao desenvolvimento econômico, político e cultural da aglomeração produtiva. Constata-se ainda, que em diversos APLs, seus atores – sejam empresários, gestores públicos ou trabalhadores – estão organizados formal ou informalmente em algum tipo de gestão associativa e cooperativa, que se articulam das mais diversas formas em fóruns, redes e federações, associações em órgãos públicos e privados. Esse tipo de organização cooperativa é importante para o processo de desenvolvimento do APL, pois constituem diretrizes importantes do processo de desenvolvimento territorial que compreende uma parte significativa para a elaboração de

ações e políticas socioeconômicas.

Este modelo sistêmico e interdependente de desenvolvimento de uma região geograficamente integrada no mesmo território é constituída por agentes e instituições públicas e privadas que realizam localmente, e também com outras regiões e países, transações de diversos bens, serviços, transferências de rendas e de investimentos que dinamizam a economia local.

Para compreender a configuração de um APL é preciso enxergar para além de uma atividade econômica que aglomera vários empreendimentos num mesmo local, é necessário analisar como as *“forças sociais cooperam com as econômicas”* (MARSHALL, 1996: 321).

Para a RedeSist onde houver empreendimentos, empresas e indivíduos concentrados em um determinado local ou região haverá sempre um arranjo entorno da mesma, relacionando atores, agentes e atividades econômicas comuns. É nesse sentido que se estudou as relações comerciais do APL para além de suas fronteiras territoriais. A partir dessa abordagem são identificados diversos APLs, porém há várias instituições que apóiam e assessoram, conceituam e utilizam critérios diferentes para atuar em um APL (LASTRES e CASSIOLATO, 2005).

Os arranjos produtivos agregam *“trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais”* (LASTRES e CASSIOLATO, 2005:04) relacionados com os atores e atividades sociais, culturais, políticas e econômicas comuns. Estes APLs desenvolvem elementos que propiciam sua integração e crescimento bem como, o capital social e a confiança entre os atores.

A geografia do território e a trajetória histórica do APL explica em parte sua formação, aglomerando empresas, que num contexto de proximidade ganham economias externas, além disso, o ambiente torna-se muito importante por atrair clientes, em busca dos melhores preços e os melhores trabalhadores especializados, que buscam emprego nas diversas firmas instaladas (PAIVA, 2002). Nesse ínterim, o território passa de uma aglomeração de empresas para um arranjo de produção local, aproximando os empreendimentos, clientes e as empresas a montante e a jusante, como também outros atores que por meio desse *círculo virtuoso* atuam no fomento das políticas e ações de promoção do desenvolvimento local, e não somente do crescimento da produção e dos empregos (PAIVA, 2002).

Se um APL surge dos vínculos dos seus atores locais atrelados a atividades econômicas vocacionais, o mesmo poderá tornar-se um Sistema Produtivo Local/SPL quando houver uma contínua interação e integração entre estes agentes evoluindo de modo a alcançar

uma maior “*interdependência, articulação e vínculos consistentes entre os participantes, resultando em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de incrementar a capacidade inovativa endógena, a competitividade e o desenvolvimento local*” (SILVA e MACHADO, 2002:05)

1.3.2 Desenvolvimento Local

O fenômeno do desenvolvimento e do crescimento econômico reúne processos de modificações nas estruturas socioeconômicas, pois não há desenvolvimento ou crescimento econômico sem que haja transformações na sociedade e no mercado (SOUZA, 2008; FURTADO, 1986). A partir dessa premissa, busca-se nesta subseção delinear o termo desenvolvimento em sua escala local – e como esta se torna importante para a análise dos Arranjos Produtivos Locais.

A globalização seria então um ensaio político dos governos nacionais para se afirmarem e se integrarem ao sistema econômico dominante – capitalismo – em sua nova fase. Contudo, haveria possibilidade dos governos municipais alterarem esse poder “externo” que torna as transações econômicas mais importantes que as relações sociais?

A visão espacial das relações sociais e econômicas remete diversidades e tensões internas e externas que estão articuladas numa sociedade global – que abrange, por sua vez, as questões políticas, econômicas, sociais, culturais, religiosas, identitárias, ambientais entre outras, relacionadas na construção do espaço local (VAINER, 2002).

Pensar sobre esta sociedade globalizada leva a dicotomia espacial local/global, que para alguns teóricos estará observando uma unificação do espaço global – e dissolução dos estados nacionais. Para outros, a globalização não seria um processo de homogeneização, mas sim um processo de emancipação de um pequeno grupo de nações dominantes – não sendo uma “nova” fase do capitalismo, ou seja, uma evolução do sistema (VAINER, 2002).

Vainer (2002) destaca o papel dos governos municipais como espaços estratégicos do local na gestão do global. Esse poder estaria em três vertentes: *produtividade e competitividade econômica, integração sociocultural e representação e gestão política*. O governo municipal seria responsável pela dinâmica econômica do local, atraindo novas empresas (oferecendo subsídios ou concessões para permitir a competitividade), mas também nas transformações políticas, culturais e ambientais.

O local seria então, uma apreensão sobre um emaranhado de conceitos e significados

que algumas vezes tornam-se contraditórios, mesmo remetendo a ideia de lugar ou espaço territorial limitado (VAINER, 2002). Desse modo, se há uma dificuldade em se definir o que é local, uma ideia proposta pelo autor (2002) seria atribuir a ideia de região de *planejamento*, ou seja, o “lugar” de atuação e interação dos planejadores de políticas e dos atores sociais.

O conceito de local exprime mais do que espaço geográfico limitado, pois os indivíduos se identificam num mesmo lugar, há outros aspectos que precisam ser considerados como a percepção de quem está “dentro” para aquele que está “fora”. Nesses casos, questões históricas, culturais, biológicas, naturais podem diferenciar e mudar a forma de agir e pensar do indivíduo no local. A ideia de local não abrange apenas uma reprodução dos fatores de produção, localizada, fechada e reduzida, mas um complexo sistêmico amplo de relações sociais, políticas, ambientais, culturais e econômicas.

O termo Local é utilizado tanto para uma referência sobre um determinado lugar, uma interpretação social sobre onde se vive, quanto para explicar e comparar uma dimensão espacial, de acordo com um contexto especificado, como mercado ou governança.

Tal como os conceitos de desenvolvimento e de localismo, a construção do significado de Desenvolvimento Local expõe dificuldades de consenso, de confluência, pois seu conceito é alterado conforme o objetivo e atribuição, portanto, trata-se de uma “*noção polissêmica*” (OLIVEIRA, 2001: 13).

Seria possível arrolar todos os significados e descrições de Desenvolvimento Local, contudo, no que tange aos objetivos deste estudo, buscam-se aqueles atributos que compreendem o local, a comunidade e o território como iniciativas (autônomas) de respostas aos problemas endógenos e exógenos que refletem na sua capacidade de crescer economicamente e de melhorar as condições de vida dos seus cidadãos (AMARO, 2009). O Estado e o Mercado (nacional e global) são nesse sentido partes integrantes do desenvolvimento, contudo, a condução do processo e da governança é realizada na base, pelo atores locais – sociedade civil, instituições públicas, empresas e outras representações –, que são os protagonistas dessa dinâmica coletiva (MARTINS e CALDAS, 2009).

O Desenvolvimento Local remete a um processo de trajetórias plurais, transversais, cumulativas e historicamente construídas pelas relações e interações dos sujeitos (atores sociais e políticos) com os mercados e as instituições (GUIMARÃES *et alli*, 2006). Está intrinsecamente vinculado a um território (local), com especificidades, inerentes ao seu espaço geográfico, trajeto histórico, formação cultural e relações sociais que podem gerar processos de desenvolvimento únicos a sua realidade. Portanto, as disparidades econômicas

observadas nos territórios e localidades se devem a diversos fatores, dada a diversidade e particularidade de cada região (GUIMARÃES *et all*, 2006). Oliveira (2001) e Amaro (2009) lembram que este não é parte de um Desenvolvimento Total, tão pouco uma decomposição do nível Regional, ou mesmo Nacional, pois a dimensão Local do Desenvolvimento aqui concebida segue outra metodologia, aquela centrada nas iniciativas e resultados do território.

A compreensão das relações sociais e o desenvolvimento territorial de um APL n além da análise de indicadores mensuráveis de níveis de bem-estar social (SILVA, 2004; OLIVEIRA, 2001), entre os quais o IDH¹⁷ e o Índice de Gini, muito utilizados em relatórios técnicos e justificativas para elaboração de projetos sociais. Pois embora, esses dados quantificados sejam importantes para análise e uso nos instrumentos de proposições de políticas, ainda assim, não explicam a subjetividade dos vínculos sociais e institucionais, responsáveis pelo desenvolvimento local.

Sobre o planejamento da política local, este é visto como uma vantagem, pois detalhes do território, desde sua formação até aspectos dos vínculos entre os atores são mais amplamente percebidos pelo poder local. Sucede então que os planejadores estão numa situação melhor para propor e implementar políticas e ações. O que não é facilmente corroborável quando o escopo espacial da ação é mais amplo, pois as políticas podem ser limitadas quando se verifica que há regiões bastante heterogêneas.

Ainda que as forças que movem e formam o APL e o seu desenvolvimento sejam em parte endógenas, os sistemas exógenos também possuem um papel importante na capacidade competitiva e inovativa, além de sua sustentabilidade – aqui entendida como a perpetuação do desenvolvimento de forma equilibrada, considerando-se a escassez. Pois, na medida em que ocorram relações fora do APL, haverá fluxos de informação contínuos, que condicionarão seus atores, como também seu desenvolvimento, as alterações de outros sistemas. A importância desses fluxos está na capacidade do APL de promover processos de mudanças por meio da inovação.

1.3.3 Tipos de Políticas

A política ou ação pública é vista neste estudo como um processo – planejamento, execução e análise – da tomada de decisões realizadas por atores ligados ou não a esfera pública. A razão pela qual os planejadores (*policy-makers*) promovem ações e políticas está na

¹⁷ Índice de Desenvolvimento Humano

identificação e avaliação dos problemas e entraves encontrados para o desenvolvimento. Contudo, promover políticas requer metodologias específicas para cada situação, principalmente quando se trata de escalas, pois necessariamente uma ação realizada a nível nacional não se aplica para um município, tão pouco quando esta é observada de um município para outro, pois se verifica que as contingências são distintas. Evidente que se analisado por índices sociais, notam-se similitudes, porém, em cada local encontram-se trajetórias e vínculos particulares, que não são mensuráveis. Portanto, promover, organizar, propor, planejar ações e políticas para o desenvolvimento local torna-se uma tarefa ainda mais difícil, contudo não é um impeditivo, pois embora os estudos e pesquisas sobre o tema sejam recentes, tal como a identificação das experiências, ainda assim é um debate com forte ascensão.

A execução das políticas não finda nos seus resultados, sua importância é mais relevante quando se monitoram e avaliam a efetividade desses resultados. E para isso são necessários instrumentos de avaliação e monitoramento, como também de pessoas qualificadas para realizar a tarefa. O estudo desses resultados deve ser focado também na análise da “não-decisão”, pois a decisão significa também uma “tentativa”, logo as consequências da ausência ou não de tomada de determinadas decisões (favorecendo outras) provocam também consequências ou até mudanças tanto no processo quanto nos resultados a serem alcançados. No âmbito do desenvolvimento local, o próprio ator pode ser um avaliador das medidas e resultados das ações nos territórios, em consequência poderão propor novas políticas e também executá-las. Isso também implica que poderá haver diferentes avaliações e proposições, pois cabe ao ator ou instituição (ou redes ou fóruns destes) elaborar sua metodologia, que nem sempre terá as mesmas variáveis observáveis, assim como os interesses nas avaliações seguem os objetivos de cada um.

Para Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008) a possibilidade de resultados mais efetivos das políticas para APLs são assegurados a partir da articulação e do objetivo mútuo dos atores locais incorporarem e utilizar mais o conhecimento – para gerar capacidade inovativa e no envolvimento em todo processo de realização da política, principalmente na avaliação.

Outro aspecto importante dessa abordagem refere-se às várias políticas e ações implementadas por diversas instituições públicas e privadas, que por vezes, não são articuladas ou adequadas para o desenvolvimento dos APLs. Cada agente busca, por meio de diferentes instrumentos e metodologias de monitoramento e avaliação, selecionar, identificar, avaliar e apoiar os APLs, assim como definir quais atores pertencem a esses arranjos. A falta

de convergência dessas ações e políticas institucionais dificulta a identificação de APLs, bem como o efetivo apoio às principais necessidades (MOUTINHO, 2009a).

No Brasil, as políticas de apoio e desenvolvimento local têm incorporado de forma crescente o conceito de Arranjos Produtivos Locais (APLs), considerando esta uma abordagem estratégica para o desenvolvimento da base econômica e social local (PAIVA, 2002). A análise destes esforços mostra que avanços expressivos foram realizados, por exemplo: com o aumento do número de estudos e pesquisas nas universidades e institutos e também com o crescimento dos valores despendidos pelas esferas federal, estadual e municipal para executar políticas direcionadas exclusivamente aos APLs. Porém, ao mesmo tempo, indicam a existência de algumas limitações, cuja superação propiciará que se avance ainda mais. Por exemplo, por focalizarem apenas aglomerações (*clusters*) setoriais as ações de política acabam desperdiçando grande parte das vantagens da visão sistêmica.

É possível observar em um APL que um fator preponderante a eficiência coletiva está nas externalidades (ou economias externas), descritas por Marshall como *interdependências não comercializadas* (ERBER, 2008), ou seja, são relações entre empresas e instituições que não são precificadas, tange a isso a reciprocidade, que por sua vez poderá ser elemento de confiança, características inerentes a formação de capital social, ou seja, os vínculos sociais num arranjo partem de uma organização não-mensurável (ERBER, 2008).

1.3.4 Fluxos Comerciais

Para apreender e focar sobre o conceito de fluxos comerciais é necessário delinear antes sobre a importância da contabilização das transações econômicas e a determinação dos termos de intercâmbio nos países, bem como sobre as limitações das informações disponíveis para elaboração de um fluxo de comércio a nível Estadual ou Local.

i) Contabilização econômica e Balanço de Pagamentos

O interesse (e preocupação) dos governantes, planejadores e demais agentes econômicos em conhecer a posição – se devedora ou credora – de um País em relação à economia internacional vem desde sua constituição como Estado-Nação. A partir de então, padrões e instrumentos analíticos foram estabelecidos e utilizados para se saber o real panorama das transações correntes, desde os pagamentos até as transferências unilaterais.

Dentre os instrumentos mais aplicados para este fim está o Balanço de Pagamentos (BP), atualizado desde os anos 1940, tendo como objetivo estabelecer um padrão estatístico e contábil entre os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), facilitando as transações, transferências e fluxos comerciais e financeiros internacionais.

Em suma, o BP é expresso por meio de um relatório estatístico – elaborado pelo Banco Central/BACEN ou instituição equivalente –, e descreve as transações correntes (balança comercial e de serviços), transferências unilaterais e movimentos de capital. Uma dessas subcontas, a Balança Comercial, trata das relações comerciais de exportação e importação de bens e serviços de um país com o “resto do mundo”, em sua maior parte entre residentes e não-residentes, durante um determinado período de tempo (BUCARESKY, 2005; FEIJÓ, 2008). Estes registros possibilitam aos governos acompanhar a evolução do fluxo de recursos materiais e financeiros entre os agentes internos e externos, isto é possível porque a maioria dos países – inclusive o Brasil – segue as normas internacionais publicadas pelo Fundo Monetário Internacional-FMI (FEIJÓ, 2008) – este por sua vez adota a metodologia de registro contábil compatível com o Manual de Contas Nacionais (ONU, 1993) da ONU.

No Brasil, o cálculo do Balanço de Pagamentos é realizado apenas para o país, as informações não são discriminadas territorialmente por estados, municípios ou regiões. Esse fato implica na dificuldade dos Estados em mensurar o que está entrando ou saindo do seu território: bens, serviços, rendas, pagamentos, investimentos, juros, etc. Um dos motivos dessa dificuldade está na centralização de vários componentes das contas e subcontas do Balanço de Pagamentos que passam pelo controle do Banco Central do Brasil. No entanto, os dados sobre o Comércio Exterior, que tem seus resultados divulgados pela SECEX/MDIC, se verifica que há informações e dados disponíveis para mensurar por Unidades da Federação, e em até alguns casos por municípios.

A mensuração das transações entre residentes e não residentes de um país com o resto do mundo não é uma tarefa fácil conforme explicitado acima, o que a torna um importante campo aberto de estudos. Portanto, a elaboração de um Balanço de Pagamentos a nível regional, estadual ou em outras escalas não é exequível. Em consequência os Estados e Municípios deixam de saber com maior clareza sobre as transações que realizam com outros países, entre Estados e também entre seus municípios. Informações assimétricas ou mesmo a subestimação ou sobre-estimação de valores prejudicam as análises dos Governos, das empresas e organizações em planejar e desenvolver políticas públicas adequadas e integradas para promover o desenvolvimento econômico local e territorial no Estado. Essa é uma

problemática que deve ser considerada quando tratamos sobre Arranjos Produtivos Locais.

ii) Os fluxos comerciais do APLs

O APL não é um espaço geográfico ou uma região geopolítica delimitada por um Governo, sua abrangência e atuação transbordam essas áreas físicas determinadas, pois sua formação tange a trajetória histórica e aos aspectos e vínculos institucionais constituídos entre os atores no que concerne a sustentabilidade e desenvolvimento da localidade com características e interesses comuns. Logo, se percebe que a dificuldade em mensurar as transações e resultados do comércio num APL é uma tarefa que precede maior estudo e análise.

Os APLs importam e exportam muitos insumos, produtos e derivados, essas transações são feitas com outros países, outros Estados e entre municípios do Estado. A falta de um Balanço de Pagamentos para os Estados dificulta a análise e definição de quais as demandas e os grandes gargalos de um APL. Uma vez identificadas, ajudariam na redução dos desequilíbrios em vez de reforçá-los.

No entanto, é possível a partir dos Fluxos Comerciais analisar a participação aproximada dos APLs na produção e no comércio interestadual e internacional dos Estados. Esta ideia se apóia nos dados secundários do ALICE-Web – sistema informatizado do SECEX/MDIC que fornece dados periódicos das exportações e importações de vários bens pelo seu valor *free on board* (FOB)¹⁸, descentralizados inclusive por Estados –; das Secretarias da Fazenda dos Estados de Pernambuco e Bahia (SEFAZ-PE e SEFAZ-BA) – que apresenta informações das transações entre Estados – e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁹ – que fornece várias estatísticas atualizadas populacionais e de economia por Municípios e Estados.

A análise da produção e do fluxo comercial interestadual e internacional possibilita identificar e verificar as políticas e ações implementadas pelas diversas esferas institucionais, públicas ou privadas, gerando um entendimento a respeito das melhores formas de ação integrada nos APLs, fortalecendo, ainda, uma maior articulação das políticas implementadas pelas diferentes esferas institucionais.

¹⁸ Valores de bens sem custos adicionados de fretes, impostos, comissões e seguros, etc (FEIJÓ, 2008).

¹⁹ www.ibge.gov.br

CAPÍTULO 2

APL DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO SUBMÉDIO DO SÃO FRANCISCO

A partir dos anos 1980, o agronegócio de frutas no Brasil revelou-se como a atividade econômica de maiores possibilidades de transformações socioeconômicas no Nordeste brasileiro. A expansão da fruticultura irrigada está ligada a um cenário favorável do comércio exterior para alimentos saudáveis, inclusive de frutas tropicais. Regiões como o Vale do Submédio do São Francisco (Pernambuco/Bahia) e Açú-Mossoró (Rio Grande do Norte), entre outras²⁰, ganharam destaque por serem as experiências mais exitosas com produtos focados na demanda internacional – além do que mostraram a viabilidade de produzir frutas não-tradicionais e de alto valor comercial no semiárido irrigado nordestino.

No Vale do Submédio do São Francisco, essa viabilidade apóia-se inicialmente em dois aspectos: o primeiro são as condições edafoclimáticas²¹ favoráveis para o manejo frutícola que lhe permite colheitas em vários períodos do ano. Essas condições características de calor e baixa umidade relativa do ar combinadas com os grandes investimentos e projetos públicos de irrigação criaram as bases que tornam possível esse sucesso. O outro fator preponderante está no empreendedorismo e cooperação dos produtores e principais atores locais, que por meio do seu pioneirismo e busca de superação dos obstáculos alcançaram uma forte relação com seus principais clientes no mercado externo logrando um importante *status* de região produtora de frutas de qualidade (LIMA e MIRANDA, 2001).

Tais condições abriram o caminho da expansão de áreas cultivadas (além de terem influenciado a criação de outros polos frutícolas no país). Os municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), que possuem a maior concentração da produção do Vale, deram espaço para que outros municípios também almejassem a modernização e diversificação agrícola.

Os investimentos – de infraestrutura logística e de irrigação – foram e são realizados para que essa expansão das fronteiras de produção estenda os benefícios de inserção econômica e melhoria de qualidade de vida tanto para os municípios e territórios localizados no APL quanto para aqueles no entorno, com potencial para se aglomerar.

Este capítulo segue assim estruturado. A primeira seção contempla as informações

²⁰ Vacaria (RS), São Joaquim (SC), Vale da Ribeira (SP), Centro/Sul (ES), Cariri (CE), Baixo Jaguaribe (CE), Baixo Acaraú (CE), Caxias do Sul (RS), Bandeirantes (SP), Norte (ES), Sul (BA), Centro Sul (CE), Metropolitanano (CE), Ibiapaba (CE) [FUNCKE *et al*, 2009:29]

²¹ Características ambientais de clima, relevo, litologia, temperatura, umidade do ar, radiação, tipo de solo, vento, composição atmosférica e precipitação pluvial.

sobre a formação, identificação e organização da região do Vale como um Arranjo Produtivo Local. A segunda apresenta O estudo centra-se nas principais frutas cultivadas no Vale do Submédio do São Francisco e aquelas selecionadas para este estudo (Uva, Manga, Melão e Coco-da-baía).

2.1 Formação e Importância do APL

A fruticultura irrigada no Vale do Submédio do São Francisco é uma das principais destaques dos impactos da modernização agrícola no sertão nordestino, em razão do aporte de recursos públicos e privados despendidos, que entre outros resultados, redesenhou a cadeia produtiva frutícola. Em suma gerou novos padrões de concorrência, criando novas estratégias empresariais e políticas públicas, face à possibilidade de atender o crescente mercado consumidor, tanto externo quanto interno.

Sobre esses novos padrões de concorrência, Kupfer (1992:10) caracteriza como “um padrão definido de um conjunto de formas de concorrência que se revelam dominantes **num** espaço (...) de competição (mercado ou indústria, região, nação)”. São esses padrões que “determinam tanto a inserção das firmas na estrutura produtiva (...) quanto as estratégias empresariais de concorrência”²².

No mercado de frutas não só alteraram o equilíbrio de preços e a melhoria da qualidade do produto conforme os desejos dos clientes – especificamente do mercado externo –, mas também refletem na gestão intra e inter-empresas e nas relações de trabalho, motivadas por uma necessidade constante de inovação e promoção de conhecimento. Além das transformações na estrutura urbana e rural e nos processos econômicos que a região do Vale do Submédio do São Francisco experimentou nas últimas décadas, os vínculos sociais entre os atores envolvidos no APL de Fruticultura Irrigada costuraram novos tecidos que proporcionaram uma identidade que lhes dotaram capacidade de ser um dos principais territórios agroexportador do país, reconhecido internacionalmente.

Visto que os produtores não somente agem e articulam entre si, mas também se conectam a todos os principais atores locais e globais, ligando suas estratégias de negócios aos gostos do consumidor externo. No entanto, apesar de toda formalidade expressa em contratos e acordos, o APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco formou e continua sendo consolidado por cooperação baseada na reciprocidade.

²² Grifos meus.

i) *Antecedentes históricos e aspectos socioeconômicos*

O território do Vale do Submédio do São Francisco cresceu sempre integrado, o Rio não separou, há apenas aquelas delimitações dos mapas geopolíticos criando divisas invisíveis, mas que o Velho Chico transpôs sobre a história e cultura da população. A identidade das pessoas e dos municípios que margeiam é formada por este imenso Rio e seus afluentes, que garantiram o crescimento econômico e social desta parte do sertão nordestino.

Os grandes projetos públicos de irrigação trouxeram vários benefícios, que consequentemente atraíram mais pessoas. Em 1970, a população de Petrolina – maior município do APL – era de 44.771, sendo 7.615 no meio rural. Em 2000, o município alcançou 218.336 habitantes, dos quais 52.223 habitantes viviam na área rural (BONELLI, 2001). O mais intrigante foi que o grau de urbanização diminuiu nas três décadas em 8,33%. No município vizinho, Juazeiro, ocorreu o mesmo, a população cresceu de 38.663 para 174.101 (e a rural de 2.421 para 41.305), no entanto, a queda do grau de urbanização foi bem maior 18,63% (BONELLI, 2001). A explicação pode estar no vínculo de trabalho neste tipo de atividade agrícola, intensiva em mão de obra.

O aumento da população, em busca do “Oásis do Sertão”²³ trouxe benefícios de ampliação de serviços e novas oportunidades de negócios indiretos em expansão no APL, como detalha Favero (2008:43 *apud* VALEXPORT, 2005): “22 Agências Bancárias, 42 concessionárias e revendas de veículos, 45 postos de gasolina, 28 hotéis (1500 leitos), nove agências de viagens, três instituições de ensino superior e 33 supermercados”. Além de obras de ampliação do Aeroporto Senador Nilo Coelho e duplicação da Ponte Presidente Dutra que favorecem a integração regional.

O Produto Interno Bruto dos municípios deste APL aumentou em cerca de 90%, entre 2002 e 2007, crescendo acima dos PIBs de Pernambuco e Bahia, que se elevaram respectivamente em 77% e 81% no mesmo período. Apenas o município de Juazeiro teve um crescimento abaixo do estadual, cerca de 61%, e seu PIB per capita também pouco se elevou, aproximadamente 31%. Os municípios que completam este APL junto com Petrolina e Juazeiro tiveram crescimento acima de 99% (IBGE, 2007). O setor agropecuário contribuiu para este crescimento, pois o setor de serviços mesmo sendo o de maior percentual na composição do Produto Interno Bruto, com mais da metade, sua participação tem diminuído,

²³ Expressão utilizada pelo INTG, 2009:222

exceto para Petrolina e Juazeiro, que tem aumentado. Segundo SILVA (2000) o setor de serviços nos dois principais municípios do APL, especialmente as atividades ligadas a fruticultura irrigada teve um grande avanço, em vista da necessidade maiores cuidados no manejo da produção, desde a plantação e colheita, até a pós-colheita, onde diversas empresas se especializaram nesses tipos de serviços, logo é possível considerar que parte do crescimento do setor de serviços tenha também atrelamento com a atividade frutícola, tal como o setor industrial, que também tem ampliado sua composição no PIB de Petrolina e Juazeiro, este resultado poder ser influência da atração de indústrias de processamento de alimentos, como: água de coco, polpa de frutas, vinhos, etc. Diversas empresas estão se especializando nas mais diferentes tarefas na fruticultura, desde a gestão até a terceirização de determinadas tarefas, inclusive as que requerem maior base tecnológica (SILVA, 2000).

A consequência é o aumento no número de empregos e trabalhos ligados ao APL. Segundo dados do CAGED/MTE (2010)²⁴ em 2000, o número de admissões no setor agrícola, especialmente fruticultura nos municípios deste APL foi de 14.110. Juazeiro era responsável por metade dessas contratações, com 7.086. Em 2010, as admissões aumentaram 144,2% (34.456 empregos formais) em relação à 2000. O município de Juazeiro, que detinha maior parcela de empregos formais, representa atualmente 17,8%. Os empregos no setor de serviços têm aumentado nesse município e os investimentos na produção frutícola nos demais municípios cresceram. O município de Casa Nova superou Juazeiro, no início da década admitia cerca de 1500 trabalhadores, no fim desse período suas contratações atingiram mais de 6.500 trabalhadores. Outro município que se destaca é Lagoa Grande, que contratava menos 200 empregados no início da década de 2000, atualmente as admissões superam 2.300, 6,7% dos empregos gerados em 2010. Os municípios de Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Curaçá e Sento Sé, tem contratações pouco significativas, somados, representam menos de 1% dos empregos gerados em 2010. Petrolina é o município do APL com maior número de admissões, em 2000 participava com 31,4% dos novos empregos, em 2006 esse percentual se elevou para 50,5%, e atualmente atinge 56% das admissões. Segundo o CAGED/MTE (2010) as ocupações que mais admitem estão ligadas a agricultura, particularmente fruticultura irrigada. Um destaque são admissões para operador de câmaras frias, em razão da instalação de *packing houses*²⁵ no território.

²⁴ Foram consideradas apenas as admissões dos códigos da Classificação Brasileira de Ocupações/CBO referentes agricultura e fruticultura, exceto produção de culturas como arroz e cana-de-açúcar. As principais classificações consideradas foram: 622515, 622505, 63550, 63510, 622510, 622020, 621005, 641015, 841456 e 63750.

²⁵ São espaços utilizados pelo produtores de frutas para receber, armazenar, classificar, embalar e expedir, ou

O salário médio nas atividades frutícolas varia de R\$ 522,00 a R\$ 530,00. O operador de câmaras frias recebe em torno de R\$ 600,00, mas os contratos são por prazo determinado (CAGED/MTE, 2010). No APL, desde 1998, o salário dos trabalhadores da fruticultura é um pouco maior do que o salário mínimo, estabelecido por meio das convenções anuais trabalhistas (LIMA e MIRANDA, 2001). O APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco tem se tornado um importante polo de atração de investimentos de capitais e também de trabalhadores no semiárido nordestino.

A partir da história deste território é possível compreender como o capital social do APL de Fruticultura Irrigada foi formado, e distinguiu esta região agrícola do país das demais. A literatura aponta que o marco de mudança da região, conhecida até os 1940 e 1950 como sendo entreposto comercial do sertão nordestino, foram os projetos de irrigação implementados a partir dos anos 1960, que a geografia e a dinâmica social tomaram novos rumos neste território (INTG, 2009; FAVERO, 2008; BUSTAMENTE, 2009; SECTIBA, 2008; PIMES, 1984). Com vistas a abastecer o mercado interno, foram cultivadas inicialmente variedades do tipo de curta duração (cebola, tomate e outras hortícolas). Nesse entre meio de construção de perímetros irrigados em Petrolina e Juazeiro as áreas rurais começaram a ser melhor ocupadas por pessoas atraídas pelas oportunidades de trabalho e renda no campo.

Nesse primeiro momento as culturas temporárias foram escolhidas para o cultivo nas áreas irrigadas porque já havia esta produção na região, contudo, com o tempo, observou-se que essas variedades não eram muito rentáveis numa agricultura do tipo irrigada. Perceberam-se então, que as culturas de ciclos mais permanentes seriam mais viáveis, especialmente frutas, que além das condições edafoclimáticas e oferta da água, tinham boa aceitação no mercado e alcançavam bons preços – principalmente no mercado externo. Porém, o VSMSF iniciaria uma nova fase de ascensão a partir da segunda metade dos anos 1980, quando os principais produtores perceberam que precisavam cooperar para poder ter ganhos de escala e competitividade nos mercados interno e externo. A partir desta premissa, em 1988 a VALEEXPORT é fundada, inicialmente com cerca de 12 produtores exportadores rurais de frutas de Pernambuco e Bahia que resolveram organizar uma entidade que pudesse negociar as exportações, articular com os principais entes públicos e privados, ou seja, ser a voz coletiva e a ação cooperativa dos atores desse APL. Foi também dentro deste cenário, que a VALEEXPORT surgiu, inclusive, incentivada pela Codevasf.

seja, é uma ponto de concentração, controle da qualidade e distribuição das mercadorias que serão exportadas.

As principais culturas perenes desenvolvidas nas áreas irrigadas são: maracujá, manga, uva, acerola, goiaba, limão, mamão papaia, pinha, coco e banana. Destas, a uva e a manga já respondiam por grande parte das áreas cultivadas nos anos 1980 e se tinha algumas experiências de exportação.

A VALEXPORT tem como um dos objetivos, fortalecer o segmento produtivo e de exportação de frutas, e também criar uma massa de produtores associados na região que pudessem negociar preços de insumos mais baratos e melhores preços das frutas. A pós-colheita envolve vários processos que precisam ser articulados e coordenados, pois muitos produtos precisam de volume para exportar e também planejamento conjunto para produzir e colher na mesma época, com vistas a exportar nas janelas de contra-estação dos principais importadores, restritas para alguns meses do ano.

Além do foco comercial, a VALEXPORT envolve os atores políticos e também agentes de comércio exterior que tenham participação ou poder de ação no segmento agrícola, especialmente frutícola, para buscar apoio na tentativa de suprimir ou superar as barreiras comerciais tarifárias e não-tarifárias nas exportações dos produtos do Vale do Submédio do São Francisco.

Entre essas barreiras, o Superintendente da VALEXPORT, cita o bloqueio fitossanitário nos Estados Unidos da América para as mangas, em consequência da mosca da fruta. Segundo ele, foi necessário:

“criar um programa de monitoramento da mosca da fruta, que é nada mais, nada menos, do que acompanhar os índices dessas moscas no campo, e atender o índice máximo (...). Para isso bastava espalhar armadilhas com feromônios da fêmea da mosca, que eram atraídas e ficavam presas em telas adesivas. O técnico de campo, ao fim de cada semana, recolhia as armadilhas e contava quantas ficaram presas, o índice é chamado de MAD (Mosca / Armadilha / Dia) e não devia ultrapassar 0,5 por armadilha. Se ultrapassar, ela está inabilitada para exportar. Além dessa exigência, há outra, o tratamento hidrotérmico, em que as mangas são submetidas a um tanque de água morna depois que entra na Packing House, para que afaste qualquer possibilidade de haver a mosca, se tiver alguma larva, ela é morta durante esse tratamento. Só com isso é possível exportar. A VALEXPORT é o representante do segmento privado nesse programa de exportações de manga para os EUA, somos signatários desse programa junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Departamento de Agricultura dos EUA/USDA-APHIS²⁶.”

A partir desse programa foi instalado em 2007 a Biofábrica Moscamed Brasil²⁷, em Juazeiro (Bahia) que hoje executa o Programa de Armadilhamento e Controle de Moscas-das-

²⁶ Serviço de Inspeção da Saúde Animal e Vegetal do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos;

²⁷ Organização Social vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Maiores informações: <http://www.moscamed.org.br/>;

Frutas (INTG, 2009). Além do controle utilizando o MAD na lavoura e o tratamento hidrotérmico na *Packing House*²⁸, os produtores precisam contratar um técnico credenciado pelo Governo estadunidense para supervisionar a operação na Packing House. Esta atribuição de supervisionar implica num custo a mais para a exportação de Manga em relação a Uva e outras frutas, mas também um diferencial em relação a qualidade, e garante ao VSMSF a exportação da manga o ano todo para os EUA (GASQUES, VILLA VERDE e OLIVEIRA, 2004)

A VALEEXPORT emplacou várias ações coordenadas de pesquisas para melhoria das variedades das frutas e controle de qualidade, promoveu programas para sobrepujar as barreiras não-tarifárias. Além disso, é responsável pela Convenção Anual Coletiva de Trabalho, intermediando as negociações entre os sindicatos patronais e de trabalhadores. O papel desta entidade torna-se distinto, principalmente por ser uma entidade privada, onde os apoios públicos são imprescindíveis para o crescimento da região.

A cooperação é observada no contexto do VSMSF, como as relações de proximidade e interesse mútuo entre os empreendimentos (dos pequenos aos grandes) e instituições públicas e privadas que por intermédio de suas ações, ideias, estudos e estratégias singulares, tornam-se intrínsecos. E as inter-relações desses processos e cenários são percebidos por esses diversos atores como oportunidades de mudanças, tanto do território e quanto dos seus sujeitos.

Os atores do APL de Fruticultura Irrigada do VSMSF estão estabelecidos e concentrados localmente, compartilhando normas, convenções, valores, expectativas e rotinas que nasceram da experiência comum, estruturada pelas instituições.

Nesse ambiente sistêmico surgem processos inovativos, introduzidos pelos empreendimentos e também pelos demais atores institucionais. A inovação é o aprendizado que é novo no contexto temporal do APL, quando práticas e produtos são inseridos e incorporados por externalidades positivas e geram mudanças na produção e em outras características econômicas do Arranjo.

Um exemplo de resultado efetivo de inovação no APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco é a introdução da uva sem semente, que tem uma grande demanda no mercado exterior, mas que não havia essa variedade no Brasil. Porém, a partir 1994, a VALEEXPORT coordenou a pesquisa da uva sem semente junto a Embrapa e com financiamento do Sebrae (BA, RN, SE e PE) (GASQUES, VILLA VERDE e OLIVEIRA,

²⁸ São unidades ou galpões voltados para recepção, armazenamento, controle de qualidade, classificação, encaixotamento e envio das frutas produzidas.

2004). Até que fosse encontrada a variedade que se adaptasse ao clima e solo da região e que também atendesse as características comerciais (sabor, coloração, tamanho e textura) dos principais importadores (como Reino Unido e Alemanha) demorou vários anos, até que no início desta década foi iniciada a produção em escala comercial para exportação, e hoje cerca de 70 a 80% das uvas exportadas são do tipo sem semente (Entrevistado 1). Essa especialização de produção de uva de mesa para exportação incentivou a VALEXPORT a criar uma estrutura que atendesse com exclusividade os padrões técnicos e comerciais exigidos. Assim, em 1992 foi fundada a *Brazilian Grape Market Board*²⁹ (BGMB) (GASQUES, VILLA VERDE e OLIVEIRA, 2004)

Atualmente o APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco dispõe de 120 mil hectares de área cultivada em 25 projetos públicos irrigados em operação, com potencial para mais 200 ou 300 mil ha. Segundo a Tabela 2.1 em 2009 nos principais municípios que compõe o APL foram cultivados 111.526 ha, aproximadamente 45% no Estado de Pernambuco e 55% no Estado da Bahia. As áreas irrigadas são utilizadas por lavouras temporárias (56%) e permanentes (44%). O município de Juazeiro tem o maior espaço irrigado (39.055 ha), e Petrolina, maior município do APL tem a segunda maior área (29.380 ha). Os municípios de Casa Nova e Santa Maria da Boa Vista possuem respectivamente a 3ª e 4ª maior área (11.308 ha e 10.947 ha). No entanto, em ambas as lavouras, há uma forte concentração de áreas cultivadas nos municípios de Petrolina e Juazeiro, que somados, respondem por 68,1% das culturas de ciclos longos e 56,1% das de ciclo curto.

As culturas com maiores espaços de cultivo são a Manga (20 mil ha) e a Uva (9,1 mil ha). Estas frutas se destacam também por serem as principais frutas exportadas. A banana tem a terceira maior área de lavoura, e a maior produção, porém é uma fruta direcionada ao mercado local e interno. O mesmo ocorre com a Melancia, que possui uma área 5,5 vezes maior que do Melão, contudo, o valor das exportações em 2009 dos Melões foi 8,5 vezes maior do que a Melancia. As demais lavouras temporárias, Cebola, Cana-de-açúcar, Feijão, Tomate e Milho abastecem o mercado por intermédio das redes de varejo e as agroindústrias.

²⁹ Maiores informações: <http://www.bgma.com.br/>

Tabela 2.1: Área Cultivada das Lavouras Permanentes e Temporárias no APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco, 2009

LAVOURAS PERMANENTES	ÁREA (ha)	LAVOURAS TEMPORÁRIAS	ÁREA (ha)
TOTAL	49.234	TOTAL	62.292
Municípios do APL		Municípios do APL	
Lagoa Grande (PE)	1.850	Lagoa Grande (PE)	3.665
Orocó (PE)	1.934	Orocó (PE)	2.705
Petrolina (PE)	18.200	Petrolina (PE)	11.180
Santa Maria da Boa Vista (PE)	5.803	Santa Maria da Boa Vista (PE)	5.144
Casa Nova (BA)	3.405	Casa Nova (BA)	7.903
Curaçá (BA)	2.008	Curaçá (BA)	3.155
Juazeiro (BA)	15.313	Juazeiro (BA)	23.742
Sento Sé (BA)	721	Sento Sé (BA)	4.798
Tipo de Cultivo		Tipo de Cultivo	
Banana (cacho)	9.087	Cana-de-açúcar	15.330
Coco-da-baía	3.675	Cebola	8.816
Goiaba	3.028	Melancia	6.096
Limão	372	Melão	1.607
Mamão	1.177	Tomate	943
Manga	20.892	Feijão	12.781
Maracujá	1.900	Milho	9.233
Uva	9.103	Outras	7.486

Fonte: elaborado a partir de dados do IBGE (SIDRA), 2009 – Produção Agrícola Municipal (PAM)

Com esses números, a agricultura irrigada do VSMSF deixou de ser uma possibilidade para ser referência de produção e exportação no Brasil e no Mundo. Na agricultura irrigada a produção e comercialização de frutas tem um impacto maior nesta região tanto em valor de produção e quanto em geração de empregos. Em razão disso a mesma se encontra diante de grandes desafios para consolidar e almejar ampliar sua base exportadora. O Superintendente da VALEXPORT aponta para quatro entraves que desfavorecem atualmente o comércio de frutas do VSMSF:

- i) *Oferta de frutas do VSMSF é maior do que a demanda externa.* A concorrência internacional é ampliada a cada ano com a entrada de novos produtores no mercado, ou mesmo o fortalecimento da capacidade competitiva dos principais exportadores. O aumento da oferta de determinadas variedades poderá incorrer no risco dos preços caírem, diminuindo o valor das exportações e por sua vez o lucro dos produtores e demais operadores. Tal como ocorreu com a Manga no final da década de 1990 (FAVERO, 2008);

- ii) *Câmbio desfavorável.* As oscilações do valor do Real (R\$) frente ao Dólar (US\$) têm dificultado os exportadores brasileiros na colocação do produto no mercado. Uma apreciação do Real em relação ao Dólar diminui as exportações;
- iii) *Grande Mercado Interno.* Este mercado absorve a quase totalidade da produção de frutas, e tem capacidade para continuar ampliando, caso sejam realizados investimentos para estimular o consumo. Ressalta-se que a renda per capita brasileira tem aumentado, tal como o consumo de frutas, que entre 2000 e 2002 era de 279 g/pessoa/dia e passou para 290 g/pessoa/dia entre 2005 e 2007 (FAO, 2007). Grandes exportadores como o Chile, Equador, Colômbia, Nova Zelândia, Bélgica e Costa Rica – que exportam mais do que o Brasil – não tem um mercado interno que absorva sua produção e tornam-se dependentes do mercado externo para escoar seus produtos;
- iv) *Concorrência de outros produtos.* Produtos processados de grande demanda como biscoitos, refrigerantes, alimentos *fast food*, entre outros, são concorrentes indiretos. A família brasileira despende 3,2% do seu orçamento em alimentos com consumo de frutas e outros 3,2% para a aquisição de açúcares e derivados. Cereais e Leguminosas, Carnes, Aves e Ovos compõem a maior parte, 25,4%, sendo que a despesa com alimentos corresponde a apenas 16,1% do orçamento total das famílias no mês (IBGE-POF, 2009).

Para superar esses e outros obstáculos, e também fundar as bases político-institucionais que solidificam os vínculos intrínsecos dos atores do Arranjo Produtivo Local de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco é necessária haver instituições públicas e privadas que atuem confluídas para que sejam beneficiadas pelas externalidades que a proximidade favorece.

ii) *Institucionalidade e Análise SWOT*

Diversos pesquisadores compilaram informações disponíveis na literatura acadêmica e também em relatórios e documentos institucionais sobre quais são os atores e seus respectivos papéis na formação e desenvolvimento deste APL (LIMA e MIRANDA, 2000; LIMA e CAMPOS, 2005; MOUTINHO, 2009a). Na lista abaixo segue as categorias e as respectivas instituições e perfis:

- i) *Produtores.* Formado pelos colonos (produtores familiares, geralmente em áreas menores do que 10 ha³⁰) e empresários (grandes produtores) situados nos perímetros irrigados no APL (Maniçoba, Mandacaru, Tourão e Curaçá na Bahia; e Nilo Coelho, Maria Teresa e Bebedouro em Pernambuco). Os agricultores familiares têm uma produção mais diversificada, direcionada para o mercado local e demais regiões do Brasil (CORREIA, ARAÚJO e CAVALCANTI, 2001). Os empresários possuem uma produção mais especializada para as exportações – especialmente Manga e Uva – e atendimento da agroindústria, como a de Vinho no próprio Vale do Submédio do São Francisco, que constitui um Sistema Produtivo Local paralelo ao de produção de frutas *in natura*. Segundo Bustamante (2009) os empresários tem substituído os colonos em diversas áreas irrigadas, tornando o APL mais concentrado (e também mais especializado). Estes produtores incapazes de negociar sozinho preços dos insumos e dos seus produtos de modo mais eficiente organizam-se em associações e cooperativas para atingirem os objetivos comuns. Os empresários formaram a VALEXPORT, a *Brazilian Grape Market Board*, o Instituto do Vinho, a Câmara da Manga, com intuito de se fortalecer internamente – de modo sistêmico e cooperado – para competir externamente. Os produtores familiares também se organizam em cooperativas para alcançar maiores escalas produtivas e conseguir barganhar os preços;
- ii) *Infraestrutura.* O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/DNOCS e a Codevasf foram os responsáveis pelo início dos projetos irrigados que deram origem ao APL. A intervenção dessas estatais atendeu a crescente necessidade de reunir agricultura e indústria a um contexto desenvolvimentista do semiárido brasileiro. A Codevasf também atua em outros setores, provendo formação e assistência técnica, mas por vezes ela contrata mão-de-obra terceirizada, principalmente capacitação (Entrevistado 2);
- iii) *Sistema de Ciência e Tecnologia.* Este sistema é uma dos atuais pilares da inovação do VSMSF, por juntar importantes instituições fomentadoras de

³⁰ VITAL e SAMPAIO, 2007

pesquisas na área agrícola. A Embrapa Semiárido, com sede em Petrolina, estuda diversas variedades de frutas. A uva e a melancia sem semente foram resultado de anos de pesquisa e experiências. O Instituto Agrônomo de Pernambuco/IPA é o órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural/Ater, mas sua função inicial consiste desde 1948 em realizar pesquisas, tendo o papel de instituição de Ater desde 2004. Em Petrolina, o IPA possui um Centro de Produção e Comercialização que também desenvolve pesquisa sobre fruticultura e possui um laboratório de análise de solo e qualidade da água. O Instituto Tecnológico de Pernambuco/ITEP apóia pesquisas de uva sem semente e é responsável pela implementação do Centro Tecnológico da Uva do Vinho em Petrolina, uma parceria entre o Embrapa, Sectma e o Instituto do Vinho do Vale do Submédio do São Francisco. O Sebrae é um importante órgão financiador das pesquisas com uvas sem semente;

- iv) *Educação e Formação.* Na região estão instalados centros de excelência de ensino, tais como: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Sertão Pernambucano/IF-Sertão; Universidade Federal do Vale do Submédio do São Francisco/UNIVASF (unidades em Petrolina e Juazeiro); Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Petrolina/FACAPE; Universidade Estadual da Bahia/UNEB, que possui um Mestrado em Horticultura Irrigada em Juazeiro, e realiza pesquisas sobre tecnologias e processos produtivos na fruticultura irrigada; Universidade de Pernambuco/UPE; e Faculdade São Francisco de Juazeiro/FASJ e outras instituições de ensino superior privado e de Educação à Distância. Além destas, a 3ª e 6ª Superintendências Regionais da Codevasf e os Sebrae PE/BA atuam provendo formações para os micros e pequenos produtores.
- v) *Instituições Financeiras.* O BNB, BNDES, Banco do Brasil formal o rol das principais agências de financiamento da região do VSMSF. Mas há os bancos privados como o Bradesco e instituições de microcrédito também atendendo a região. Contudo, o volume de crédito e as linhas disponíveis são ainda incipientes para as ofertas planejadas dos produtores, que precisam de financiamento em determinados períodos de acordo com seus

planos de negócios, por consequência, os grandes e médios produtores utilizam recursos próprios para atender suas atividades.

- vi) *Assistência Técnica e Extensão Rural/Ater.* O VSMSF conta com uma Gerência Regional do Instituto Agrônomo de Pernambuco/IPA em Petrolina, e o Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada/Irpa e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário/EBDA, além da Codevasf, principal instituição governamental do APL, ambas prestando serviço gratuito, especialmente para os colonos/agricultores familiares. Também há empresas privadas, mas estas atendem os grandes e médios produtores frutícolas;
- vii) *Comercialização.* A VALEEXPORT não comercializa as frutas diretamente, busca organizar os produtores e prover soluções para os entraves na comercialização no exterior. O Sistema Integrado de Comercialização de Frutas do Vale do Submédio do São Francisco/SICVALE atuou entre 1998 e 2009 nas negociações de vendas, centralizando a oferta e coordenando a distribuição, ressaltando que o produto não era entregue a ela, apenas realizava o trabalho de informar os produtores os volumes demandados no mercado interno (GASQUES, VILLA VERDE e OLIVEIRA, 2004). O papel da SICVALE foi fundamental num período em que os pequenos e médios produtores tinham dificuldades em escoar sua produção para os mercados do Sul e Sudeste, mas com o advento do avanço da tecnologia de informação e comunicação, os produtores passaram articular os próprios contatos e desenvolver estruturas para vender suas frutas diretamente aos principais compradores (Entrevistado 3). A Brazilian Grape Market Board, criada em 1992, foca a exportação de uva, e teve origem na necessidade comercializar uvas sem semente para Europa. A Cooperativa Agrícola de Juazeiro tem um papel fundamental na implantação e comercialização dessas uvas, pois provê assistência técnica aos seus cooperados, além de promover sua própria marca (SECTI-BA, 2008). A Associação de Pequenos Produtores do Vale/Aprovale, criada em 1998, congrega os produtores de manga que atendem os mercados interno e externo. Já o Mercado do Produtor de Juazeiro comercializa cerca de R\$ 30 milhões em frutas, anualmente, tudo direcionado para o mercado interno (GASQUES, VILLA

VERDE e OLIVEIRA, 2004). No Perímetro Irrigado Nilo Coelho, em Petrolina, existe a Central de Comercialização e Distribuição de Frutas do C-3, com uma área construída disponível de 2.700 m². O Sebrae também tem provido uma importante contribuição com projetos para o APL na superação das barreiras comerciais internas e externas, além de incentivar o Projeto do Roteiro do Vinho do Vale do Submédio do São Francisco (SEBRAE-SIGEOR, 2009). Outro serviço importante é a Central de Compras de Hortifrutigranjeiros do Vale/Cehot, ligada a Rede de Supermercados Bompreço. Esse centro compra diretamente dos produtores e abastece as unidades da rede. Aos produtores são exigidos controles de qualidade e embalagens dos produtos de acordo com as especificações exigidas (SILVA, 2000). O ITEP no final de 2010 inaugurou um serviço de apoio a inspeção da qualidade das frutas exportadas, além de articular com empresas europeias certificadoras. Para os micros e pequenos produtores, organizados em cooperativas, é uma grande oportunidade, por terem a disposição um serviço que lhes garantirá uma entrada mais segura e eficaz no mercado europeu (ITEP, 2010).

Este é um APL organizando institucionalmente, pois se verifica um sistema integrado de políticas para produção, comercialização e fortalecimento da identidade da região no cenário internacional. A cooperação entre os principais agentes atrai diversos investimentos, tal como visto no Sistema de Ciência e Tecnologia e também de educação, que tem consolidado na região instituições de pesquisa e ensino de excelência. A inovação tem sido o mote do desempenho dos empresários e das instituições públicas e privadas, pois é com este foco que o APL tem fundado seus objetivos. Contudo, ainda há aspectos que atravancam seu desenvolvimento socioeconômico que foram identificados por diversos estudos, inclusive um mais recente, da INTG (2009), que realiza uma análise SWOT³¹ (Quadro 2.1) sobre a fruticultura irrigada do submédio do Sertão do São Francisco. Um resumo deste estudo está organizado no quadro abaixo.

³¹ É um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). É uma ferramenta que permite verificar o cenário e as tendências do território e da atividade produtiva do local, assim como o ambiente institucional que forma o arranjo. Os pontos fortes e fracos analisam os aspectos internos que são inerentes aos próprios atores do arranjo; as oportunidades e ameaças configuram o ambiente externo, mas que não dependem dos atores do arranjo (LEÃO, MOUTINHO E XAVIER, 2010, p. 13).

Quadro 2.1: Análise SWOT da Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Singularidade da área de produção;• Desenvolvimento e formação: Escola Agrotécnica, Embrapa Semiárido e UNIVASF;• Introdução de novas espécies e variedades de frutas;• Mudança no padrão de financiamento;	<ul style="list-style-type: none">• Logística;• Descontinuidade de ações governamentais;• Acesso ao crédito;• Inexistência de política para o semiárido;• Segurança;
Forças	Franquezas
<ul style="list-style-type: none">• Esforço de aperfeiçoamento da gestão empresaria/visão de mercado;• Tecnologia e inovação;• Investimento na qualificação da mão-de-obra;• Organização do setor;	<ul style="list-style-type: none">• Polo pequeno e pouco diversificado;• Insuficiente investimentos em pesquisa;• Insuficiente cultura do associativismo;• Baixo aproveitamento do excesso de produção/não industrialização;

Fonte: INTG, 2009: 241

Esta análise reflete as observações dos empresários, produtores e demais atores do APL sobre os gargalos e potencialidades da região no comércio nacional e internacional. Na próxima seção serão apontadas as oportunidades e entraves não somente deste APL, mas de todo setor frutícola.

2.2 Políticas para o APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco

Esta seção descreve uma síntese das políticas e ações das instituições públicas e privadas que contribuíram para sua formação e caracterização atual da produção e comercialização de frutas do Vale do Submédio do São Francisco.

O rio São Francisco é considerado com o rio da integração nacional, dada sua extensão ligando o Nordeste ao Centro-sul do país, além de sua importância geográfica, econômica, cultural e histórica para expansão e ocupação do território brasileiro nas regiões de clima seco e semiárido cortando 3.100 km e escoando numa área aproximada de 670.000 km² (ANDRADE, 1984). Desde o século XVII suas margens são povoadas por populações que viviam da pecuária, do comércio e agricultura de subsistência, em meados do século XIX havia o interesse de aplicar no rio São Francisco um regime regulatório para seu uso e também promover sua navegabilidade, contudo as primeiras ações institucionais ocorreram a partir de 1946, com o advento da nova constituição estabeleceu-se que se aplicaria anualmente no mínimo 1% da renda nacional para proporcionar a utilização eficaz do potencial econômico do rio São Francisco (ANDRADE, 1984)

A partir da promulgação do artigo 29 da Constituição de 1946 e de uma nova política

desenvolvimentista atrelada em grandes investimentos públicos, o Vale do São Francisco recebe importantes projetos como a Chesf e a Codevasf que passam a ser os principais marcos para o crescimento econômico da região.

A estrutura organizativa atual da Codevasf foi consolidada em 2000, mas sua história inicia em 1948 com criação da Comissão do Vale do Submédio do São Francisco (CVSF), motivada pela obrigatoriedade de realizar investimentos estruturais no Vale do São Francisco. Em 1968, com as obras de irrigação em andamento, a CVSF foi substituída pela Superintendência do Vale do Submédio do São Francisco (Suvale), mas poucos anos depois, em 1974, passa-se a ser denominada como Companhia de Desenvolvimento do Vale do Submédio do São Francisco (INTG, 2009; SECTI-BA, 2008).

No Quadro 2.2 estão apontadas as principais ações e políticas realizadas para formação e consolidação do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco. Desde a criação de uma entidade pública até projetos estruturantes para a região. As políticas e ações são divididas por períodos que estão ligados

Quadro 2.2: Síntese da Evolução das Políticas e Ações para o Desenvolvimento da Fruticultura no Vale do Submédio do São Francisco e Nordeste

Períodos	Políticas e Ações	Descrição
Até 1945	(1945) Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas/DNOCS; ³²	Foco no combate a seca por meio da construção de açudes.
1946 a 1969	Art. 29 da Constituição de 1946 (1948) Criação da Comissão do Vale do São Francisco/CVSF (Lei nº 541, 15/12/1948) (1948-1955) Criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco/Chesf; (1954) Construção da Ponte rodo-ferroviária Presidente Dutra; (1952) Criação do Banco do Nordeste do Brasil/BNB (1959) Criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/Sudene; (Década de 1960) Pioneirismo da produção de uvas de mesa (Santa Maria da Vista e Belém do São Francisco) (1968) Criação da Superintendência do Vale do São Francisco/Suvalc; (1968) Conclusão do primeiro estudo do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola/GEIDA sobre as potencialidades de irrigação no Nordeste;	Formação da Infraestrutura a partir de investimentos públicos nas áreas energética, logística e hídrica.
1970 a 1979	(1971) Divulgação do Programa Plurianual de Irrigação/PPI pelo GEIDA; (1972) A Política de Irrigação do Nordeste passa a ser regida pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento/ I PND. A fonte de recursos provinha do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FINOR; (1973-1979) Construção da Barragem de Sobradinho; (1974) Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco/Codevasf (Lei nº 6088, 16/07/1974); (1976) Inaugurado o Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Semiárido da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/CPATSA-Embrapa; (1979) Aprovação da “Lei de Irrigação” – nº 6.662 de 21 de Junho.	Implementação dos projetos públicos de irrigação no auge da Ditadura Militar.
1980 a 1987	(1984 e 1986) Primeiras experiências da produção de vinhos no Vale do São Francisco; (Década 1980) Ápice da produção de tomate, cebola e melão na região do Vale do São Francisco; (1986) Criação do Programa Nacional de Irrigação/PRONI e Programa de Irrigação do Nordeste/PROINE;	Auge da produção das culturas temporárias e início da produção de culturas perenes.
1988 a 1994	(1988) Fundação da VALEEXPORT; (1989) Instituto Brasileiro de Fruticultura/Ibraf (1989) Início do Programa de Controle a Mosca da Fruta; (1991) Produção e Exportação de Frutas, Hortaliças, Flores e Plantas Ornamentais/Frupex (1991/1997) Criação da Câmara da Manga do Vale; (1992) Brazilian Grape Market Board;	Inflexão na organização associativa dos produtores e demais atores para formar uma base exportadora de frutas

³² Inicialmente foi criado como Inspetoria de Obras Contra as Secas em 1909, sendo, portanto, a instituição pública federal mais antiga a atuar no Nordeste brasileiro.

	(1994) Início das pesquisas da uva sem semente;	da região.
1995 a 1999	<p>(1996) Iniciadas as obras do Projeto de Irrigação Pontal;</p> <p>(1996) Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste/PADFIN</p> <p>(1997) Agência de Promoção de Exportações/Apex</p> <p>(1997) Programa Biotecnológico de Apoio à Competitividade Internacional da Agricultura Brasileira/Bioex instituído pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq</p> <p>(1998) Implementação do Programa Especial de Exportações/PEE coordenado pela Câmara de Comércio Exterior/Camex;</p> <p>(1998) Inaugurado o Sistema Integrado de Comercialização de Frutas do Vale do São Francisco/Sicvale</p> <p>(1999) Associação de Pequenos Produtores do Vale/Aprovale</p> <p>(1999) Criação do Grupo de Coco do Vale do São Francisco/GCV</p> <p>(1999) Início da implantação da Produção Integrada de Frutas/PIF no Vale do São Francisco;</p> <p>(1999) Estruturação do Programa do Vinho do Vale do São Francisco</p>	Fortalecimento da base exportadora e promoção da inovação na Fruticultura Irrigada. Ações governamentais ampliadas e com foco nas potencialidades da produção de frutas e vinhos;
2000 a 2011	<p>(2001) Criado o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco/CBHSF;</p> <p>(2001) Criação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA (Lei Complementar nº 113, 19/09/2001 – regulamente pelo Decreto nº 4.366, 09/09/2002.</p> <p>(2001) Divulgação de estudo do Banco do Nordeste do Brasil “Políticas e estratégias para um novo modelo de irrigação” como proposta do Novo Modelo de Irrigação;</p> <p>(2002) Fundação da Univasf;</p> <p>(2003) Programa de Desenvolvimento da Fruticultura/Prodefruta (Resolução CMN/BACEN n. 3.095, de 25/06/2003)</p> <p>(2003-2026) Projeto Canal do Sertão;</p> <p>(2005) Estudo prospectivo Iniciativas Estratégicas para Apoiar Inovações no Nordeste (Inova NE)</p> <p>(2005-2025) PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional</p> <p>(2006) Instituto do Vinho do Vale do São Francisco/Vinhovaf</p> <p>(2006) Centro Tecnológico da Uva do Vinho em Petrolina;</p> <p>(2008/2009) Renegociação de dívidas dos empresários do VSMSF</p> <p>(2010) Conquista do Selo de Indicação Geográfica concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial/INPI.</p> <p>(2010) Início da cobrança pelo uso da água do rio São Francisco;</p> <p>(2011) Programa Chapéu de Palha da Fruticultura Irrigada</p>	Consolidação do Arranjo Produtivo Local de Fruticultura Irrigada do São Francisco e novos projetos estruturantes de irrigação e abastecimento de água.

Fonte: Elaboração do Autor a partir de RAMOS, 2005; GASQUES, VILLA VERDE e OLIVEIRA, 2004; COELHO NETO, 2009; PIMES, 1984; SILVA, 2001; VITAL, 2009; LIMA e CAMPOS, 2005.

Até 1945 pouco foi realizado pelo Estado para potencializar a região do Vale do São Francisco, mesmo reconhecendo sua vantagem estratégica como integradora regional e a

possibilidade de explorar seus recursos hídricos para navegação e irrigação. A ação mais concreta realizada nesse período, e que perdura nos dias atuais iniciou com o DNOCS que tinha o foco na construção de açudes que garantissem água potável nos períodos de seca que assolavam regiões do semiárido nordestino. Contudo, essas ações não foram aproveitadas para atingir outras necessidades e objetivos da população.

Esse contexto mudaria a partir de 1946 com a destinação compulsória de recursos nacionais para investimentos no Vale do São Francisco. Porém, até 1969 as ações práticas no Vale foram lentas, ao Estado, coube primeiro criar uma estrutura governamental mínima na região para realizar estudos e executar projetos na região, principalmente nas áreas energética e hídrica. Entre os destaques estão a criação da Chesf, Banco do Nordeste e Sudene, que junto com a Codevasf foram os pilares da formulação e execução de políticas no Nordeste, especialmente no semiárido. Mas, o ponto considerado angular para as políticas mais efetivas na região, principalmente de irrigação com propósito de promover o desenvolvimento socioeconômico da região, situa-se no ano de 1968, quando ocorre a criação da GEIDA, que divulga seus resultados dois anos depois, e conseqüentemente, em 1971 é lançado o Programa Plurianual de Irrigação. A primeira política com metas orientadoras e prazos estabelecidos, que trata a questão da irrigação não mais como aspecto secundário, mas como plano prioritário para viabilidade econômica (PIMES, 1984; COELHO NETO, 2009).

A década 1960 também aparece como o período pioneiro das primeiras experiências de produção de frutas no Sertão do São Francisco, com o surgimento de algumas vinícolas. Estas iniciativas serão um dos subsídios para verificar a viabilidade da produção frutícola nas áreas irrigadas nos anos 1980.

Ainda na década de 1970, auge do Governo Militar e de políticas direcionadas para o crescimento econômico, são executados os projetos públicos de irrigação coordenados pela Codevasf com recursos do FINOR. O destaque é a criação da Embrapa Semiárido que marca o início das pesquisas para melhoria da produção e desenvolvimento de novas variedades, inclusive de frutas. Em 1979, a “Lei de Irrigação” é finalmente aprovada, contudo o Projeto de Lei é de 1959, mas em razão dos conflitos existentes sobre as propriedades agrícolas houve esse grande atraso, que se tornou um entrave para regulamentação de outras políticas e programas como o PRONI e PROINE que só foram criados e implementados no final dos anos 1980 (COELHO NETO, 2009)

De 1980 a 1987 a produção de culturas de ciclos curtos atinge seu ápice. Os projetos públicos de irrigação continuaram sendo ampliados, mas a produção de culturas permanentes

verificou-se que é mais viável economicamente, por este motivo inicia-se a substituição pela produção de mangas, uvas e outras variedades adaptáveis e que tenha demanda. Associada a esta mudança são instaladas as agroindústrias e empreendimentos pioneiros em vitivinicultura e também são promovidas as primeiras ações de fruticultura para exportação.

A economia brasileira, tal como a do VSMSF atinge um período de inflexão entre 1988 a 1994 em razão das mudanças na política macroeconômica, desde a Abertura Comercial, até o Plano Real. Os produtores percebem as vantagens dessas mudanças para superar os obstáculos das exportações. Sendo o mercado externo um viés, os produtores do Vale também vêem as vantagens da comercialização cooperada e passam a ligar os diversos atores locais com os agentes externos para criar e fortalecer as políticas e programas para este território.

O mercado interno e externo entre 1995 e 1999 de frutas estava em amplo crescimento e ações foram realizadas para ampliar o espaço de produção e também para fortalecer a especialização territorial da fruticultura irrigada, importante para a promoção de empregos e balança comercial, bem como a organização da base de exportadora e também de distribuição interna. As instituições federais estaduais de ciência e tecnologia como Embrapa, Itep, Sebrae, CNPq e ministérios e secretarias estaduais passam a investir mais na região com programas de inovação e comercialização. Concomitante, os atores locais passam a ter maior aproximação com os órgãos públicos e privados face ao reconhecimento da região como dinamizadora da economia e importante geradora de empregos.

Entre 2000 e 2011, são iniciados os novos projetos de perímetros irrigados que visam ampliar a área de irrigação para produção agrícola que atualmente é de aproximadamente 120 mil hectares, mas que pode atingir 360 mil. Ao final deste período os produtores-exportadores são afetados por crises do mercado externo e se endividam, gerando problemas nos pagamentos dos financiamentos. Organizados associativamente e contando com a articulação dos Governos dos Estados da Bahia e Pernambuco para renegociarem as dívidas com apoio de instituições como o BNDES e Banco do Nordeste. A região também se consolidou como APL, principalmente por ter ampliado o leque de atores e iniciativas ligadas diretamente a fruticultura irrigada. Na área do ensino é fundada a Universidade Federal do Vale do São Francisco que possui campus nas duas principais cidades – Petrolina e Juazeiro – demonstrando a importância e a necessidade de se pensar o APL como um território sistêmico, sem divisões geográficas.

Em 2010 o Vale do São Francisco conquistou do INPI o Selo de Indicação Geográfica.

Este selo identifica territórios que valorizam os produtos mais destacados de um local, quando a região é associada a estes produtos, ganhando, portanto, valor agregado, mas o principal é a diferenciação ante os produtos similares e substitutos. A gestão e organização do território do VSMSF serão potencializadas com essa valorização.

Em 2011, aproximadamente 2,4 trabalhadores rurais desempregados nos períodos de entressafra da agricultura irrigada de sete municípios pernambucanos do Sertão do São Francisco serão atendidos pelo Programa Chapéu de Palha, que busca atender os chamados safristas, que devido ao curto período de trabalho, não podem receber seguro desemprego, o valor concedido será de R\$ 232,50.

Uma das mudanças mais significativas para o cultivo de frutas na última década é a cobrança pelo uso da água do rio São Francisco, que está na pauta de discussão do Governo Federal desde 1997, quando foi promulgada a chamada “Lei das Águas” (Lei nº 9.433), que regula o uso e a gestão das fontes hídricas do país. Mas, o primeiro passo para implementar esta iniciativa no Vale do São Francisco deu-se com a criação em 2001 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco que passou toda a década realizando estudos e debates em prol da melhor forma de cobrança numa região que abrange desde pequenos proprietários até empreendimentos multinacionais, tais como indústrias de alimentos e mineradoras.

Os consensos sobre a gestão e aplicação da cobrança tiveram origem nesse comitê, que congrega órgãos governamentais, empresas e principalmente sociedade civil, que esteve presente nessas discussões. Porém, mesmo com esta iniciativa de formação de um órgão colegiado e a tomada de decisão para precificação do uso da água da bacia, ainda assim, este debate está longe de atingir um acordo permanente, pois se verifica múltiplas realidades ao longo dos territórios que margeiam o “Velho Chico” (XAVIER, COSTA e FILHO, 2007). Todavia, o início dessa cobrança é um avanço na utilização racional e gestão dos recursos hídricos, principalmente num momento que se aflora a questão da conservação e proteção ambiental como conceitos essenciais para um desenvolvimento econômico sustentável. A água nesse cenário um dos bens mais disputados, em razão dos seus múltiplos usos, especialmente econômicos.

Apesar da publicação da Lei das Águas em 1997, da criação do CBHSF em 2001 e das primeiras deliberações para cobrança em 2006, efetivamente sua real aplicação iniciou em julho de 2010, por meio da resolução nº 108 de 2010 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos/CNRH (ANA, 2010a). Os valores cobrados são de R\$ 0,01 por cada m³ captado, R\$ 0,02 por cada m³ consumido e R\$ 0,07 por cada Kg de lançamento de efluentes orgânicos. No

entanto, esses valores são cobrados dos seus usuários se o volume de água utilizada superar quatro litros por segundo ou 14,4 m³ por hora (ANA, 2010a).

Segundo a Agência Nacional de Águas/ANA estes valores cobrados não irão implicar em maiores custos para os usuários dos setores industrial, agrícola e urbano. A justificativa seria que os valores precificados foram amplamente discutidos com estes usuários. Embora, não pareça ser um custo alto, ainda assim, o pagamento pelo uso da água irá modificar as estratégias das empresas, especialmente do setor de fruticultura irrigada que estão em expansão de produção. Mesmo com a utilização de técnicas de irrigação mais eficientes, como semi-aspersão e gotejamento, será preciso repensar o consumo mais eficiente da água, pois a cobrança não é um imposto, e sim um acordo condominial, que poderá ser revisto em momentos futuros.

Com a implantação recente e a necessidade de realizar novos cadastros e atualização outros a estimativa de arrecadação na Bacia do São Francisco com os pagamentos do uso da água pelos critérios e preços estabelecidos seja de R\$ 11,5 milhões. Porém, em 2010, arrecadação aproximou-se dos R\$ 2 milhões. O destino dessa arrecadação – de acordo com o art. 22 da Lei nº 9.433/1997³³ - será aproveitado para realização de estudos e projetos, além de pagamento de implementação e custeio dos órgãos e integrantes Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Os municípios dos APL de Fruticultura Irrigada do São Francisco têm uma significativa participação nesta arrecadação. De acordo com ANA, cerca de 9,2% da estimativa de arrecadação será paga pelos municípios do APL, esse percentual aumenta quando verificado o total efetivo arrecadado em 2010, que foi de 15,2%. Sendo que, três desses municípios são responsáveis por aproximadamente 86% destes pagamentos – Casa Nova, Juazeiro e Petrolina (ANA, 2010b). O setor de irrigação é responsável por 7,8% dos gastos em 2010 e prevê-se uma arrecadação de 10,5% desse setor nos próximos anos, sendo o setor que mais pagará pelo uso das águas da Bacia do Rio São Francisco.

2.3 Destinos da Produção de Frutas e Organização Institucional do APL

Entre as instituições presentes no APL de Fruticultura Irrigada do VSMSF estão as de formação, pesquisa, assistência técnica e crédito, a maioria, especialmente da esfera federal, não distinguem se o município é baiano ou pernambucano, desde que estejam no raio de ação estabelecido pela entidade. Considerando o planejando dos investimentos federais, o

³³ Instituto a Política Nacional de Recursos Hídricos.

semiárido nordestino tem obtido bastante atenção de políticas que visam o fortalecimento de redes de cooperação e ações sistêmicas. A cooperação no campo da pesquisa tem estabelecido laços importantes para geração de inovação tecnológica, as instituições de ensino superior, como a Univasf, UNEB, UFRPE, UFPE, UFBA e IF-Sertão realizam pesquisas conjuntas com a Embrapa Semiárido, ITEP e outras entidades privadas e públicas, utilizando recursos do CNPq, FACEPE³⁴, FAPESB³⁵, BNB, CAPES e outros órgãos de financiamento e fomento. A FACEPE tem entre suas linhas prioritárias a disponibilização de recursos e bolsas de pós-graduação para os Arranjos Produtivos Locais, enquanto que a FAPESB abriu em 2010 um edital para apoio aos Sistemas Locais de Inovação em Instituições Tecnológicas e Científicas no valor de R\$ 4,8 milhões.

A produção deste APL está orientada para três tipos de destinos, o primeiro e principal é o externo, cuja dinâmica econômica e estratégias estabelecidas estão influenciadas pela demanda dos principais países importadores e para variação cambial. Uma diminuição nessas exportações estimula a opção pelo fluxo interno, que tem ganhado força com as Grandes Redes de Varejo, como o Carrefour e Bompreço, que estão inclusive vendendo – ou planejando a comercialização de – frutas com informações da procedência do produto, desde o lugar e dia que foi colhido até detalhes sobre o manejo da produção, e se está usando menos agrotóxicos e outros produtos químicos.

Outra via que está tendo maior projeção é a industrialização, especialmente na margem pernambucana do APL – em razão dos incentivos fiscais e estímulo aos projetos industriais no interior do Estado. Os destaques são os vinhos (Petrolina e Lagoa Grande) e a água de coco envasada (Petrolina), mas há projetos de plantas em planejamento ou em execução para produção de frutas cristalizadas e poupas. No lado baiano do APL haverá uma nova indústria chamada de Casa de Taipa que produzirá sucos naturais e concentrados e geléias, uma parceria entre a Special Fruit – principal exportadora de frutas do Vale do São Francisco – e a Casa Valduga – uma das mais importantes vinícolas do Vale dos Vinhedos no Rio Grande do Sul. Além disso, a Embrapa Semiárido está pesquisando um modo eficiente de produção de suco de uva concentrando que poderá beneficiar outros produtores, inclusive pequenos e médios produtores da região.

Os bens industrializados e exportados valorizam a região, mostrando que não são apenas frutas *in natura* e nem somente manga e uva. Esses produtos industrializados são vendidos principalmente no mercado interno, que ainda é a grande demanda. No entanto, as

³⁴ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Pernambuco (www.facepe.br).

³⁵ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (www.fapesb.ba.gov.br).

redes de varejo estão exigindo que as frutas que chegam às suas prateleiras tenham as mesmas características e qualidades daquelas comercializadas para a Europa e EUA.

Esse sistema é integrado pela institucionalidade que está vinculada a todos os três fluxos, prestando assessoria técnica e serviços especializados desde o cultivo, passando pelas pesquisas e aprendizado, até a formação de instituições associativas que articulam e mobilizam tanto trabalhadores como empresários e as demais entidades de assessoria e fomento.

As instituições que formam este APL podem ser classificadas em macro e micro-instituições (Figura 2.1), as primeiras referem-se às de âmbito político, capazes de afetar as estratégias de mercado das firmas e as políticas de uma região, essas seriam os ministérios, secretários e demais órgãos públicos nas esferas municipal, estadual e federal como também os mecanismos e instrumentos de marco legal para de regulação e controle das instituições e políticas. Se macro-instituições abrangem as relações institucionais de um mercado, as micro-instituições são aquelas formadas no interior das empresas ou dos próprios mercados (DOSI, 1988).

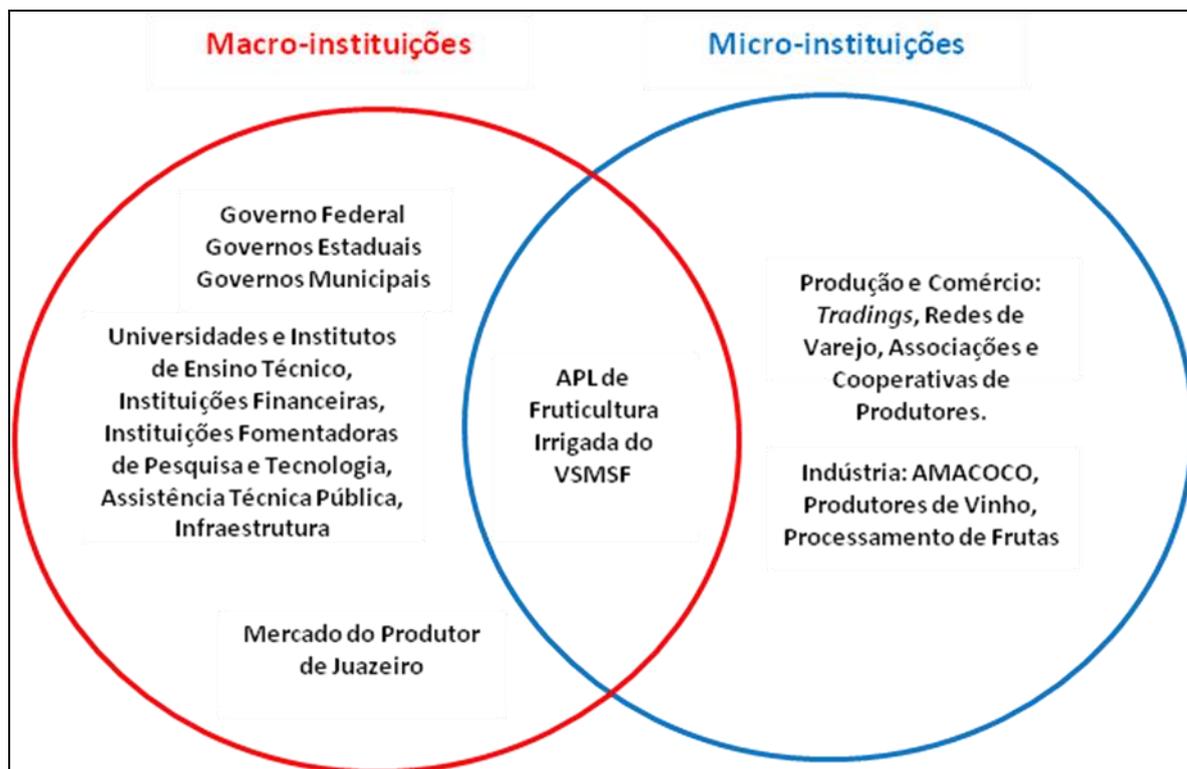


Figura 2.1: Interação das Instituições do APL de Fruticultura Irrigada do VSMSF
Fonte: elaboração do autor com base em Dosi (1988)

O tecido dessa institucionalidade é a cooperação, pois são verificados sindicatos, associações e cooperativas que transpõe qualquer linha geográfica, um exemplo disso são as

Campanhas Salariais Unificadas, que há 17 anos reúne os trabalhadores e o patronato em negociações coletivas envolvendo os municípios listados desse APL e também outros vizinhos como Sobradinho, e Abaré na Bahia, e Belém de São Francisco em Pernambuco, pois as margens do APL já estão transcendendo o território abrangido.

O VSMSF é reconhecido como território peculiar que necessita de um plano de desenvolvimento que seja sistêmico, contudo, ainda há políticas e ações que são estritamente voltadas para uma das margens, como é o caso dos programas e projetos dos Governos da Bahia e de Pernambuco, que fazem com que um lado tenha determinados benefícios e incentivos que o outro não dispõe. Além disso, é perceptível que a infraestrutura e maioria das instituições e empresas estão sediadas nos municípios pernambucanos, em alguns casos como da VDS Export, as empresas possuem empreendimentos nos dois lados, mas ainda assim mantém o escritório principal em Petrolina.

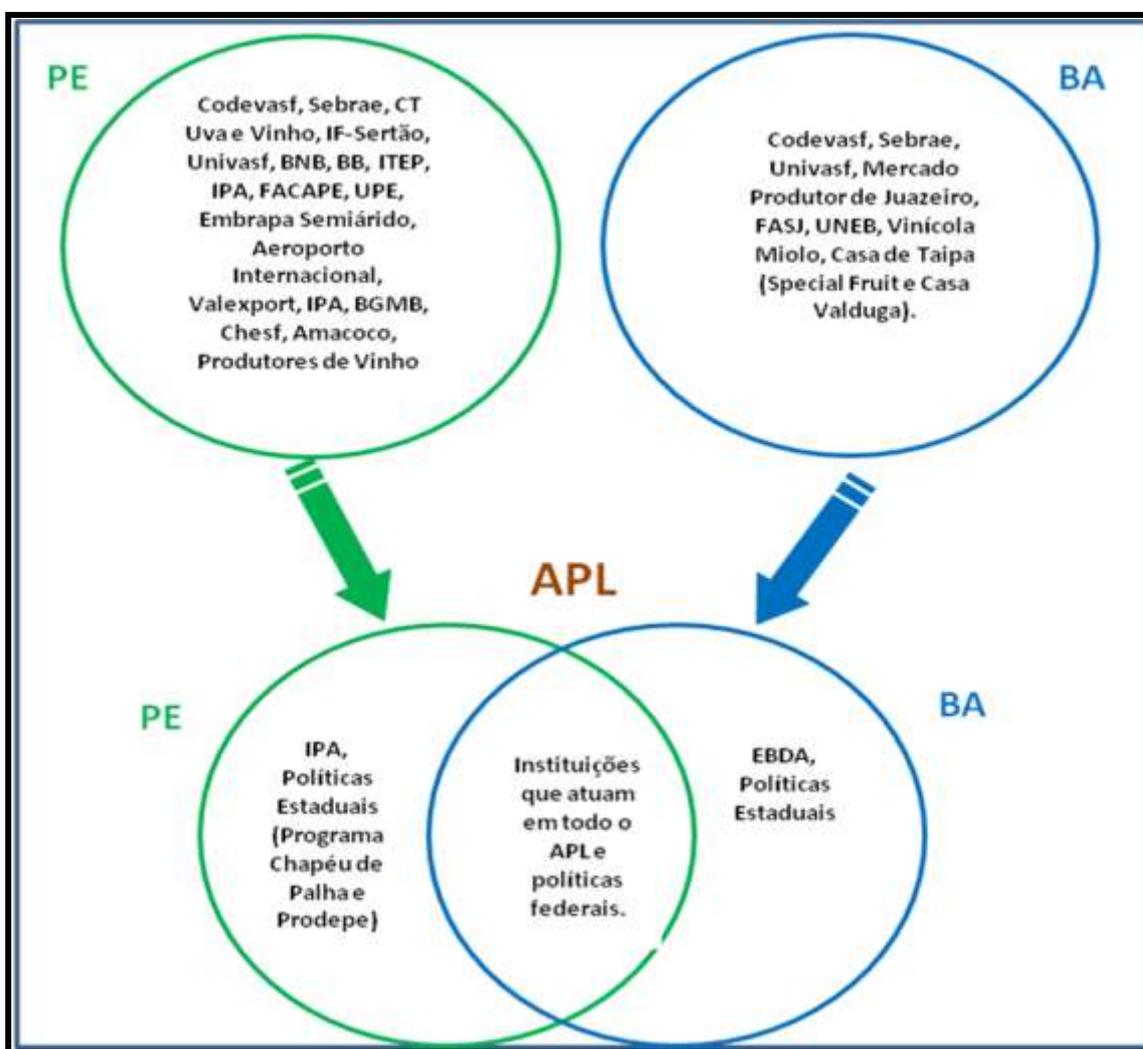


Figura 2.2: Relação das Instituições e Empreendimentos do APL de Fruticultura Irrigada do VSMSF
 Fonte: elaboração do autor.

Na Figura 2.2 são mostradas na primeira sequência as instituições sediadas em cada lado do território, contudo, a grande maioria delas intervém no todo, como os estudantes que têm o direito de estudar em qualquer das instituições de ensino, independente do município de origem.

A Codevasf e o Sebrae possuem ambos escritórios em Juazeiro e Petrolina, mesmo o foco sendo seus respectivos municípios de abrangência, ainda assim, percebe-se que há cooperação, nas informações e troca de experiências, principalmente em eventos e reuniões que visam discutir pontos determinantes do Vale. A Univasf é única instituição que está sediada nos dois lados³⁶, sendo um reflexo da política territorial do Governo Federal, podendo inclusive captar recursos das agências de fomento e pesquisa de ambos os Estados, a exemplo da FACEPE e FAPESB. Entre as políticas territoriais de destaque, a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA visa priorizar ações e recursos para os municípios do Submédio do Vale do São Francisco³⁷. As demais entidades federais, como a Embrapa Semiárido, que tem escritório somente em Petrolina, atuam em todo o APL. O Aeroporto Internacional Nilo Coelho é de utilização dos municípios do Vale do São Francisco. Outro destaque é o futuro projeto do ramal do Sertão do São Francisco com a Ferrovia Nova Transnordestina serão ligadas a Petrolina. As principais indústrias estão instaladas no lado pernambucano, além de outras que estão em processo ou estão planejando, configurando que a Região de Desenvolvimento do Sertão do São Francisco, em Pernambuco possui uma infraestrutura e incentivos fiscais³⁸ mais atrativos, como crédito presumido do ICMS variando de 75% a 95% do saldo devedor um prazo de 12 anos.

Fora desse contexto de cooperação e integração sistêmica existem políticas e órgãos públicos estaduais que atendem somente seus respectivos municípios, como é o caso do IPA e da EBDA. Quanto às políticas, o Programa Chapéu de Palha irá beneficiar somente os trabalhadores temporários residentes em Pernambuco, deixando de lado aqueles trabalhadores da Bahia e que são afligidos pelos mesmos problemas de falta de emprego na entressafra.

O Mercado Produtor de Juazeiro é um exemplo a parte, pois é administrado pela

³⁶ Também possui um curso de Arqueologia no Piauí.

³⁷ A RIDE é formada pelos municípios de Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, e pelos municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, na Bahia. O município de Sento Sé não está contemplado aqui, mas é atendido por outras políticas. Mais informações: <http://www.integracao.gov.br/programasregionais/rides/ridepetrolinajuazeiro/index.asp#3>

³⁸ O Programa de Desenvolvimento de Pernambuco/PRODEPE foi instituído em 1991 (Lei nº 10.649) tendo sofrido alterações, inclusive em 2000, por meio do Decreto 22.217 que relaciona as cadeias produtivas prioritárias, entre a agroindústria.

Prefeitura de Juazeiro, mas é responsável por escoar a produção agrícola para todo país, não é difícil encontrar caminhões e trabalhadores que são de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Orocó entres outros que chegam todos os dias para comprar ou vender seus produtos. Mesmo tendo um espaço grande, segundo a administração do Mercado do Produtor de Juazeiro as instalações atuais não comportam o fluxo de entrada e saída, principalmente no período das terças e sábados, por esse motivo tem sido planejada a construção de um novo espaço em Juazeiro para abastecimento e distribuição.

CAPÍTULO 3

MERCADO MUNDIAL DE FRUTAS

O mercado mundial de frutas frescas de áreas irrigadas é diversificado e complexo, as oscilações de preços, as barreiras tarifárias e não tarifárias e as chamadas “janelas” de exportação – restritas para alguns períodos do ano – tornam as frutas mais valorizadas no competitivo mercado global. Nos cenários locais, de regiões especializadas no cultivo de frutas para exportação, a demanda internacional e também interna provoca reações distintas nos seus atores que passam a estabelecer modelos de gestão e de proposições de políticas públicas atrelados aos requerimentos para cada tipo de consumidor.

Do mercado *in natura* para o de processamento, as frutas podem ser consumidas de diversas formas, desde a degustação até a beleza, tais como: doces, compotas, desidratadas, polpas, sucos, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, biscoitos, geleias, sorvetes, iogurtes, além de cosméticos, xampus, cremes, entre outros. Inclusive podem ser utilizados para tratamento de saúde, em razão das várias propriedades como vitaminas e outros nutrientes saudáveis (FAVERET FILHO, ORMOND e PAULA, 1999; MARTINELLI e CAMARGO, 2000).

Este mercado sistêmico é descrito simplificada e no esquema (Figura 3.1) elaborado por Campos e Lima (2005). A produção de frutas irrigadas apóia-se inicialmente em numa extensa rede de fornecedores e instituições públicas e privadas. Os fornecedores atendem com os insumos (fertilizantes, defensivos, sementes, mudas selecionadas), equipamentos (irrigação, processamento, armazenagem) e embalagens para conservação do produto no transporte ou exibição em feiras e mercados. O Setor Público é fundamental nos investimentos de infraestrutura (hídrica, logística, elétrica), subsídios fiscais, crédito, assistência técnica, treinamento da mão-de-obra, pesquisa e articulação nas exportações. As atividades de ensino (cursos técnicos, de aperfeiçoamento e superior) são importantes para gerar mão-de-obra qualificada e especializada, e vinculadas aos projetos de pesquisa e ações extensionistas geram condições para desenvolver melhores formas de manejo e técnicas de cultivo, relações de trabalho, novas variedades de frutas, entre outras possibilidades de fortalecimento deste setor agrícola. Por fim, há outras atividades como consultoria técnica e econômica voltadas para o melhor planejamento dos produtores.

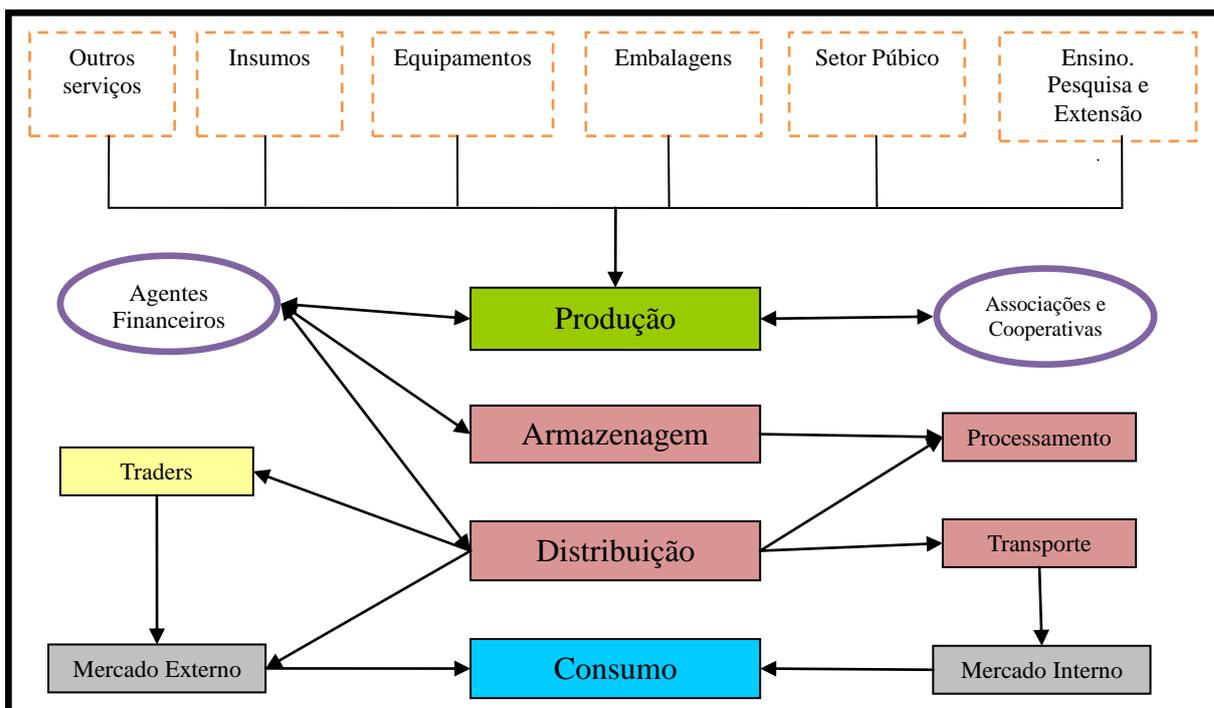


Figura 3.1: Esquema Produtivo Simplificado da Fruticultura
 Fonte: LIMA e CAMPOS, 2005

Os agentes financeiros – públicos e privados – investem não somente no processo produtivo, mas também no pós-colheita – armazenagem e distribuição das frutas. O financiamento dessa cadeia impulsiona o fluxo de capitais para os diversos setores correlatos, como processamento industrial e transporte.

A produção frutícola é garantida tanto pelos grandes produtores quanto pelas associações e cooperativas que reúnem os agricultores familiares e colonos. Esses dois grupos também podem organizar-se em outras associações, direcionadas para algum fim mais específico, como de articulação das exportações e busca de recursos, entre outras funções. No Vale do Submédio do São Francisco existe uma associação com estas tarefas, a VALEXPOR, que congrega os principais produtores para discutirem e realizarem ações conjuntas em prol de uma maior influência desta região no Mercado Externo.

A partir da Figura 3.1, Lima e Miranda (2001:612) explicam que esses produtores-exportadores do Vale do Submédio do São Francisco desenvolvem maiores inter-relações, agregando mais valor por meio da inovação. Os produtores locais, voltados exclusivamente ao mercado interno, apresentam menores níveis de exigência da “apresentação” do produto. Portanto, os efeitos inovativos são menos perceptíveis. Contudo, existe uma tendência recente de aumento da demanda interna provocada por grandes redes de supermercado, especialmente estrangeiras, que estabelecem requerimentos para essas frutas produzidas internamente. Essa tendência podem ser bem abastecida por produtores exportadores, com maiores condições de

atender aos padrões exigidos. A motivação desses produtores apresenta-se nas implicações externas – oscilações de preços, barreiras não tarifárias, crises econômicas – que em alguns períodos limitam as transações, como a produção agrícola não pode ser desperdiçada, uma direção é alocar a produção para a demanda interna. Outro caminho parte da ampliação das áreas irrigadas, que podem ser planejadas para esse fim. Por sua vez, os produtores locais que buscar apoio técnico e assessoria empresarial, além de se reforçarem associativamente para se manterem no mercado.

A armazenagem realizada principalmente nas *Packing Houses* garantem o maior controle de qualidade das frutas (exigido pelos consumidores). Estas são direcionadas ou para o processamento (realizada pelas agroindústrias) ou diretamente distribuídas (na forma *in natura*) tanto para os mercados interno ou externo.

No mercado externo, a distribuição é intermediada pelas chamadas *traders* que operam nos principais centros de comercialização. As principais *tradings* são estadunidenses e europeias. Na Europa, o destaque é a Holanda, que recebe e redistribuí pelo Porto de Rotterdam, um dos principais da Europa, toneladas de frutas que em sua maioria são distribuídos pelo continente.

A complexidade e alta organização do sistema produtivo de fruticultura irrigada visam além de atender os diversos consumidores, operar também com o alto grau de perecibilidade das frutas, principalmente porque os principais consumidores das frutas brasileiras mais rentáveis estão a grandes distâncias – Estados Unidos da América e Europa³⁹. Portanto, os investimentos nos modais logísticos (Portos, Aeroportos, Rodovias e Ferrovias) e armazenagem são imprescindíveis para regiões como o Vale do Submédio do São Francisco tornarem-se cada vez mais competitivas, escoando a produção com menor custo. Embora esta região disponha de várias outras vantagens comparativas como custo de oportunidade da mão-de-obra barata e condições edafoclimáticas especiais.

A inovação tecnológica e os constantes investimentos em pesquisas de novas variedades também são primordiais para que as frutas do Vale do Submédio do São Francisco ganhem mais espaço nos mercados interno e externo.

A rentabilidade deste agronegócio advém dos vultosos investimentos em pesquisa, projetos de irrigação, novos processos de manejo, armazenagem e logística de distribuição que perfazem um longo caminho até o consumidor final. O custo do cultivo irrigado de frutas *in natura* é mais elevado do que a produção direcionada para o processamento industrial, pois

³⁹ E também Oriente Médio e Japão.

as exigências são menores (Entrevistado 1).

Sobre a agroindústria no Vale do São Francisco, Lima e Miranda (2001) explicam que a relação entre as indústrias processadoras e os produtores é ainda incipiente. Pois apenas as frutas de descarte (ou baixa qualidade para exportação) são ofertadas para esse setor.

Cada vez mais se observa que as frutas frescas fazem parte de um mercado de produtos heterogêneos, cuja as empresas buscam diferenciar seu produto investindo em melhoria das variedades e fortalecendo a marca e origem da fruta. Porém, geralmente, os consumidores estão atentos as características das frutas (tamanho, textura, cor e sabor) e não com a marca da empresa produtora/distribuidora, contudo, essa é uma realidade que está sendo modificada e mais empresas conseguem se destacar. Entrar na produção é fácil, contudo o mercado internacional está se tornando cada vez mais restrito, pois grandes empresas multinacionais e também redes de varejo conseguem ter domínio sobre o processo de pós-colheita, que é o grande diferencial por ser intensivo em capital e inovação tecnológica. Algumas dessas empresas estão verticalizando o encadeamento de frutas. Aqueles que não conseguem desenvolver esses aspectos inovativos em sua produção e pós-colheita ficam reduzidos ao mercado doméstico (FUNCKE *et al*, 2009).

No que tange as questões do mercado de frutas, as vantagens para o crescimento e seus aspectos inibidores serão discutidos com maiores detalhes nos tópicos a seguir.

i) Vantagens e Expansão do Mercado

Faveret Filho, Ormond e Paula (1999) analisam que o aumento da demanda por frutas está vinculado a expansão desse mercado por quatro fatores:

1. *Aumento do valor das exportações.* Um importante atrativo para produtores que desejam expandir sua produção para o mercado externo e obter maiores rendimentos, assim como fez o Vale do Submédio do São Francisco que se especializou em frutas exóticas voltadas quase que exclusivamente para exportação. Além disso, este é um mercado ainda longe de ser saturado;
2. *Movimento geral de liberação comercial.* Este é um fato que gerou efeitos muito positivos no Brasil. Os produtores do Vale do Submédio do São Francisco ainda eram incipientes nas exportações no final dos anos 1980 e início dos 1990, além do que, Uva e Manga, ainda não eram as principais *commodities* da região, dominada

ainda pelo Melão e Tomate. Além disso, a abertura comercial no período citado não foi suficiente para criar as condições necessárias para que se aumentassem as exportações. Em 1994, Plano Real promoveu uma política cambial que gerou a estabilidade necessária para os produtores-exportadores planejassem com maior segurança as exportações;

3. *Diversificação Produtiva.* Conforme os dois fatores anteriores, o mercado internacional, mesmo dominado por frutas de clima temperado (bastante consumidas na Europa e Estados Unidos da América, além de serem os maiores produtores dessas variedades) ainda assim, recebe novas variedades de frutas, especialmente de climas tropicais. O que abriu o caminho para o Vale do Submédio do São Francisco acreditar no sucesso dessas variedades em substituição do cultivo tradicional de culturas temporárias como o Tomate, Cebola e Melão – predominantes na região até o final dos 1980;
4. *Processo técnico na armazenagem e no transporte.* Atender o alto padrão de exigência dos consumidores pelo formato, textura, tamanho, aparência e sabor das frutas, além das obrigações fitossanitárias dos países importadores, não seria possível sem as *packing houses* e o transporte adequado, especialmente o marítimo e o aéreo. O Vale do Submédio do São Francisco destaca-se por altos investimentos em irrigação, importantes pesquisas e concentração de empresas e atores institucionais envolvidos no desenvolvimento da região, contudo, a questão da logística é ainda um dos maiores entraves nos custos de comercialização, apesar dos recentes anúncios de projetos de estruturação – Transnordestina (PI, CE, PE), ampliação do Complexo Industrial Portuário de Suape (PE) e duplicação das BRs 101, 408 e 104 (PE) –, ainda assim os traçados da nova ferrovia e das rodovias federais estão distantes dos principais municípios do APL de Fruticultura Irrigada do VSMSF. O que torna o trajeto pelas rodovias baianas e cearenses o destino mais vantajoso para distribuição da produção interna e ligação com os portos de Salvador e Pecém.

Quanto ao aumento das exportações das frutas brasileiras, principalmente as cultivada no APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco, Faveret Filho, Ormond e Paula (1999) e Moutinho e Nascimento (2001) destacam:

- *Diversidade de Climas.* O Brasil como seu vasto território de dimensões continentais, além de abranger diversas culturas e histórias, está privilegiado com diversos climas que possibilitam o cultivo de todo de tipo de fruta. Do clima temperado ao semiárido. Este último garante uma das principais vantagens comparativas para a região do Vale do Submédio do São Francisco, por ser propícia ao desenvolvimento da produção de culturas frutícolas altamente rentáveis no mercado externo. A estabilidade do clima e a baixa umidade reduzem as pragas e a utilização de agrotóxicos (OLIVEIRA FILHO, XAVIER e COSTA, 2008)
- *Exportações durante a entressafra Europeia.* A partir do benefício do clima semiárido e dos projetos de irrigação a região do Vale do Submédio do São Francisco se beneficia de várias colheitas no mesmo ano. Esta elevada produtividade atribui a região importante vantagem na competição pelas janelas de contra-estação. Além disso, o período de safra de frutas de clima temperado – do Sul e Sudeste do país – coincide com o período de entressafra dos países Europeus;
- *Grandes importadores.* Além da Europa, o Brasil tem a possibilidade de exportar para outro grande mercado importador de frutas frescas, os Estados Unidos da América. As adaptações da produção e comercialização visam atender principalmente esses dois mercados. Somado o aumento da perspectiva de vida e as maiores exigências por alimentos saudáveis e que degradem menos o ambiente fez os consumidores ampliarem o consumo por produtos como mel, hortaliças e frutas. Sendo que a perspectiva de crescimento para as frutas é maior, se considerarmos as diversas possibilidades de consumo e aplicação. Segundo a FAO (2007)⁴⁰, os maiores consumidores de frutas e derivados da Europa são a Holanda, Grã-Bretanha e França, com uma dieta diária respectiva de 380, 359 e 313 gramas por pessoa. Nos Estados Unidos da América esse consumo é de 301 gramas/pessoa/dia.
- *Disponibilidade de área para cultivo.* O Brasil dispõe de áreas para ampliar o cultivo, principalmente para culturas permanentes. No Sertão do São Francisco, o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional/MI está executando novos projetos de integração das bacias do Rio São Francisco⁴¹ e

⁴⁰ Esse consumo é medido pela FAO incluindo as frutas processadas.

⁴¹ Maiores Informações: <http://www.mi.gov.br/saofrancisco/>

também estendendo os espaços de irrigação (Projeto Pontal)⁴², criando condições não somente para aumento do cultivo das variedades existentes como também para inserir novas culturas. Somado essa ampliação das fronteiras agrícolas, novos projetos de irrigação e o clima diversificado, o país tem condições de lançar-se para além dos dois principais mercados (Europa e Estados Unidos da América), como por exemplo, o Asiático. Os empecilhos iniciais são a distância (aumento do custo de transporte) e a competição com outros países periféricos com perfil agroexportador tanto da África quanto da própria Ásia. Mas como o advento do avanço da tecnologia de transporte e armazenamento e o diferencial de produção de algumas regiões frutícolas brasileiras, o Brasil poderá ganhar maior poder de barganha. Essa ampliação também resultará numa maior oferta de produtos para o mercado interno, que também cresce, especialmente com o aumento das grandes redes de varejo de multinacionais (Wal-Mart, Carrefour) e as pequenas redes que se propagam nas pequenas cidades e em bairros populares.

- *Custo de oportunidade de mão-de-obra.* A fruticultura irrigada é intensiva em mão-de-obra, o manejo e o processo de comercialização requerem cuidados especiais, pois uma vez que a fruta amasse ou sofra outros efeitos que prejudiquem sua aparência ou sabor, esta será descartada. Segundo o BNB (2009:22), o custo do emprego na fruticultura é estimado em cerca de US\$ 6.000,00, muito abaixo de outros setores importantes da economia, como turismo (US\$ 66.000,00) ou telecomunicações (US\$ 78.000,00). Estima-se que são gerados dois empregos por hectare, com aproximadamente 2,5 milhões de hectares cultivados, o número de empregos pode chegar a 5 milhões (ALMEIDA, 2008). No Vale do Submédio do São Francisco se estima pelo mesmo conceito, que sejam gerados 240 mil empregos diretos e 960 mil indiretos (FAVERO, 2008). Em Petrolina (PE), principalmente município do Vale do Submédio do São Francisco, 51% da população economicamente ativa estão empregados na agricultura (CORREIA, ARAÚJO E CAVALCANTI, 2001). A grande disponibilidade de mão-de-obra e baixo custo do emprego proporcionam ao Brasil – e o Vale do Submédio do São Francisco – vantagem competitiva no preço no mercado internacional.
- *Plano Real.* A implementação deste programa em 1994 controlou os altos índices de inflação e trouxe estabilidade econômica e cambial para o país. As empresas

⁴² Maiores Informações: <http://www.pontal.org/>

passaram a ter confiança para desenvolver estratégias de comercialização no exterior, inclusive de longo prazo.

ii) Entraves e Oportunidades

O fenômeno da globalização teve na abertura comercial – principalmente nos anos 1990 – um dos seus principais pilares para integração econômica do mercado mundial. Mesmo com o fim de muitas barreiras tarifárias entre nações, ainda assim, resistem as medidas protecionistas não-tarifárias, tanto utilizadas pelos países em desenvolvimento quanto aqueles tidos como maiores “potências” econômicas.

As proteções comerciais podem acelerar ou frear os termos de troca, incentivando ou obstruindo determinados setores. Moutinho e Nascimento (2001:02) detalham três objetivos para essas ações de proteção do mercado interno: i) obtenção de receitas; ii) influência nos termos de intercâmbio; e iii) incentivo a um ramo de atividade.

Os gargalos da Fruticultura Irrigada propiciam a esta cadeia características próprias (BUAINAIN e BATALHA, 2007). Esses pontos de estrangulamento da produção e comercialização, uma vez identificadas e analisadas pelos atores envolvidos no processo, poderão tornar-se oportunidades para diferenciar os produtores no competitivo mercado global.

Vários autores atribuem a um ou outro obstáculo como sendo o principal para desacelerar o crescimento de determinado setor. Na Fruticultura Irrigada é possível elencar desde dificuldades nas pesquisas de desenvolvimento de novas variedades até a distribuição das frutas ao consumidor final. Mas os gargalos que se revelam como diferenciadores nas exportações são as alterações cambiais, barreiras tarifárias e não-tarifárias e a logística.

O câmbio é um dos gargalos que mais geram oscilações nas exportações de frutas, pois uma desvalorização do Dólar Americano pode diminuir o lucro. Os Governos buscam diversos meios para proteger os exportadores e manter o estímulo a produção para o mercado externo.

O uso das barreiras tarifárias e não-tarifárias parece ser o principal instrumento dos Governos tanto para proteger alguns setores do mercado interno quanto para conseguir competir no comércio externo. Vital (1997) e Moutinho e Nascimento (2001:11) argumentam que há ao menos quatro tipos de controles ou desvios de comércio, aplicados principalmente pelos maiores países importadores (Europa e Estados Unidos da América):

i) Comercialização. A Comissão Europeia (ou Comissão de Bruxelas) estabelece um limite fixo do valor para as importações diárias nos países membros. Esta restrição é aplicada sobre o produto e sua origem. Outra forma é restringir o volume dessas importações visando beneficiar os países que são seus principais parceiros comerciais;

ii) Processo Produtivo. Recai sobre a qualidade e o fator fitossanitário. Os países importadores criam padrões tecnicistas para assegurar salubridade e a higiene do processo produtivo e ainda exigem a certificação dos órgãos de inspeção alimentar do país Exportador. Contudo, esses dois controles podem auxiliar aos países exportadores na melhoria da competitividade, uma vez que todos têm acesso a essas informações dos padrões técnicos. Inclusive a Comissão Europeia divulgada em um sítio eletrônico – EXPORT HELPDESK <http://exporthelp.europa.eu/> – que explica como podem ser realizadas as exportações para os países pertencentes ao bloco⁴³. A Produção Integrada de Frutas (PIF) tem sido implementada por diversos países, por ser o manejo que mais se adéqua aos padrões de segurança alimentar e nutricional. A utilização desse sistema responde aos desejos dos consumidores por alimentos limpos e que não degradam o meio-ambiente, além disso, é possível com o selo de certificação rastrear a origem do produto (ANDRIGUETO *et al*, 2008). Segundo ANDRIGUETO *et al* (2006) no APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco 36% da área total cultivo de Uva e 35% da área total de produção de Manga trabalham com o sistema PIF. Esse sistema articula ações cooperativas, como as do APL de Fruticultura Irrigada do VSMSF, que buscam fixar suas marcas para que os principais consumidores conheçam a procedência, concomitante sua qualidade e características intrínseca do VSMSF (MARTINELLI e CAMARGO, 2000);

iii) Formalidades Administrativas. Exigem-se certificados de importação e selos ecológicos a fim de garantir ao consumidor a procedência da fruta, que a mesma atende aos padrões de gosto e de produção que não degrada ao meio ambiente e é socialmente justo;

⁴³ O Governo Brasileiro também disponibiliza além de ferramentas estatísticas como o ALICE-Web, SIDRA e o Radar Comercial, orientações para os exportadores nacionais de diversos produtos por meio dos sítios: www.apexbrasil.com.br www.portaldoexportador.gov.br, www.exportabrasil.gov.br, www.aprendendoaexportar.gov.br e www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas. E também realiza grandes eventos sobre Comércio Exterior, como o ENCOMEX: www.encomex.desenvolvimento.gov.br.

iv) *Opinião dos importadores.* Outro fator a considerar é a opinião dos operadores que são, por vezes, o principal canal de comunicação entre consumidores finais e produtores, ante ao fato que muitos desses consumidores não conhecem a procedência do produto ou mesmo outras informações específicas, e a posição dos intermediadores sobre esses produtos pode ser fundamental no momento da escolha. Funcke *et al* (2009) faz uma ressalva sobre a morosidade da burocracia estadunidense para aprovação da entrada de frutas como outro dificultador das exportações. As oscilações no volume de exportações de ano a ano, prejudica a credibilidade do exportador frente aos intermediadores (BUSTAMANTE, 2009);

v) *Acordos Preferenciais.* Estes acordos privilegiam algum país em detrimento de outros, essa prática cria condições para que esses países beneficiados sejam inseridos com maior facilidade no mercado. A União Europeia mantém diversos acordos, mas os principais e de maior tempo foram firmados com os países da África Negra, Caribe e Pacífico (ACP) e do Mediterrâneo (VITAL, 1997). Nos Estados Unidos os países da América Caribenha e Andina tem o privilégio de não serem taxados, aos demais países impõe-se as barreiras tarifárias e não-tarifárias, mas estes podem ainda desenvolver acordos bilaterais.

Ainda que o GATT⁴⁴ e a OMC⁴⁵ tenham por meio da Rodada do Uruguai diminuído as barreiras tarifárias, os países e blocos econômicos para atender seus interesses e dos principais parceiros comerciais impõe outras ações protecionistas não-tarifárias que resultam em mais restrições do fluxo comercial, por consequência podem afetar a balança comercial dos países, especialmente daqueles com grande parcela de dependência das suas exportações em produtos agropecuários. Nesse perfil estão às nações periféricas da América Latina, África e Ásia, maiores produtoras de várias culturas permanentes e temporárias. O desequilíbrio é ainda mais agravante quando se observa que muitos desses grandes países produtores não são os maiores exportadores. Caso explícito do mercado fruticultor internacional, de grande volume de transações, dos 15 maiores produtores⁴⁶, menos da metade encontra-se entre os 15 maiores exportadores de frutas⁴⁷.

⁴⁴ Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio. Mais informações: http://www.wto.org/english/docs_e/gattdocs_e.htm.

⁴⁵ Organização Mundial do Comércio. Mais informações: <http://www.wto.org/>

⁴⁶ Responsáveis por 68% da produção em 2009 (Tabela A3 - Ver Lista de Anexos)

⁴⁷ Estes 15 maiores exportadores atendem o volume de transações de 76,3% do comércio internacional de frutas (FAO, 2009)

Faveret Filho, Ormond e Paula (1997) afirmaram também que os grandes produtores de frutas dos países em desenvolvimento têm informações assimétricas sobre a demanda e algumas exigências do mercado externo, um fato que dificulta as exportações. Eles argumentam ainda que essas informações assimétricas podem gerar excessos de oferta ou mesmo baixa oferta em relação a demanda.

Outra assimetria apontada ocorre nos serviços de logística, imprescindíveis para que esses produtos sejam alocados eficientemente, podem tornar-se um impeditivo quando esta não acompanha o ritmo de crescimento da demanda, ou seja, pode haver uma oferta menor de transporte para atender as exportações de frutas. Outro problema correlato são as condições das estradas para o transporte rodoviário, a pouca disponibilidade de malha ferroviária (ou com poucas condições de uso) e também a dependência da disponibilidade de contêineres frigorificados nos terminais marítimos. Nos principais portos do Nordeste – Pecém (CE), Suape (PE) e Salvador (BA) – não há terminais específicos para o setor de fruticultura⁴⁸, além do mais, os portos não comportam sozinhos os volumes de cargas dos produtos oriundos do Vale do Submédio do São Francisco. O Porto de Salvador que é a preferência devido a menor distância e com rodovias em melhores condições, contudo, em consequência dessa concorrência por espaço e contêineres, buscam-se outros portos para escoar, implicando em maior custo financeiro e de tempo, além do que eleva o risco de prejudicar as frutas no trajeto, pois as outras rotas possuem trechos muito deteriorados que podem amassar as frutas ou mesmo aumentar o tempo de viagem. Aqueles que conseguem soluções inovativas e eficientes para a logística – com forte apoio dos governos – terão maiores possibilidades de concorrer tanto no mercado externo quanto no interno.

Vários países têm organizado ações efetivas para inserir seus produtos nos principais mercados, desde marketing direto nos principais países consumidores até negociações bilaterais de acordos preferenciais. Outros países instalaram escritórios nas nações importadoras, cuja proximidade lhes permite estabelecer melhor comunicação com os operadores e principalmente com o público consumidor, que são estimulados por ações diretas de consumo de frutas. Na América do Sul destacam-se o Chile e o Equador, respectivamente grandes produtores-exportadores de uva e banana (e também o 2º e o 9º maiores exportadores de frutas).

O apoio do poder público é visto como primordial para alcançar os melhores

⁴⁸ A empresa de transporte Lauritzen Cool investiu cerca de US\$ 5 milhões na construção de uma packing house no Porto de Natal (RN) para atender exclusivamente os produtores-exportadores de frutas (FUNCKE et al, 2009:18)

resultados no comércio, por vezes o próprio Governo pode torna-se agente exclusivo de exportação, ou seja, monopoliza o comércio dos principais *commodities*. países como Nova Zelândia e África do Sul são pioneiros no sistema de *Marketing Board* (FILHO, XAVIER e COSTA, 2008; MARTINELLI e CAMARGO, 2000). A função desse sistema é congrega vários produtores com vistas a aumentar o poder de vendas de produtos comuns. A barganha é uma das estratégias utilizadas, e está atrelada ao estabelecimento de vínculos recíprocos entre produtores e os atores institucionais do território em que está instalada a organização. A integração e ação holística do *Marketing Board* levou a Nova Zelândia e África do Sul investir mais na marca dos seus produtos, criando um forte diferencial nos negócios com a rede varejista, pois outros países ainda são incipientes em destacar e padronizar suas marcas. A baixa afixação da origem das frutas pelos operadores se deve aos aspectos homogêneos desse mercado.

Brasil também tem forte intervenção governamental na produção de frutas, mas as ações são mais direcionadas às pesquisas, treinamento, crédito, subsídios, controle cambial, infraestrutura (irrigação e logística), entre outras. As exportações são realizadas principalmente pelos produtores de forma associada ou cooperada. O caso mais exitoso, e que se assemelha ao sistema de *Boards* da África do Sul e Nova Zelândia, é a VALEEXPORT, o que a diferencia dos demais é o caráter privado da instituição. O resultado é que esta instituição do Vale do Submédio do São Francisco responde pela quase totalidade das exportações de uva e manga do Brasil e têm articulado os diversos atores do Arranjo Produtivo Local para fortalecer este território num importante centro de negócios internacional. A VALEEXPORT trouxe mais autonomia aos produtores de frutas do submédio do Sertão do São Francisco, de tal modo que o conceito “Arranjo” fica desatualizado quando se observa que há características de Sistema Produtivo Inovativo Local/SPIL.

Ainda que essas barreiras e os desvios de comércio estejam se ampliando e tornando-se cada vez mais exigentes, a produção e a comercialização de frutas também aumentam. Lembrando que os mercados da Comunidade Europeia e EUA, mesmo sendo os maiores importadores, inclusive de produtos brasileiros, não são os únicos, há outros que devem ser estudados e explorados. Outros países e regiões também têm apresentado forte crescimento nas importações, como o Canadá, Rússia, Leste Europeu, Oriente Médio e China e Índia (FUNCKE *et al*, 2009). O Canadá é um destino claro, dada a proximidade com os Estados Unidos e também por ser um dos países que mais dependem das importações de frutas para atender o consumo interno, aproximadamente 75%, ou seja, um mercado de 2 bilhões de

dólares (IBRAF *apud* TODAFRUTA, 2007). Em 2007 importou mais de US\$ 2 bilhões, o que a coloca com 8º do ranking de maiores importadores com 4,4% de participação (FAO, 2010). O Brasil exporta frutas para este país há mais de duas décadas, em 1989 foram 5,5 mil toneladas (US\$ 439 mil) e em 2009 saltou para 79,3 mil toneladas (US\$ 9,5 milhões), um crescimento de 2039%, o que é o importante incentivo para realizar pesquisas e para verificar novas possibilidades de acesso a esse mercado (SECEX/MDIC, 2010)⁴⁹. As principais frutas importadas são manga, goiaba e tangerina.

A Rússia e os países do Leste Europeu (especialmente Polônia e República Tcheca) poderão se tornar um destino mais frequente dos produtos brasileiros se forem realizadas prospecções sobre a logística para esses países. Funcke et al (2009) aponta que a Holanda (principal abastecedor desses países via Porto de Rotterdam), o Mar Báltico e Norte da Itália podem ser as rotas mais viáveis. Atualmente o Brasil exporta laranjas, limões, uvas e maçãs para a Rússia, em 2009 foram 3,6 mil toneladas (US\$ 2 milhões) (SECEX/MDIC, 2010). A Rússia é o quinto maior importador com mais US\$ 3 bilhões, 6,48% das importações mundiais em 2007. Entre 2005 e 2007 as importações cresceram em média 8% ao ano (FAO, 2010).

Para a Polônia, os produtores brasileiros exportaram 2,8 mil toneladas (US\$ 1,5 milhões) de bananas, melancias e melões (SECEX/MDIC, 2010). A Polônia em 2007 foi registrada como o 5º maior importador com US\$ 965 milhões (1,98% das importações mundiais). A República Tcheca não importa frutas frescas do Brasil, apenas processadas, mas em 2007 importação de frutas frescas de outros países atingiu cerca de US\$ 438 milhões, entre bananas, figos, kiwis, mangas, goiabas, maçãs, naranjas, toranjas, cocos, melões, peras e uvas (FAO, 2010).

Como há várias empresas brasileiras – especialmente do VSMSF – que exportam para Europa, via Porto de Rotterdam (Holanda), além de algumas delas terem escritórios instalados (como a Queiroz Galvão Alimentos S.A.), esta rota poderia ser mais fortalecida, especialmente por ser o maior porto do mundo e a principal porta de entrada da Europa. Além de ser o quinto maior importador (6,67%) com US\$ 3,2 bilhões, a Holanda é sexto maior exportador (6,64%) com aproximadamente US\$ 2,9 bilhões em 2007 (FAO, 2010).

Por fim, outro caminho sugerido por Funcke et al (2009) para os produtos brasileiros e demais concorrentes é a Ásia, destaque para o Oriente Médio, China e Índia. Os países do Oriente Médio possuem vínculos de comércio com o Brasil, o crescimento de suas economias

⁴⁹ Código NCM 08042010 a 08109000.

tem estimulado maior consumo de bens importados, inclusive frutas, essa tendência é uma oportunidade de pesquisa e de aproximação para estabelecer novos negócios e acordos. Os principais consumidores são a Arábia Saudita (19°), Emirados Árabes Unidos (28°), Síria (54°), Omã (56°), Kuwait (57°) e Jordânia (58°), juntos são responsáveis por 2,24% das frutas importadas, ou US\$ 1,09 bilhões (FAO, 2010).

Quanto à China e Índia, países mais populosos do planeta, ambos inserem a cada ano milhões de novos consumidores no mercado globalizado, e mesmo sendo os maiores produtores mundiais de frutas, com 30,5% das frutas produzidas em 2009 (FAO), ainda não pode ser descartada a hipótese de exportar frutas e derivados. Em 2009 o Brasil não exportou frutas para esses dois países, mas em 2010, até o mês de setembro os mercados chinês e indiano importaram respectivamente 2,15 mil (US\$ 97,2 mil) e 260 toneladas (US\$ 14,3 mil) (SECEX/MDIC, 2010). Os volumes e valores ainda são incipientes se comparado a países menos expressivos no mercado – em termos de população, que importam mais frutas do Brasil. Além do mais, China e Índia importaram em 2007, aproximadamente US\$ 1,8 bilhões e US\$ 142 milhões, respectivamente (FAO, 2010). Afora a possibilidade de serem destinos para as exportações brasileiras, esses dois países estão entre os principais exportadores asiáticos ao lado das Filipinas, logo são fortes competidores na Ásia e também do Oriente Médio.

3.1 Cenários da Produção e Comercialização Internacional de Frutas

Diversas instituições de pesquisa buscam obter e divulgar as informações sobre o mercado mundial de frutas. Estas pesquisas são realizadas com o intuito de se compreender mais da dinâmica econômica do mercado de frutas, a fim de compreender as nuances e variações de um comércio instável e com consumidores com demandas completamente distintas, mas que continua apresentando tendências de crescimento da produção e do comércio. As barreiras tarifárias e não-tarifárias, bem como outros desvios de comércio não inibiram – ao menos no curto prazo – os produtores e demais atores desta cadeia.

Praticamente todos os países produzem frutas, desde variedades de clima temperado (as mais consumidas) até as de clima tropical (com maior tendência de ascensão). Em 2009 foram produzidos 615,4 milhões de toneladas de frutas em todo o planeta, um negócio de mais de US\$ 45 bilhões. A taxa crescimento da produção mundial foi mais acentuada nos anos 1990, 31,2%, com uma média anual de 3,12%. Na primeira década do século XXI, esse ritmo

foi pouco menor, com uma média 2,49% por ano, mas o crescimento se manteve positivo, exceto na Europa, Caribe e América do Norte, que registraram quedas em suas produções (Tabela 3.1).

Tabela 3.1: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Produção de Frutas no Mundo, Continentes e Regiões (1990 - 2009); Principais Produtores de Frutas em 2009 (*)

Mundo, Continente, País	Taxa de Crescimento (%)		Participação (%) na Produção Mundial		
	1990-1999	2000-2009	1990	2000	2009
Mundo	31,2	24,92	100,00	100,00	100,00
África	27,8	22,76	13,47	12,84	12,62
América do Norte	16,8	-16,83	7,08	7,07	4,71
América Central	28,2	24,89	4,65	4,61	4,61
Caribe	-4,5	-5,69	1,55	1,21	0,91
América do Sul	33,1	8,17	14,72	14,52	12,57
BRASIL	26,3	1,44	8,14	7,54	6,12
Ásia	67,5	52,46	33,56	42,22	51,52
Europa	-11,9	-8,30	23,71	16,30	11,97
Oceania	23,3	10,69	1,28	1,24	1,10

Fonte: FAOSTAT, 2009

(*) Os dados disponibilizados pela FAO podem ser oficiais, semi-oficiais e estimados.

O cenário mostra um contínuo crescimento mundial, contudo, quando se verificam os dados por continentes e países a quantidade produzida torna-se desnivelada, pois continentes como a África – que possui os piores índices de desenvolvimento humano – produzem apenas 12,62% das frutas consumidas, enquanto que um único país, como o Brasil respondeu por 6,12% dessa produção em 2009 (Tabela 3.1). Os desníveis não são somente nos dados estatísticos, estão implícitos tanto na modernização agrícola quanto no apoio do Governo Central (formação, crédito, pesquisas, subsídios, infraestrutura, etc), fatores preponderantes para alcançar melhores índices de produtividade. Outro retrato dessa desigualdade se visualiza com poucos países da África entre os 20 principais exportadores em algumas variedades – como Uva, Manga, Coco e Melão. Ainda assim, ocupando as últimas posições desses rankings. E dos 25 principais produtores mundiais em 2009, apenas Uganda, Egito, Nigéria, África do Sul e Tanzânia (respectivamente 12º, 13º, 14º, 21º e 25º) estão presentes (FAOSTAT, 2009). Somente a África do Sul e o Marrocos⁵⁰ estão entre os 25 países-exportadores mais rentáveis. Os sul-africanos principalmente por desenvolver o sistema de *Marketing Board* para as exportações de frutas, que permite analisar sua eficiência no alcance da rentabilidade da produção.

⁵⁰ 30º produtor de frutas em 2009 (FAOSTAT, 2010).

O continente asiático destaca-se pela maior parcela da produção mundial, 317 milhões de toneladas de frutas produzidas em 2009. Este volume elevado é explicado quando verificada a participação de 30,5% de China e Índia na estimativa total. Em 2000 a participação da Ásia na produção global era de 33,56% e da Europa 23,71%, em 2009 a diferença se acentuou passando para 51,52% e 11,97%, respectivamente (FAOSTAT, 2009). Enquanto que a Europa obteve quedas consequentes, a taxa de crescimento de produção de frutas da Ásia caminhou em ritmo acelerado. A Europa encontra-se margeando o limite de suas fronteiras agrícolas de produção, e a Ásia com a presença forte da China, Índia, Indonésia, Filipinas e Tailândia e a abundância de terras e mão-de-obra barata garante vantagens comparativas para se manter entre os maiores produtores mundiais do mercado frutícola.

A América do Sul que conta com Brasil, Colômbia, Equador, Chile e Argentina entre os principais produtores e exportadores mundiais, expandiu sua produção nos anos 1990 (33,1%), em consequência dos efeitos da modernização agrícola, abertura comercial, e aumento da demanda por frutas tropicais. Na atual década esse crescimento foi bem menor (8,17%). Mas não foi somente a produção que cresceu, as exportações também, somados os principais países produtores-exportadores da América Latina exportam cerca de US\$ 8 bilhões, o que representa 18% de todo comércio de frutas em 2007. O Chile é o principal exportador latinoamericano, com US\$ 4,5 bilhões, e também o País que cresceu mais, 193% entre 2005 e 2007. O Brasil também elevou suas exportações, mas dentre estes cinco países, é o que obteve menor valor nas exportações. Ainda que seja o terceiro maior produtor mundial, suas exportações ainda são ineficientes, tal como ocorre com China e Índia, cuja produção é destinada principalmente para o mercado interno, em decorrência de diversos fatores, entre eles a dificuldade de exportar por conta das barreiras comerciais aplicadas nos principais mercados e os obstáculos internos da logística, armazenagem e tecnologia de produção. Em consequência desses obstáculos, o Brasil exporta aproximadamente entre 1,5% e 2% de sua produção (OLIVEIRA FILHO, XAVIER e COSTA, 2008; BUSTAMANTE, 2009).

Outros países, que estão entre os 20 maiores produtores, como Paquistão, Nigéria, Tailândia, Egito, Uganda, Irã e Indonésia não estão nem entre os 25 maiores exportadores. Muitos países em desenvolvimento com economias com vantagens comparativas na agropecuária possuem menores chances de se inserir competitivamente no comércio externo. Aqueles que superaram todos os tipos de barreiras precisaram antes de vultosos investimentos na modernização e inovação do cultivo e do pós-cultivo, além de firmar parcerias com

operadores dos principais mercados consumidores (e negociar bilateralmente com os Governos) e desenvolver o marketing para estimular o consumo e fortalecer mais suas marcas.

A América do Norte obteve um crescimento de 16,8% entre 1990 e 1999, e teve uma queda proporcional na década seguinte. Contudo suas importações e exportações continuaram em crescimento. Os EUA é o segundo maior exportador mundial, e tem atingido uma taxa de crescimento muito elevada, cerca de 18% entre 2005 e 2007, e no mesmo período aumentou suas importações em 25%, mesmo tendo implementado a Lei do Bioterrorismo em 2002, que restringiu mais ainda o controle das importações. Por sua produção representar a quase totalidade (97%) da produção da América do Norte, a oscilação de sua taxa de produção reflete fortemente no desempenho deste continente.

A Europa vem apresentando quedas seguidas de produção nas duas últimas décadas, em contrapartida o valor de suas importações se elevaram em 125% entre 1994-1996 e 2007, os países europeus absorvem aproximadamente 65% do comércio exterior de frutas. Reino Unido, Holanda, Rússia, Bélgica, França, Itália e Espanha são responsáveis por cerca de 50%. Quanto às exportações, a Europa participa com 46%, liderados pela Espanha, Itália, Bélgica, Holanda e França, respectivamente 1º, 4º, 5º, 6º e 7º no ranking. Contudo, este continente é deficitário no comércio de frutas, em 2007 importaram US\$ 32 bilhões e exportaram US\$ 18,8 bilhões, com um saldo negativo de US\$ 13,2 bilhões (FAO, 2009).

A América Central tem mantido um ritmo de crescimento estável, com 4,6% da produção mundial. Mas o México e a Costa Rica estão entre os maiores exportadores, com mais de US\$ 2,7 bilhões (6,3%). A Guatemala, Honduras e Panamá têm uma significativa participação com US\$ 688,5 milhões (1,56%).

A América Caribenha tem uma pouca participação no cenário internacional de frutas, produziu menos de 1% do total mundial em 2009 e os valores de suas exportações em 2007 foram 0,4% do comércio exterior. O destaque é a República Dominicana com uma exportação de US\$ 99,5 milhões. Os demais países, Cuba, Jamaica, Haiti, Dominica, entre outros, não estão nem entre os 50 maiores produtores e exportadores. Cuba, o maior produtor com 1,7 milhões de toneladas, exporta apenas US\$ 3,7 milhões (FAO, 2009). Talvez a resposta a esta observação esteja no tipo de economia adotada por este país, de abastecimento prioritário do mercado interno.

Por último, a Oceania tem uma participação um pouco maior na produção mundial de frutas do que o Caribe, mas destaca-se mais nas exportações em razão da Nova Zelândia e

Austrália. Com uma área de cultivo de 70 mil hectares e 1,06 milhões de toneladas, Nova Zelândia é o 14º exportador mundial com cerca de US\$ de 921 milhões (FAO, 2009). Esta informação demonstra que os investimentos na pós-colheita, principalmente na utilização de *Boards* possibilitam uma eficiência maior no competitivo mercado global de frutas, pois República Dominicana, Haiti e Cuba possuem áreas de cultivo acima dos 110 mil hectares e produções entre 996 mil e 1,7 milhões de toneladas e estão bem mais próximos dos principais mercados consumidores, além de terem os benefícios dos acordos preferenciais com a Comunidade Europeia, ainda assim, não foram capazes de superar a Nova Zelândia ou mesmo a Austrália (FAOSTAT, 2009).

3.2 Comércio Externo e Interno de Uva, Manga, Melão e Coco

A quantidade de informações disponíveis para traçar comparativos, análises e elaborar séries históricas sobre o mercado de frutícola é extensa, seja a nível internacional, seja se realizar um recorte histórico ou local para um determinado estudo, como é o caso do Vale do Submédio do São Francisco, pois, ainda assim, a quantidade de dados sobre produção, área cultivada, produtividade, valor, tipos de irrigação, quantidade de produtores, entre outras, também são amplas e caberiam em vários trabalhos científicos e relatórios técnicos que poderiam delinear diversos aspectos sobre a região, atores e dinâmica econômica.

O Brasil e o Vale do Submédio do São Francisco possuem um conjunto variado de frutas, mas apenas poucos tipos são direcionados para o mercado interno, e menos ainda para o mercado internacional. Note-se que muitas das variedades comercializadas não são nativas do país ou das principais regiões fruticulturas, as nativas ainda são pouco conhecidas e exploradas no mercado externo, ou mesmo em outras regiões brasileiras (por meio das grandes redes de varejo e centrais de abastecimentos), ficando restritas ao conhecimento local.

A uva e a manga são as principais *commodities* do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco, respectivamente, cerca de 99% e 88% das exportações dessas frutas no Brasil são oriundas dessa região do Sertão, o que lhe configura como um território especializado nessas frutas, inclusive criando ações e políticas específicas para cada uma delas, desde programas de controle fitossanitário até a criação de câmaras de comércio e marcas próprias. A escolha dessas duas frutas atende aos objetivos deste estudo, contudo, para alcançar maiores detalhes e amplitude sobre o fluxo comercial interestadual e internacional, foram escolhidas mais duas variedades, Melão e Coco-da-baía.

O melão foi a principal variedade frutícola, ao lado do Tomate, cultivada no Vale até o

início dos anos 1990, quando iniciaram os cultivos de culturas permanentes. Mas na última década voltou a entrar na pauta de produção e exportação tanto do VSMSF quanto do Brasil, tendo se tornado em 2008 a segunda fruta mais exportada do país, com US\$ 152,1 milhões (SECEX/MDIC, 2010).

O coco é a quinta fruta mais produzida no Brasil (1,8 milhões de toneladas), mas esse desempenho não é repetido nas exportações, participa com menos de 0,05% no total das exportações brasileiras de frutas *in natura*, ou seja, apenas 1/10 de sua produção é direcionada para o comércio exterior. Porém, recentemente a multinacional PepsiCo comprou a produtora nacional AMACOCO, das marcas Kero Coco e Trop Coco, com fábricas em Petrolina (PE) e São Mateus (ES). O Coco utilizado nessa agroindústria é proveniente de fornecedores da Bahia e Pernambuco, sendo que 65% procedem diretamente de Petrolina e Juazeiro (SOUZA *et al*, 2009). Grande parte do consumo da água de coco envasilhada segue para o Centro-Sul do país, por meio das redes de varejo, e a outra parte segue para o exterior, tendo como os principais destinos: Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos da América, Japão e Angola. O Coco também é uma importante matéria-prima para outras agroindústrias nacionais com produtos para culinária (leite de coco, coco ralado, óleo, molhos, etc).

i) Cenários do Brasil, Nordeste, Pernambuco/Bahia e Vale do Submédio do São Francisco

A Tabela 3.2 compara a taxa de crescimento da produção das quatro variedades selecionadas para o estudo: Manga, Uva, Melão e Coco-da-baía, por Brasil, Nordeste, Pernambuco, Bahia e Municípios do Vale do Submédio do São Francisco e apresenta a participação dessas regiões e território na produção de cada fruta selecionada em três períodos no Brasil. O primeiro é o ano de 1990, que marca o início do período de transição do VSMSF para culturas permanentes, como: Uva e Manga. O segundo cenário, ano 2000, corresponde a fase de ascensão da produção do VSMSF direcionada para exportação. E por fim, o ano de 2008 já apresenta a consolidação do VSMSF como um importante centro produtor e exportador de frutas internacional.

Tabela 3.2: Brasil, Nordeste, Estados selecionados e Municípios do Vale do Submédio do São Francisco: Manga, Uva, Coco-da-baía e Melão – Quantidade Produzida

Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município	Frutas	Taxa de Crescimento (%)		Participação na Produção (%)		
		1990-1999	2000-2008	1990	2000	2008
Brasil	Manga (t)	17,2	-0,46	100,0	100,0	100,0
	Uva (t)	15,7	0,39	100,0	100,0	100,0
	Coco-da-baía (Mil frutos)	64,3	0,65	100,0	100,0	100,0
	Melão (t)	192,9	0,95	100,0	100,0	100,0
Nordeste	Manga (t)	23,7	-0,37	53,6	56,6	70,7
	Uva (t)	353,3	0,71	3,7	14,4	18,8
	Coco-da-baía (Mil frutos)	50,2	0,60	84,4	77,1	69,4
	Melão (t)	227,8	0,93	84,5	94,6	92,9
Pernambuco	Manga (t)	22,9	-0,15	5,5	5,7	17,0
	Uva (t)	489,8	0,92	1,8	9,2	11,6
	Coco-da-baía (Mil frutos)	-19,0	3,00	5,2	2,6	6,6
	Melão (t)	-59,7	2,34	19,0	2,6	5,3
Bahia	Manga (t)	243,6	-0,06	7,3	21,3	40,9
	Uva (t)	226,9	0,43	1,8	5,0	6,9
	Coco-da-baía (Mil frutos)	126,3	0,51	25,7	35,4	28,4
	Melão (t)	185,9	0,12	11,7	11,4	6,4
Vale do Submédio do São Francisco	Manga (t)	2954,0	0,18	0,4	11,2	38,9
	Uva (t)	366,1	0,72	3,4	13,7	17,9
	Coco-da-baía (Mil frutos)	728,4	19,29	0,0	0,2	4,3
	Melão (t)	55,9	0,08	22,9	12,2	6,5
Petrolina – PE	Manga (t)	5926,8	-0,12	0,1	3,0	13,0
	Uva (t)	1390,2	0,95	0,5	6,1	7,8
	Coco-da-baía (Mil frutos)	27966,7 ¹	-0,42 ²	0,003	-	2,1
	Melão (t)	-63,1 ³	-0,45 ⁴	3,2	-	0,2
Juazeiro – BA	Manga (t)	2189,6	0,36	0,3	5,6	18,1
	Uva (t)	138,5	0,48	1,2	2,4	4,5
	Coco-da-baía (Mil frutos)	1305,6	9,51	0,02	0,2	1,8
	Melão (t)	295,6	0,28	3,5	4,7	3,1
Demais Municípios do VSMSF (*)	Manga (t)	3540,0	0,60	0,1	2,6	7,8
	Uva (t)	241,4	0,68	1,7	5,2	5,6
	Coco-da-baía (Mil frutos)	175,7	9,46	0,02	0,03	0,4
	Melão (t)	35,6	-0,10	16,3	7,5	3,3

Fonte: IBGE (SIDRA) – (*) Inclui os municípios de Lagoa Grande, Orocó, Santa Maria da Boa Vista - PE; Sento Sé, Casa Nova e Curaçá – BA.

¹ A produção deste período vai até 1997; ² A produção é retomada em 2002; ³ A produção deste período vai até 1998; ⁴ A produção é retomada em 2001.

No Brasil, das frutas selecionadas para este estudo, a única a ter queda na produção, foi a Manga, durante a primeira década do século XXI. Favero (2008) explica que o período

de expansão e dinamismo da Manga no Brasil e no VSMSF sofreu ao final da segunda metade dos anos 1990 uma queda nos preços internacionais, as exportações em contrário continuavam aumentando, logo:

“uma queda dos preços da Manga *Tommy Atkins* no VSMSF puxou para baixo os preços de todas as outras variedades produzidas no Sudeste, desestimulando a produção regional com a diminuição das áreas plantadas e a produção em todos os Estados, principalmente em Minas Gerais e São Paulo (FAVERO, 2008:44)”.

A área cultivada na década seguinte continuou aumentando, mas a produção diminuiu no Brasil, no Nordeste, em Pernambuco e Bahia, exceto no APL do Vale do Submédio do São Francisco, que aumenta 0,18%. Apesar da queda, o Nordeste, e principalmente Pernambuco e Bahia aumentaram sua participação na produção de Manga. O Nordeste aumentou a produção de 53,6% em 1990 para 70,7% em 2008, o principal responsável por esse acréscimo é o Vale do Submédio do São Francisco que produz 38,9% da Manga no Brasil.

Outro fator discutido por Favero (2008) que responde a breves quedas na produção das principais variedades do Vale são a forte seca que atinge o semiárido nordestino em 1999, e as fortes precipitações de chuvas em entre 2003 e 2004.

No Brasil, todas as variedades tiveram um elevado crescimento nos anos 1990, e na década seguinte, exceto a Manga, o crescimento foi menor. O VSMSF teve também elevado crescimento no final do século XX, e em seguida mantém bem abaixo dos patamares iniciais.

O início dos anos 1990 corresponde ao período de liberalização das políticas comerciais, quando o país se tornou mais integrado ao mercado global, diminuindo as restrições à entrada de produtos importados, melhorando o controle cambial e inflacionário, aumentando as importações de bens alimentícios, o que aliviou a escassez dos itens básicos. Em consequência disso e de outras variáveis, no VSMSF, a produção de Tomate, Cebola e mesmo Melão, declinaram, pois eram produtos que atendiam especialmente a demanda interna. Desses cultivos, o Tomate sofreu os maiores efeitos, por haver sido instalada naquela região fábricas de processamento de molho e outros derivados, como a Cica, Costa Pinto, Etti e Frutos do Vale (INTG, 2009). As fábricas fecharam e os produtores optaram por culturas que obtivessem maior rentabilidade e competitividade no mercado, principalmente num tipo produção irrigada, de maior custo, e numa região distante dos principais centros distribuidores. Segundo Favero (2008) essa mudança de orientação dos tipos de culturas, foi fortemente incentivada pela Codevasf, por meio de uma política de infraestrutura nas áreas de irrigadas e promoção do cooperativismo e associativismo, e também pelo Banco do Nordeste

com linhas de crédito para o desenvolvimento agrário.

O melão apesar de ter perdido a preferência no cultivo no VSMSF, ainda assim, teve a maior taxa de crescimento das duas décadas comparadas no Brasil. No VSMSF, os destaques são a manga e a uva, mas o melão cresce positivamente principalmente nos municípios baianos.

Os tópicos a seguir apresentam o panorama internacional de cada uma das frutas selecionadas, delineando o crescimento das duas últimas décadas da produção, importação e exportação nos principais países e continentes. Também apresenta quais os principais destinos das exportações brasileiras dessas quatro frutas.

ii) Produção, Importação e Exportação de Uva⁵¹

Dentre as quatro frutas selecionadas para este estudo, a uva tem o maior volume de produção, 66 milhões de toneladas em 2008, sendo produzida e bastante apreciada em todos os continentes, seja *in natura* (de mesa) ou em produtos derivados como sucos, vinhos, néctares, sorvetes, geléias, secas, passas, energéticos, para citar alguns. Destes derivados, o vinho se destaca mais, pois além de ser parte da cultura de várias sociedades, ela é um dos principais produtos com maior valor agregado, principalmente por implementar a modernização na produção. Vários importantes polos vinícolas são também locais de produção vitivinícola. O que não é diferente no Vale do Submédio do São Francisco, que inclusive teve suas primeiras garrafas de vinho envasadas ainda na década de 1980.

A Itália é o maior produtor de uvas, seguido China, Estados Unidos da América, Espanha e França. Contudo, na comercialização essa ordem muda, pois outros países despontam no comércio internacional, por fatores que vão desde uma maior eficiência no pós-colheita até o atendimento das exigências do mercado externo. O maior exportador é o Chile (8º produtor mundial), nas demais posições estão a Itália, Estados Unidos da América, África do Sul e Holanda. Mesmo sendo expressiva a produção de uvas, porém menos de 7% são comercializadas no mercado externo, o que corrobora com a hipótese que grande parte é consumida internamente e outra é destinada a indústria.

A China atende principalmente a demanda interna, que é uma das maiores do mundo, e exporta menos de 1% de sua produção. A Itália exporta pouco menos de 6% de sua produção, o que implica que parte é direcionada para o consumo interno e a outra para produção de

⁵¹ Os dados da FAOSTAT citados neste tópico estão detalhados nas Tabelas A5 a A7 (Ver Lista de Anexos).

vinhos e outros derivados, ainda assim, sua participação no comércio externo tem diminuído, principalmente na década de 2000, seu decréscimo foi o mais elevado. Os EUA se mantêm em posições de destaque na produção (3º), exportação (3º) e importação (1º), porém possui um fluxo comercial negativo, pois importa mais do que exporta. O Chile é um exemplo singular, pois exporta cerca 65% de sua produção, o que lhe convém a primeira posição e uma parcela de 35% do mercado. Mas esse foco na exportação se verifica em razão de um pequeno mercado interno e de investimentos de capitais estrangeiros. A África do Sul como visto nas seções anteriores possui um modelo de organização exportadora (*Marketing Board*) bastante estabelecido que lhe fortalece na competição externa.

O cenário mundial para uva é um dos mais favoráveis dentre todas as outras frutas e o Brasil está nesse caminho, a começar pelos investimentos no Vale do Submédio do São Francisco, que mesmo representando 17% da produção nacional, este território exporta mais de 90%, e detém a tecnologia para produção de uva sem semente. Os principais destinos são os Países Baixos (Holanda), Reino Unido, EUA, Alemanha, Bélgica e Canadá (Figura 2.4). Nota-se que o Porto de Rotterdam é a principal porta de entrada na Europa, pois possui um importante centro de distribuição de frutas, vegetais e sucos, no qual várias empresas montam seus escritórios para negociar com todo o continente (VITAL, 1997).

O mercado Europeu é o principal importador de uvas do Brasil, além de ser o maior em volume, tem a vantagem de ter vários mercados nacionais em crescimento, como a Rússia, que aumentou suas importações em 432% entre 2000 e 2007, tornando-se o maior importador europeu.

O mercado Asiático representa 13% das importações de uva, mas o Brasil atende apenas os Emirados Árabes Unidos. A figura 3.2 também mostra que a Oceania, África, América Central e América do Sul – exceto Argentina e Uruguai – são também destinos ainda não explorados pelo Brasil.

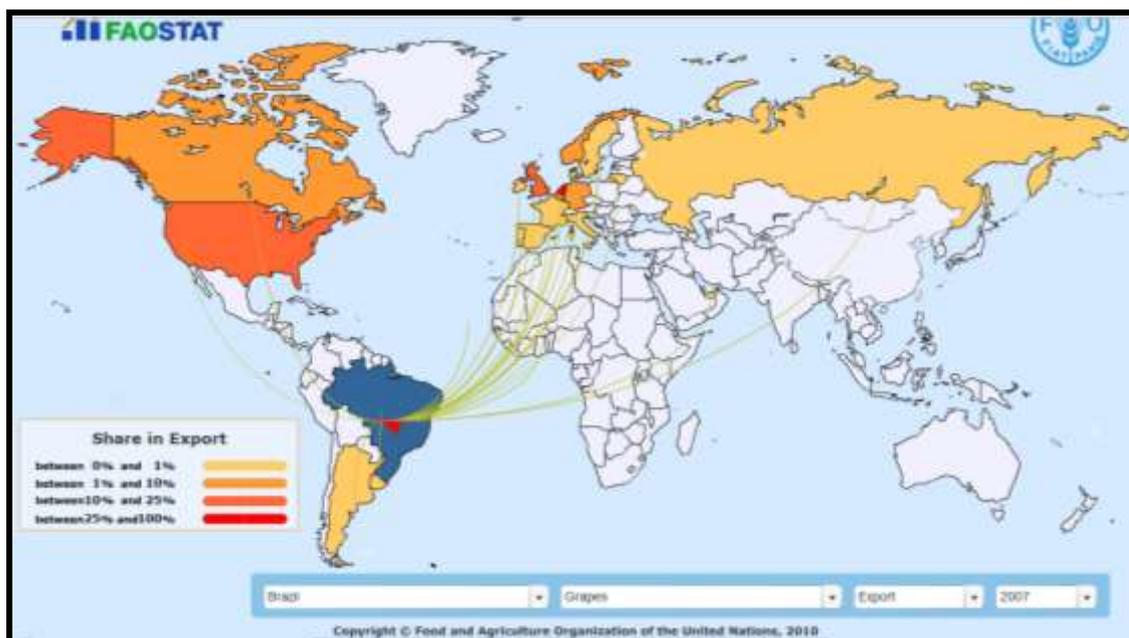


Figura 3.2: Destinos das Exportações Brasileiras de Uva
 Fonte: FAOSTAT-FAO, 2007

iii) Produção, Importação e Exportação de Manga⁵²

Diferentemente da uva, a manga⁵³ é uma fruta que é quase restrita às regiões de clima tropical, sendo bastante consumida nesses países, contudo, melhorias genéticas foram realizadas para desenvolver novas variedades que atendessem principalmente ao gosto do consumidor, especialmente de regiões de clima temperado, onde há uma grande demanda. Entre os principais mercados externos de destino, a Europa é o maior importador (39%).

O continente asiático, de onde se origina, é o maior produtor (76%), tendo oito dos dez países entre os principais produtores (Índia, China, Tailândia, Indonésia, Paquistão, Filipinas, Bangladesh e Iêmen). A África (9,7%) é o segundo maior produtor, seguido da América Central (6,1%) e América do Sul (5,5%). Os demais continentes e regiões representam menos de 1% na composição.

As taxas de crescimento na maioria dos países têm sido positivas, a Índia mesmo tendo diminuído sua participação na produção mundial, em razão das ascensões de outros países, ainda assim, mantém-se na primeira posição com 39,1%. A China é um desses países que desponta como um dos casos de maior ascensão, por mais do que dobrar sua participação

⁵² Os dados da FAOSTAT citados neste tópico estão detalhados nas Tabelas A8 a A10 (Ver Lista de Anexos).

⁵³ Os dados disponibilizados pelo FAOSTAT agregam a Manga a outras duas frutas, Mangostões e Goiabas, numa única categoria. Dada impossibilidade de discriminar os valores para cada fruta convencionou-se para esta análise que a Manga seja a fruta predominante, por ser a variedade mais comercializada e produzida.

na produção mundial em uma década, de 5,35% em 1990 para 12,9% em 2000. Em 2008 esse participação foi de 11,4%, estabelecendo os chineses como o segundo maior produtor.

No cenário das exportações, o comércio é mais equilibrado entre os continentes, pois aproximadamente pouco mais de 3% da produção é comercializada. Tal como ocorre com a uva, alguns países privilegiam o mercado interno ou as indústrias, e passam a ter uma participação pequena no comércio externo. A China produz quatro milhões de toneladas, mas comercializa apenas cinco mil. Mas é a Índia que se destaca no comércio internacional, exporta menos de 2% de sua produção, o que equivale a 21,2% das exportações, seguida do México (20,8%), Brasil (10,2%), Perú (7,3%) e Holanda (7,1%). Esses cinco países concentram 66,5% do comércio internacional de Manga.

Um destaque importante é a presença da Holanda (Países Baixos) entre os grandes exportadores de manga, embora não cultive, mas como possui o maior porto distribuidor de frutas e outras cargas da Europa, as mercadorias são reexportadas para outros países europeus, inclusive a manga (ARAÚJO, 2004).

As exportações brasileiras deram um salto nos anos 1990, principalmente com a inclusão do Vale do Submédio do São Francisco que se tornou a maior região produtora e exportadora do País. O Brasil exporta cerca de 10% de sua produção, dos quais mais de 90% são provenientes do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco. Mas, o principal destino das mangas do Vale é o mercado interno, porque há variedades fibrosas, que não são apreciadas no mercado externo (CAMELO FILHO, 2005)

De acordo com a figura 3.3 e dados do FAOSTAT as exportações brasileiras se destinam principalmente para a Holanda (46,4%), EUA (21,1%), Reino Unido (8,9%), Portugal (7,3%), Espanha (6,3%) e Canadá (4,1%). Mais de 70% das mangas são comercializadas com a Europa. O período de oferta ocorre no primeiro trimestre do ano, mas concentra-se principalmente no mês de Dezembro. O período de exportações para a América do Norte realiza-se nos meses de agosto a novembro (ARAÚJO, 2004). O Brasil consegue exportar em oito dos doze meses do ano, garantindo estabilidade no comércio com as duas principais regiões importadoras. Mas os outros destinos importantes estão sendo alcançados, como a Ásia. O Japão importa mais de 12 mil toneladas do mundo, dos quais 400 toneladas são do Brasil. A Arábia Saudita, segundo maior importador da Ásia compra mais de 45 mil toneladas, do Brasil são apenas 177. Se os entraves logísticos forem melhorados, os volumes de exportação poderão aumentar, além de fortalecer um canal alternativo a Europa, que em tempos de crise diminui as importações e afeta diretamente o APL de Fruticultura Irrigada do

Vale do Submédio do São Francisco.



Figura 3.3: Destinos das Exportações Brasileiras de Manga
Fonte: FAOSTAT-FAO 2007

iv) Produção, Importação e Exportação de Melões⁵⁴

O melão é uma das frutas mais produzidas (27,6 milhões de toneladas) e comercializadas (2,1 milhões de toneladas) no mundo. A Ásia concentra mais de 70% dessa produção, porém participa com pouco mais de 6% da comercialização. A China é o maior produtor, com 52%, mais assim como a manga, praticamente não exporta. A Europa que produz menos de 9% é responsável 24,1% do comércio externo, sendo a Espanha o maior exportador com 15,9% do mercado, seguido da Guatemala (15,7%), Brasil (9,31%), EUA (9,26%), Costa Rica (10,3%), Paramá (7,93%) e Honduras (7,87%). A América Latina comercializam 70% do melão que se destinam aos principais mercados consumidores da América do Norte e Europa, respectivamente importam 40,3% e 51,5% do melão no mundo.

A Espanha possui uma grande vantagem como principal fornecedor da Europa por não ser submetida a tarifas, diferentemente do Brasil que além de pagar tarifas que variam entre 5% a 8% seu produto passa pelo controle sanitário o que aumenta seu preço e diminui sua competitividade com outros países extra-comunidade que tem acordos preferenciais.

O melão é atualmente a fruta de maior volume (t) e de segundo maior valor (US\$) exportado do Brasil, 99% é direcionada para a Europa e 1% é distribuída para os EUA, Canadá, Argentina e Uruguai (Figura 3.4).

⁵⁴ Os dados da FAOSTAT citados neste tópico estão detalhados nas Tabelas A11 a A13 (Ver Lista de Anexos).



Figura 3.4: Destinos das Exportações Brasileiras de Melão
 Fonte: FAOSTAT,-FAO 2007

Aproximadamente 60% do melão produzido no Brasil é exportado, esse índice de exportação em relação a produção é muito superior as outras frutas, em razão de polos frutícolas como Açú/Mossoró (RN) e o APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco (PE/BA) possuem estruturas focadas para esse tipo de comércio.

v) *Produção, Importação e Exportação de Coco*⁵⁵

O coco é uma fruta de regiões de clima tropical como África, América Latina, Ásia e Oceania. Mas, é a Ásia a maior produtora, com 85% (5,8 milhões de toneladas). A Indonésia (32,1%), Filipinas (25,2%) e Índia (18%) são os maiores produtores. A América Latina possui uma produção relevante com o Brasil (4,5%) e o México (2%). A África e Oceania respondem por apenas 6,2%. Por ser uma fruta destinada mais a indústria e o consumo interno, apenas 0,6% (365 mil toneladas) em sua forma *in natura* é exportada. A Ásia atende por 76,8% do comércio externo. O Vietnã que não exportava até o início dos anos 1990 surpreende que em menos de duas décadas seja o principal país exportador (28,9%) superando inclusive a Malásia, que teve uma queda bastante acentuada no mesmo período, 51% entre na década de 1990 e 72% na década de 2000. A Indonésia também teve um importante aumento tornando-se o segundo maior exportador (21,2%). Na América Latina, a Venezuela, República Dominicana e México são os principais exportadores, com aproximadamente 10%.

A Ásia consome 66% do comércio de coco, a China (32,1%), Malásia (11,4%), EUA

⁵⁵ Os dados da FAOSTAT citados neste tópico estão detalhados nas Tabelas A14 a A16 (Ver Lista de Anexos).

(8,2%), Singapura (7,4%) e Paquistão (6,08%) são os principais importadores. A Europa compra em torno de 15% do coco comercializado.

O Brasil exporta 0,01% de sua produção, apesar de produzir cerca de 3 milhões de toneladas. A alta demanda das indústrias (água de coco envasada, leite de coco, sorvetes, doces etc) consome mais de 70% da produção, o restante é consumido in natura nos mercados sazonais, como férias de verão nas praias nordestinas (CUENCA, 2007).

As 188 toneladas exportadas em 2007 foram alocadas para a Europa (69,7%), Egito (27,7%) e Uruguai (2,7%) (Figura 3.5). O custo do transporte do coco *in natura* é muito alto, pois 80% do peso é formado pela casca, e apenas 20% é composto por água, o que implica sua maior utilização interna para indústrias que agregam valor como novos produtos que podem ser exportados, tal como a água de coco envasada.

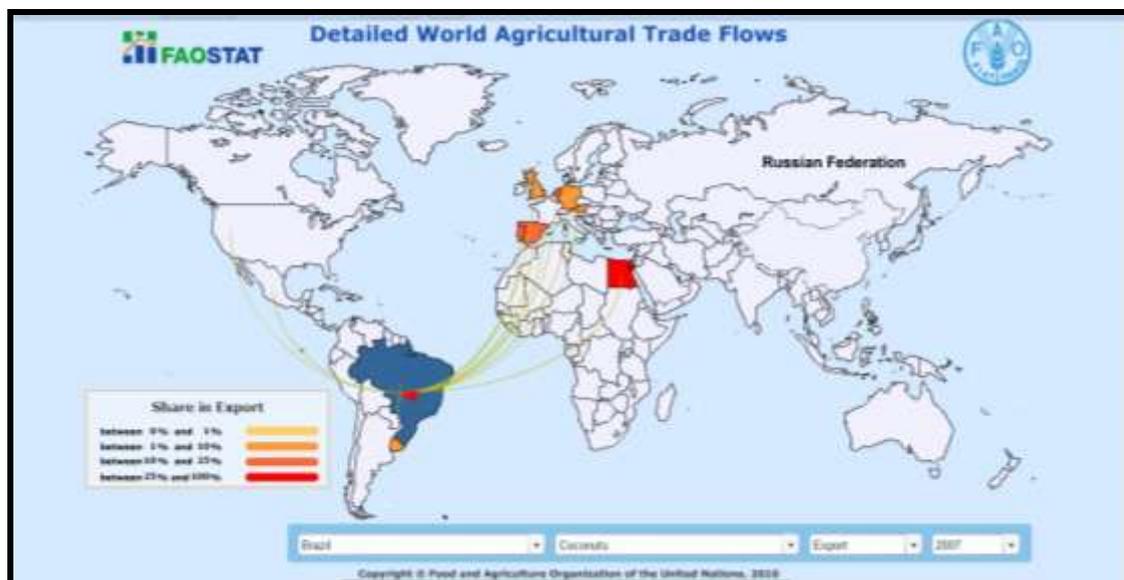


Figura 3.5: Destinos das Exportações Brasileiras de Coco.
Fonte: FAOSTAT-FAO, 2007

CAPÍTULO 4

FLUXO COMERCIAL DO APL DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO SUBMÉDIO DO SÃO FRANCISCO

O APL da Fruticultura Irrigada da região do Sertão do São Francisco responde anualmente por cerca de 1/3 das exportações de frutas do país, o que lhe confere ser o maior polo frutícola de exportação. Por esta razão, as oscilações do câmbio e do acirramento da competição no mercado internacional afetam diretamente o desempenho e as estratégias deste APL.

A crise financeira internacional em 2008-2009 atingiu os investimentos na safra de frutas do VSMSF, pois parte dos recursos são adiamentos de compras feitos pelos principais importadores mundiais, em torno de R\$ 300 milhões anuais (AGECOM/BA, 2009). Com a desaceleração econômica, as *trading*s dos países europeus (Inglaterra, Alemanha, Holanda, entre outros) e dos Estados Unidos da América suspenderam esses adiamentos, comprometendo os produtores-exportadores do Vale, que se endividaram, e por consequência gerou quedas na produção e exportação.

As frutas mais exportadas do VSMSF são manga e uva, e a participação de ambas na Balança Comercial de Pernambuco e Bahia tem um papel importante. A uva e a manga em Pernambuco são o 4º e 5º produtos mais exportados, na Bahia essa posição muda respectivamente para 31º e 26º (SECEX/MDIC, 2009). Segundo dados do SECEX/MDIC (2009), essas frutas tiveram grandes quedas nas exportações de 2008 para 2009, diminuindo suas participações na Balança Comercial dos respectivos Estados. A manga teve uma queda de 23%, enquanto que a uva caiu mais de 33%. A descapitalização foi o principal responsável por essas quedas. Em razão disso os Governos de ambos os Estados, prontamente articularam reuniões com os principais bancos financiadores (Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para renegociar e postergar dívidas dos contratos vencidos, além de prover aporte de crédito especial para os fruticultores afetados pela crise⁵⁶ (BAHIA, 2009). A intenção é manter esse setor da economia estimulado e competitivo, pois é um importante gerador de empregos diretos e indiretos, além do que, tem uma participação relevante no equilíbrio da Balança Comercial dos respectivos Estados.

⁵⁶ O aporte de crédito foi possível a partir da Lei 11.775 de 17/09/2008 e da Resolução 3.899 do Conselho Monetário Nacional, além da Lei 12.249 para os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Os registros dos volumes de capitais despendidos para os fruticultores financiarem suas atividades não são facilmente captados, esta informação não existe nas bases de dados de órgãos oficiais como o Banco Central do Brasil/BCB, porém os fluxos comerciais, que podem ser considerados um reflexo do fluxo de capitais, estes estão disponíveis em duas bases de dados: i) ALICE-Web, que registra as exportações e importações de mercadorias em valores de FOB do Brasil e de suas Unidades Federativas com o Exterior (transações internacionais); e ii) Secretarias da Fazenda da Bahia e Pernambuco, que captam as vendas de bens a partir do CNAE entre os Estados (transações interestaduais). Como são duas categorias de informações comerciais com registros distintos, inclusive em valores de moeda (ALICE-Web dispõe dos dados em Dólares, e a SEFAZ em Reais), suas informações são apresentadas em seções separadas, mas que a análise dessas informações estão correlacionadas.

Para compreender e analisar a dinâmica desses fluxos internos e externos das mercadorias do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco, este capítulo analisou a balança comercial brasileira e dos Estados da Bahia e de Pernambuco. Em seguida se verificou a participação do APL na produção e área cultivada de Manga, Uva, Coco-da-baía e Melão desses dois Estados. Provido dessas informações e do arcabouço teórico-metodológico deste estudo se analisou o fluxo comercial internacional de Pernambuco e Bahia e o fluxo comercial interestadual do Vale do Submédio do São Francisco das frutas selecionadas.

4.1 Balança Comercial do Brasil, Pernambuco e Bahia⁵⁷

Equilibrar os gastos (investimentos) com as receitas (arrecadação) é um dos objetivos principais dos países, o que não é diferente para o Brasil, que almeja uma melhor posição no mercado internacional. Contudo, equiparar as diversas idiosincrasias tanto dos agentes econômicos quanto dos seus instrumentos para promoção de políticas, tem sido uma prática bastante difícil a todos os países. Mesmo aqueles com maior poder econômico possuem vieses para atingir seus objetivos de balancear as finanças.

O movimento das transações comerciais brasileiras teve uma trajetória oscilante, desde quando se iniciou a contabilização de sua balança de pagamentos. As diversas políticas macroeconômicas, projetos de crescimento econômico e outras implicações políticas, ameaharam a economia nacional como sendo de risco (sem confiança) por várias décadas.

⁵⁷ Ver Tabela A20 nos Anexos.

Reflexo este percebido em crises contínuas de inflação e aumento das dívidas interna e externa.

Nas duas últimas décadas as transações comerciais brasileiras com o exterior tiveram um balanço positivo no geral, o oposto de outros períodos de amplas expectativas e economia de incertezas. A flexibilização do comércio externo brasileiro nos anos 1990 motivou a reorientação de sua base produtiva, em decorrência da competição mais aproximada com produtos estrangeiros e acesso com maior facilidade a esses bens por parte não só dos consumidores, mas também de empresas que necessitavam de novos insumos com melhores preços e qualidade.

De 1991 a 1994 a Balança Comercial teve saldos positivos, mas com o advento do Plano Real, houve uma mudança de poder aquisitivo favorável aos consumidores e uma nova organização cambial e monetária estáveis que elevaram o dispêndio das famílias e das empresas, principalmente dos produtos importados, de 1995 a 2000, o saldo externo foi negativo. No entanto, com uma depreciação do Real frente ao Dólar no final dos anos 1990, o consumo de bens de importação se tornou mais oneroso. No sentido contrário as exportações cresceram com um cenário cambial propício e a retomada do crescimento econômico. O saldo da Balança Comercial brasileira tem sido positivo desde 2001, atingindo o ápice em 2006, e desde então os saldos vem diminuindo, mas ainda se mantém positivos (Gráfico 4.1).

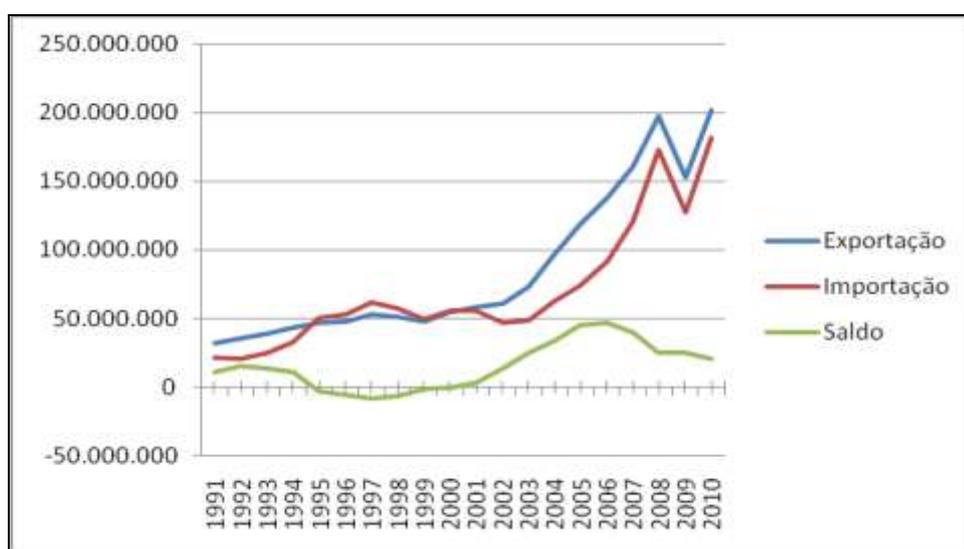


Gráfico 4.1: Balança Comercial do Brasil, 1991 a 2010 (em US\$)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SECEX/MDIC

A Balança Comercial de Pernambuco tem apresentando saldos negativos, pois suas importações superaram as exportações em quase todas as duas últimas décadas (Gráfico 4.2). Esse resultado mostra que o Estado possui uma base exportadora deficiente e dependente de

produtos agropecuários, especialmente da indústria sucroalcooleira, que respondeu por aproximadamente 39% das exportações em 2009. O setor de polímeros tem ganhado destaque e representa cerca de 11%, contudo uma única empresa, a M&G Polímeros Brasil S.A atende por quase todo esse setor. A produção de uvas e mangas no Sertão do Vale do São Francisco representou 11,3% das exportações. Uma das causas de as exportações serem incipientes está na forte concentração em alguns setores, como os três citados acima, que detém 61,3% ou R\$ 503 milhões em 2009 (SECEX/MDIC, 2009). Implicando que havendo crises num desses setores, o saldo da Balança Comercial poderá se tornar mais negativo.

O ritmo de crescimento das importações tem alcançado taxas exponenciais, especialmente em 2010, quando foram iniciados ou acelerados parte dos grandes projetos estruturadores, como o Estaleiro Atlântico Sul, a Refinaria Abreu e Lima e a PetroquímicaSuape, que demandam grandes volumes de insumos importados. E nos próximos anos essas importações deverão aumentar o ritmo, principalmente porque outros projetos estruturadores também irão demandar mais matérias-primas e equipamentos. Como por exemplo, a Hemobrás, que necessitará importar todos os equipamentos, o que despenderá cerca de R\$ 262,8 milhões, praticamente metade dos recursos alocados para construção deste empreendimento (MOUTINHO, 2010).

A pauta de importações também se mostra concentrada em poucos setores, tais como de Combustíveis Minerais, Produtos Químicos Orgânicos e Cereais (MOUTINHO, 2009b). Contudo, o acelerado crescimento da economia pernambucana, aliada as previsões de novos projetos e empreendimentos irá modificar essa pauta, expandindo a lista ou mesmo alterando a ordem dos insumos mais comprados a cada ano.

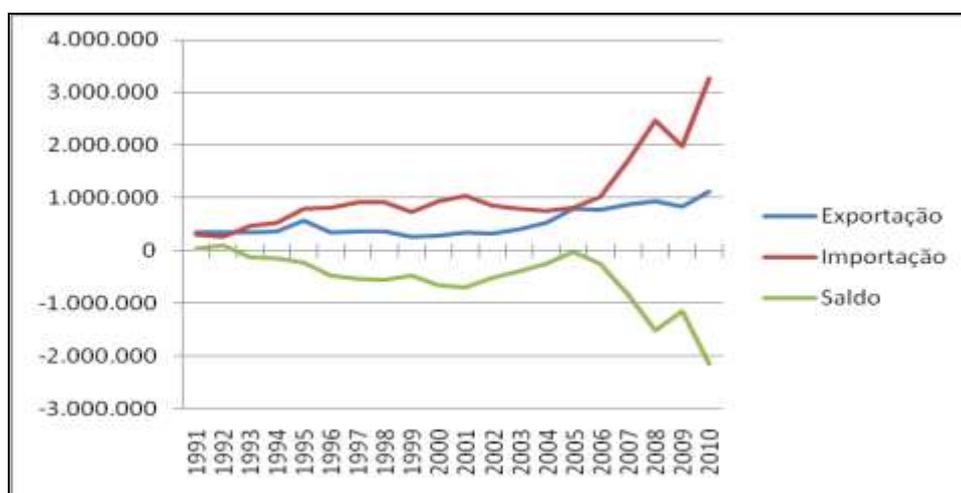


Gráfico 4.2: Balança Comercial de Pernambuco, 1991 a 2010 (em US\$)
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SECEX/MDIC

A Balança Comercial da Bahia, mostrada no Gráfico 3.3, segue um caminho ascendente com saldos maiores a cada ano. Diferentemente de Pernambuco, a Bahia possui um rol de bens exportados menos concentrado, pois seu processo de industrialização está mais consolidado, principalmente ligado a indústria petroquímica e extrativa mineral. De uma lista de 100 produtos em 2009, 20 concentram 72,5% do valor dos bens comercializados, inclusive agrícolas e derivados como soja, algodão, café e cacau, que representam 15,65% (SECEX/MDIC, 2009). A economia baiana é menos dependente do setor agropecuário, o que protege sua balança comercial de possíveis quedas nas vendas desse setor.

A maioria dos produtos importados é ligada aos setores petroquímico, extrativo mineral e automobilístico, o que demonstra que seus polos produtivos estão integrados as cadeias produtivas mundiais, algo que na economia pernambucana vem ocorrendo com os produtos químicos orgânicos (MOUTINHO, 2009b).

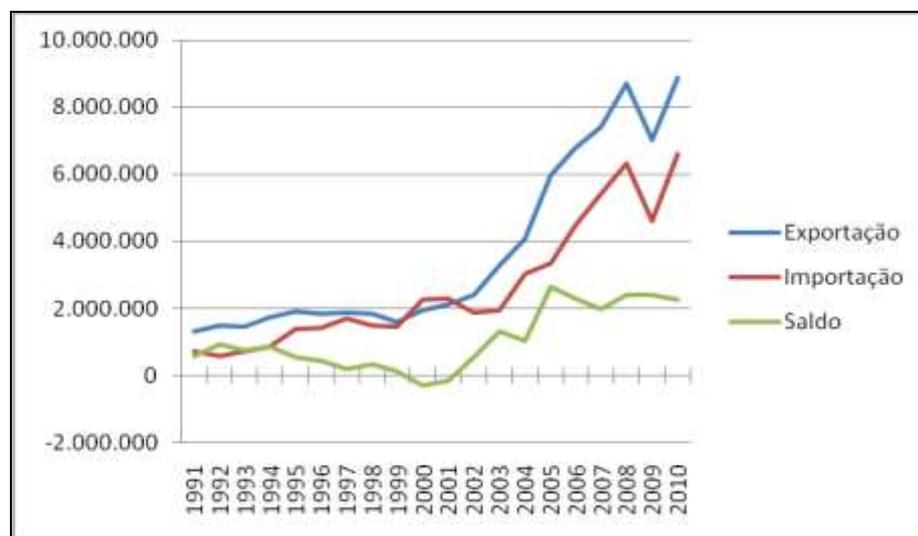


Gráfico 4.3: Balança Comercial da Bahia, 1991 a 2010 (em US\$)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SECEX/MDIC

4.2 Participação do APL na produção e área cultivada de Manga, Uva, Coco-da-baía e Melão

O Arranjo Produtivo Local de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco é considerado como o maior território de exportação frutícola do país, dados as características únicas do APL, desde sua formação institucional e base científica até as condições propícias do clima e do solo. Todavia, os dados estatísticos para mensurar a real participação desta região no quantitativo das exportações possuem limitações. A Secretaria de

Comércio Exterior do MDIC, principal instituição que registra essas informações, desdobra os dados até o nível Estadual. A desagregação para nível municipal seria importante para verificar e discutir a capacidade de um APL influir na Balança Comercial dos Estados ou mesmo sobre a atração de investimentos. Porém, como os APLs têm entre suas características a convergência de uma atividade econômica num território estabelecida por convenções históricas e culturais, é possível, portanto, buscar outros dados estatísticos mais desagregados e inferir por intermédio deles qual seria a força econômica do local na dinâmica produtiva e comercial de uma região ou mesmo de um Arranjo Produtivo Local. A disponibilidade de bases de dados e outras informações da literatura sobre fruticultura irrigada do Sertão do São Francisco facilitaram essa busca. Para outros APLs os meios de pesquisas precisam ser adaptados as especificidades de cada um, pois nem todas as estatísticas econômicas possuem níveis de desagregação detalhados ou mesmo com séries padronizadas.

Mesmo analisando o APL de Fruticultura Irrigada com dados dos oito municípios dos dois Estados, ainda assim, não houve dificuldades de somá-los e considerá-los num conjunto, em parte pelo nível de detalhes que o IBGE disponibiliza sobre a produção de cada município e, por outra, porque a literatura sobre o tema estuda os municípios deste APL como agregados num território distinto, com dinâmicas e ações próprias, especialmente por suas relações com as cadeias produtivas nacionais e internacionais.

Anualmente o IBGE publica dados sobre Produção Agrícola Municipal/PAM, entre as quais: Área Plantada e Quantidade Produzida. Com essas duas dimensões foi possível averiguar a participação do APL na produção de manga, uva, coco-da-baía e melão nos Estados da Bahia e Pernambuco, e com os pesos percentuais obtidos se teve um resultado aproximado que serviu como critério de análise para considerar o APL como exportador destas variedades.

As quatro frutas selecionadas somam 38 mil hectares ou 31,6% da área irrigada utilizada atualmente, sendo que, 87% dessa área estão ocupadas por manga e uva. Os municípios de Petrolina e Juazeiro respondem por grande parte da área disponível (76,35%) e quantidade produzida (76,86%) (Tabela 4.1).

Tabela 4.1: Área Plantada e Quantidade Produzida de Manga, Uva, Coco-da-baía e Melão, em Pernambuco, Bahia, Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e outros municípios do APL, 2008

Estados/Municípios	Frutas	Área Plantada	Quantidade Produzida
Pernambuco	Manga (t)	11.869	196.507
	Uva (t)	6.973	165.075
	Coco-da-baía (Mil frutos)	15.158	142.462
	Melão (t)	924	17.974
Bahia	Manga	29.194	471.983
	Uva	4.376	97.481
	Coco-da-baía (Mil frutos)	81.276	609.623
	Melão	1.219	21.702
Petrolina - PE	Manga	8.160	150.000
	Uva	4.800	111.000
	Coco-da-baía (Mil frutos)	1.600	45.000
	Melão	40	600
Juazeiro - BA	Manga	9.300	209.484
	Uva	2.860	64.146
	Coco-da-baía (Mil frutos)	1.803	39.666
	Melão	580	10.440
Outros (Lagoa Grande, Orocó, Santa Maria da Boa Vista - PE; Sento Sé, Casa Nova e Curaçá - BA)	Manga	4.907	90.015
	Uva	3.054	79.984
	Coco-da-baía (Mil frutos)	402	8.640
	Melão	665	11.160

Fonte: elaborada a partir de dados do IBGE (SIDRA) – Pesquisa Agrícola Municipal, 2008

Somada as áreas plantadas e quantidades produzidas dos Estados e dos Municípios do APL são encontrados os resultados apresentados na Tabela 4.2. A manga possui um peso maior do que 50% para área plantada e aproximadamente 70% da quantidade produzida, mas considerando que as variedades exportadas são produzidas principalmente no Vale do Submédio do São Francisco, como a Tommy Atkins, Haden, Keitt, Kent e Palmer. A variedade Tommy Atkins abrange de 83% a 97,1% das áreas de cultivo dos principais perímetros irrigados (Mandacaru, Torreão, Maniçoba, Tourão, Curaçá e Bebedouro) (FAVERO, 2008). Como a manga é produzida em diferentes regiões de ambos os Estados, inclusive variedades viáveis apenas para industrialização ou venda em Centrais de Abastecimento e Feiras Livres, como a Rosa e Espada, e por ser uma fruta tropical bastante comum na culinária e mesa das famílias, esta seria uma razão para compreender o motivo de que 46% são produzidos fora do APL.

Em relação a uva, que tem índices próximos dos 100%, pois, é uma fruta de clima

temperado adaptada a produção na região semiárida. As primeiras experiências para sua inserção foram iniciadas já nos anos 1960. Porém, foi somente no início dos anos 1990 que pesquisas foram realizadas pela Embrapa/CPATSA, ITEP, VALEXPORT e Sebrae afim de desenvolver uma variedade apirênica (sem semente) que posteriormente foi introduzida comercialmente no início do século XXI. Outras regiões produzem uva, como São Vicente Férrer e Macaparana em Pernambuco, com aproximadamente 500 ha plantados em 2009⁵⁸, contudo a produção é direcionada para produção de uvas *in natura*, suco concentrado e vinhos para o comércio regional.

As variedades produzidas no semiárido do Vale do São Francisco são destinadas para mesa e produção de vinhos. Como não é possível desagregar qual é a variedade sem semente (mesa) ou para industrialização, é assumido que aquelas que são exportadas são do primeiro tipo, enquanto que as comercializadas internamente, principalmente nos Estados da Bahia e Pernambuco são destinadas a produção de vinhos finos, sucos de uvas concentrados e outros derivados.

Tabela 4.2: Peso (%) da Área Plantada e Quantidade Produzida de Manga, Uva, Coco-da-baía e Melão no APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco em relação às áreas plantadas e quantidades produzidas somadas da Bahia e Pernambuco, 2008

Fruta	Área Plantada (ha)	%	Quantidade Produzida (t)	%
Manga	22.367	54%	449.499	67%
Uva	10.714	94%	255.130	97%
Coco-da-baía	3.805	4%	93.306	12%
Melão	1.285	60%	22.200	56%

Fonte: elaborada a partir de dados do IBGE (SIDRA) – Pesquisa Agrícola Municipal, 2008

O coco-da-baía tem os índices mais baixos, o que dificulta deduzir se o APL é o principal responsável pelas exportações. Pois, além disso, a maioria dos produtores é de pequeno porte, menos capitalizados e que direcionam para indústria de água de coco e outros derivados, presentes na região. Afora que o custo de transporte é mais elevado, pois o coco-da-baía tem um peso que varia de 1,5 a 2,0 Kg, e apenas 20% é referente ao volume de água. No entanto, o que poderia constatar que essas exportações registradas pela SECEX/MDIC sejam do APL seria presença da entidade Grupo de Coco do Vale do São Francisco, criado em 1999 com o objetivo de organizar os produtores da região na comercialização interna e

⁵⁸ Aproximadamente 95% da área cultivada estão no município de São Vicente Férrer, que plantou as primeiras videiras desde 1944. Atualmente tem intensificado na industrialização de sucos concentrados e vinhos finos. Também está desenvolvendo variedades sem semente (TAVARES e LIMA, 2009)

externa, mas essa entidade não existe mais. A GCV era apoiada pela VALEEXPORT, que auxiliou na prospecção de destinos internacionais como Inglaterra e Itália. O Sebrae e Embrapa também auxiliaram este Grupo no planejamento da viabilidade econômica do escoamento de sua produção para o exterior. Contudo, a exportação de coco não é fácil, pelas razões apresentadas acima, o que acarreta numa quantidade incipiente e desregular de exportações, nos últimos seis anos não houve nenhuma saindo de Pernambuco e Bahia (SECEX/MDIC, 2004-2010).

O melão está inserido na produção dos perímetros irrigados há mais tempo que a uva e manga, inclusive o Vale era reconhecido pela produção desta fruta, porém, segundo Silva (2001) e Damiani (2003) a produção despencou no final dos anos 1980 devido a uma experiência mal sucedida de exportação que trouxe prejuízos para o Vale, tanto financeiros quanto de imagem. O motivo foi a variedade de tipos de melão produzidos pelos pequenos agricultores, com tamanhos, sabores e qualidade diferentes, o que acarretou em baixos preços pagos nos leilões em Rotterdam, que não eram sequer suficientes para pagar os custos de exportação, levando muitos produtores a abandonarem o cultivo. Contudo, após, o sucesso da produção de outras frutas na região e o êxito da produção de melão no Polo Açú/Mossoró a produção voltou a crescer, principalmente entre os pequenos produtores, agora mais experientes e com melhor orientação para exportar seus produtos.

A participação do comércio de melão do VSMSF em relação ao total da área cultivada e quantidade produzida de Pernambuco e Bahia que era de 86% e 85%, respectivamente, em 2006, diminuiu em 2008, para 60% e 56%. Os valores sugerem que as exportações de melão sejam provenientes em quase sua totalidade deste APL, pois além de a produção ser maior, o território compreende um aglomerado institucional que favorece a organização e prospecção de mercados externos. Além disso, a proximidade com a Embrapa/CPATSA facilita o desenvolvimento de novas variedades que atendam ao mercado consumidor externo.

4.3 Fluxo Comercial Internacional do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco

As quatro variedades de frutas analisadas na seção anterior tiveram resultados diferentes dos seus pesos em relação à produção somada dos Estados da Bahia e Pernambuco, todavia, possuem uma base institucional comum e fortalecida, ou seja, a formação do capital social no território proveu os subsídios para que os produtores e atores desenvolvessem

relações cooperativas que facilitassem ao APL difundir o conhecimento tácito, científico e inovativo. Nesse âmbito, a institucionalidade é um elemento-chave desse sistema produtivo local no tocante à participação nas exportações de frutas.

A Balança Comercial dos Estados e do Brasil mostrou que há inflexões e outros movimentos implícitos que podem alterar o comportamento da economia nacional ou regional, inclusive nos territórios em que haja especialização de uma atividade econômica integrada a uma cadeia internacional de comércio, como é a de fruticultura irrigada, que tem seus contratos estabelecidos em Dólares ou Euros.

Cada fruta representa um fluxo de comércio com nuances e outros aspectos peculiares concernentes ao determinado pelo público demandante. Entretanto, há crises e entraves que podem vir a afetar a produção ou comercialização dessas frutas igualmente.

Portanto, considerou-se que as exportações da uva, manga e melão que saem dos Estados da Bahia e de Pernambuco sejam provenientes do Arranjo Produtivo Local da Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco, um território sistêmico, dada as ações dos seus atores e as atuais políticas direcionadas nesse sentido.

Como as informações do Coco-da-baía são incipientes e não há uma base institucional organizada atualmente para essas exportações, além do que a AMACOCO e o mercado interno tem absorvido grandes quantidades que são produzidas no Vale, portanto, não é possível considerar que as exportações realizadas são oriundas desse APL. Mesmo sabendo que há “experiências” de exportações realizadas por alguns núcleos dos perímetros irrigados, mas que ainda não foram compensatórias, logo o fornecimento para a indústria local e mercado interno ainda são as prioridades. Porém, a AMACOCO exportou em 2009 em torno de US\$ 4,6 milhões de água-de-coco em caixinha, comparado ao ano anterior, ocorreu um aumento de 36,7%, o que confirma a tendência de que a venda desse produto é uma alternativa com maior viabilidade técnica e economicamente do que *in natura*.

A uva e a manga são as culturas com movimentos mais ascendentes, o início da produção voltada para exportação remonta o final dos anos 1980, mas a partir de um cenário cambial propício na segunda metade dos 1990, decorrente de uma estabilidade promovida pela política macroeconômica brasileira para controle da inflação e ajuste do câmbio, as frutas de regiões como o Vale do São Francisco adquiriram espaço no mercado externo, favorecidos também pelas condições edafoclimáticas e aumento do consumo de frutas, principalmente exóticas e de contra-estação. Porém, nem todas as frutas mantiveram a ascensão dos primeiros anos da abertura comercial, como é o caso da uva, que teve fracos resultados entre 1996 e

1999, por causa de obstáculos como as exigências dos consumidores europeus, que preferem uvas apirênicas. A partir de 2000 e 2001 quando as primeiras variedades sem semente foram comercializadas, as exportações cresceram 131%. A introdução da uva sem semente foi fundamental, atualmente se estima que 60% da produção seja desse cultivar (SECTI-BA, 2008). Em 2000 foram exportados US\$ 12 milhões e em 2008 foram US\$ 170 milhões, o crescimento foi praticamente exponencial. A fase de ascensão da uva teve uma queda entre 2008 e 2009 por causa da crise internacional que restringiu o crédito e a renda dos consumidores. O ano de 2010 tem apresentando um leve crescimento em relação ao ano anterior, o que demonstra que a crise não se alongou (Gráfico 4.4).

Os principais destinos da uva do Vale são a União Europeia (72,7%), Estados Unidos da América (20,6%), Canadá (2,1%) e países do Mercosul (0,76%). Na Europa, a Holanda, além de ser o maior importador europeu com 40%, é também o principal redistribuidor, o que lhe confere uma importância estratégica para o Vale na obtenção de novos mercados consumidores dentro da Europa (SECEX/MDIC, 2009). Os Emirados Árabes Unidos, no Oriente Médio, importa menos de 1% (US\$ 33,8 mil) das uvas do Vale do São Francisco, mas é um mercado promissor, pois, anualmente importam mais de US\$ 40 milhões desse produto (SECEX/MDIC, 2009; FAOSTAT, 2008).

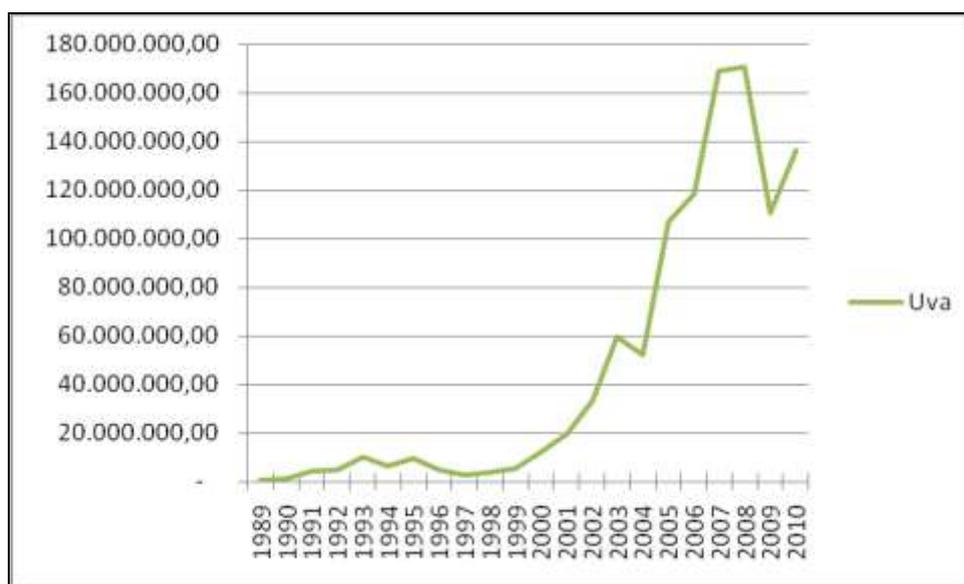


Gráfico 4.4: Exportações de Uva do APL Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco (PE/BA), 1989 a 2010 (em US\$)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SECEX/MDIC

Em relação à manga (Gráfico 4.5), esta ganhou uma maior projeção ainda nos anos 1990, pois as ações da VALEEXPORT com o programa de controle da mosca da fruta tiveram

efeito imediato, com isso o Vale do São Francisco alcançou também o mercado estadunidense, que representa hoje 16% das vendas. Favero (2008) também destaca que a reestruturação produtiva aplicada no APL na segunda metade da década de 1990 resultou numa maior interação e estabelecimento de parcerias entre pequenos produtores e as empresas exportadoras que foi importante para aumentar o volume e manter a regularidade da comercialização.

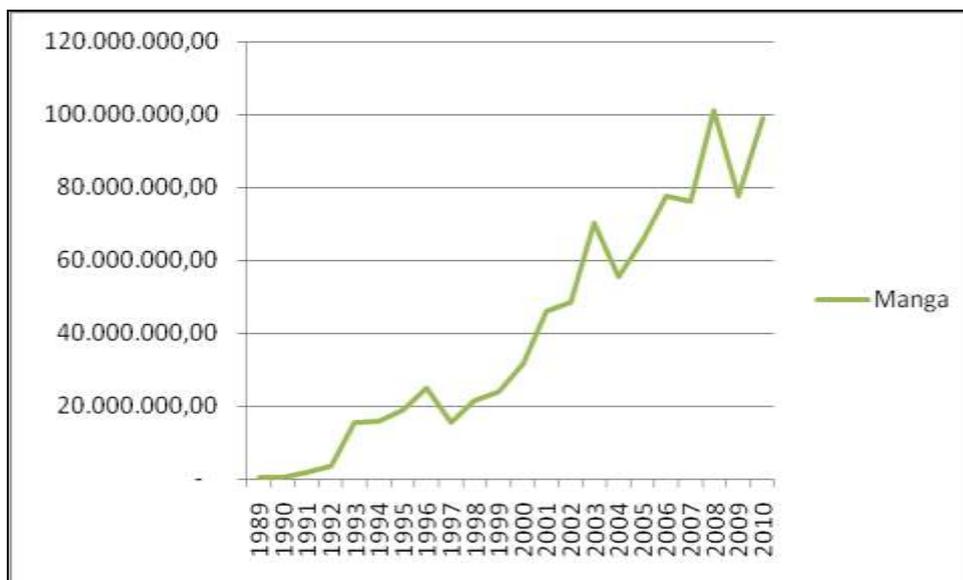


Gráfico 4.5: Exportações de Manga do APL Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco (PE/BA), 1989 a 2010 (em US\$)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SECEX/MDIC

Até 2003, a receita da comercialização da manga para o exterior superava a de uva, ainda assim, a produção e exportação continuam em expansão, mas com alguns momentos de queda, como ocorreu em 2004 em razão das chuvas intensas e nos períodos de crise na conjuntura econômica internacional ou de mudanças na política cambial brasileira. Além disso, segundo Favero (2008) 63,6% das mangas vendidas pelo Brasil no exterior são por consignação, o que torna vulnerável a quaisquer mudanças no mercado, tal como ocorreu em 2008 e 2009, que diminuiu as exportações em mais de US\$ 20 milhões, um valor bastante expressivo para uma região que tem na fruticultura irrigada a principal atividade econômica indutora de desenvolvimento socioeconômico.

O escoamento de manga do Vale também se concentra na Europa (70,2%), Estados Unidos da América (22,6%), Canadá (3,7%) e América Latina (1,5%). A Holanda converge 42,4% do comércio e como visto anteriormente é o principal responsável por abastecer países europeus, particularmente do Leste (SECEX/MDIC, 2009). No mercado Asiático, além dos

Emirados Árabes Unidos, que importa 0,2% e tem um potencial de mais de US\$ 39 milhões, o Japão aparece como outro destino propício, e importa mais de US\$ 1 milhão do Vale do São Francisco. Atualmente o Japão compra aproximadamente US\$ 50 milhões em manga, principalmente do México, Filipinas e Tailândia (FAOSTAT, 2008).

O melão tem uma importância menor no Vale frente ao expressivo sucesso da manga e da uva, mas vem ganhando espaço em razão do aumento da demanda. Essa ascensão ainda tem sido pequena, pois grande parte da produção e das exportações dessa fruta são procedentes do Rio Grande do Norte, especificamente do Polo Açú/Mossoró. O melão é a segunda fruta mais exportada em valores de US\$ no Brasil, um fator que favorece a possibilidade de expansão de sua produção no Vale do São Francisco. Contudo, além da concorrência com o Polo Açú/Mossoró e também com o Baixo Jaguaribe no Ceará, outro entrave que poderá estagnar as exportações dessa fruta no Vale é a variedade produzida, denominada Yellow Honey Dew/YHD que tem um baixo teor de sólidos solúveis e menos apreciada em alguns grandes mercados consumidores (LIMA e CAMPOS, 2005). A pesquisa por novas variedades é imprescindível para manutenção do crescimento e também para ganhar destaque nesse competitivo mercado. Mas, ainda assim, essa variedade é a mais viável economicamente, pois suporta até 30 dias depois da colheita, uma capacidade superior a outras variedades.

As exportações de melão do Vale se mantiveram num patamar abaixo de US\$ 1 milhão até 2008, porém em 2009 o valor dobrou, em 2010 haviam passado de US\$ 1,6 milhões (Gráfico 4.6). Esse movimento de crescimento entre 2008 e 2009 foi o inverso daquele percebido na manga e uva que sofreram uma queda nesse período. Uma possível explicação é a diminuição em 30% das exportações de melão procedentes do Polo Açú/Mossoró, que com essa perda abriu espaço para o Vale do Submédio do São Francisco (Tabela 4.3).

O destino comercial do melão do Vale é mais concentrado, 97% é vendido para a Europa, sendo a Holanda (43,7%) e a Espanha (36,4%) os principais recebedores. O outro destino do melão é a América do Norte, com US\$ 65 mil comercializados em 2009. Os países da América Central (Guatemala, Costa Rica e Honduras) são os principais fornecedores dos EUA e Canadá, que no total importam mais US\$ 30 milhões por ano.

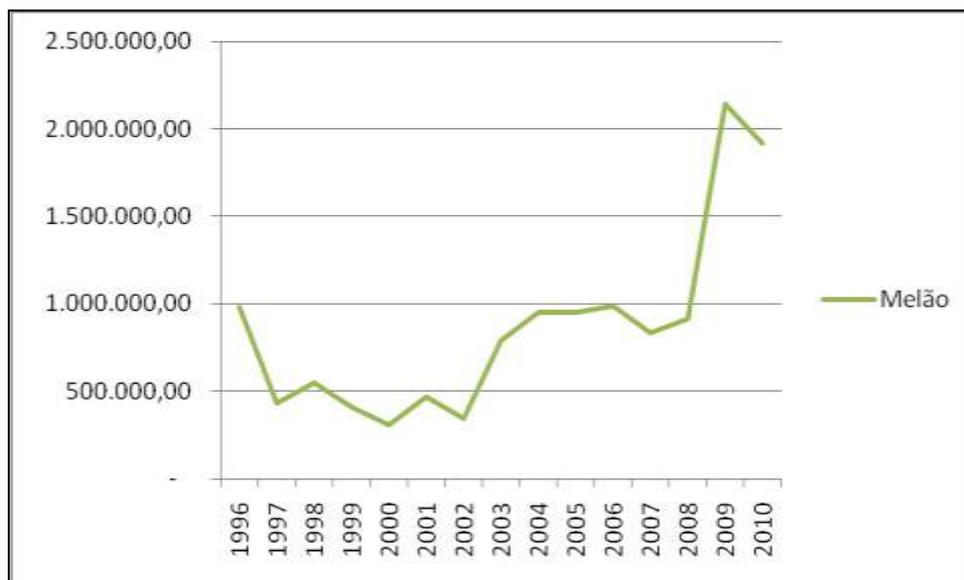


Gráfico 4.6: Exportações de Melão do APL Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco (PE/BA), 1989 a 2010 (em US\$)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SECEX/MDIC

Tal como no Vale, o Polo Açú/Mossoró tem um forte investimento de empresas privadas aliado aos investimentos público, inclusive do INCRA que assentou produtores familiares na microrregião de Mossoró. Porém, nesse Polo não há uma instituição que coordene e articule a comercialização, tal como a VALEXPORT no VSMSF. As próprias empresas da região, que por meio de processos verticalizados de produção acessam os principais mercados importadores (FUNCKE et al, 2009). Outra diferença entre os territórios está no foco da produção, enquanto que os produtores do Sertão do Apodi se especializaram na produção do melão (e também da melancia), enquanto que no Sertão do São Francisco, a produção ocorre no período de entressafra da região de Açú/Mossoró, nos demais meses, os produtores do Vale se dedicam a outras culturas (NACHREINER, BOTEON, PAULA, 2002).

A Tabela 4.3 compara o desempenho do melão no Vale do Submédio do São Francisco e o Polo Açú/Mossoró. A participação nas exportações do VSMSF é abaixo de 2%, enquanto que as de Açú/Mossoró conseguem superar o patamar de 70% e alcançam valores de exportações entre US\$ 45 a 85 milhões demonstra uma especialidade na produção maior do que o Vale.

Entre 2006 e 2009 a quantidade produzida de melão diminuiu no Nordeste, mas suas exportações aumentaram. No APL do Vale do São Francisco a produção também caiu, mas suas exportações aumentaram. Como é uma fruta menos apreciada no mercado interno, e no externo está em expansão, as empresas tem investido mais no plantio direcionado para o mercado europeu e estadunidense.

Tabela 4.3: Comparação do Desempenho da Quantidade Produzida e das Exportações de Melão no Nordeste, Vale do Submédio do São Francisco (PE/BA) e Polo Açú/Mossoró (RN), 2006 a 2009

	Ano	Nordeste	Vale do Submédio do São Francisco	Açú-Mossoró
Quantidade Produzida (t)	2009	380.007	28.541	168.220
	2008	316.221	22.200	56.088
	2007	474.368	40.320	141.320
	2006	480.658	51.414	133.320
Participação (%) na Produção	2009	100	7,51	44,27
	2008	100	7,02	17,74
	2007	100	8,50	29,79
	2006	100	10,70	27,74
Exportações (US\$)	2009	122.011.566	2.140.756	45.645.595
	2008	86.918.517	915.479	64.993.150
	2007	128.084.816	833.624	85.196.031
	2006	88.213.155	984.541	58.117.140
Participação (%) nas Exportações	2009	100	1,75%	37,41
	2008	100	1,05%	74,77
	2007	100	0,65%	66,52
	2006	100	1,12%	65,88

Fonte: elaboração a partir de dados do IBGE (SIDRA) – Pesquisa Agrícola Municipal, 2006-2009; SECEX/MDIC (ALICE-Web), 2006-2009.

4.4 Fluxo Comercial Interestadual do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco

Aproximadamente 26% das mangas, 32% das uvas e 7,5% dos melões produzidos no Vale são exportados, o que garante ao comércio interno a importância de escoar ou utilizá-la na indústria a maior parte da produção não destinada ao mercado externo (SECEX/MDIC, 2008; IBGE, 2008). Importantes redes varejistas aproveitam as vantagens e externalidades positivas da região para criar uma produção verticalizada para atender a demanda que se amplia por produtos saudáveis e naturais no país, especialmente de consumidores do Sul e Sudeste.

Os dados fornecidos pelas Secretarias da Fazenda de Pernambuco e Bahia do ano de 2006 mostram o fluxo de saídas e entradas das frutas analisadas nesse estudo. As informações recebidas para Pernambuco foram filtradas compreendendo apenas os municípios de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Orocó. Quanto às informações sobre a

Bahia, os dados recebidos foram filtrados abrangendo somente os municípios de Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sento Sé. O Estado da Bahia possui outros polos frutícolas importantes como Livramento de Nossa Senhora na Bacia do Rio de Contas, região Sudoeste, que produz manga da variedade Tommy Atkins. Contudo, foram somente considerados os valores dos municípios componentes do APL e que possuem um peso relevante no fluxo interno e externo do Vale do Submédio do São Francisco, portanto, todas as saídas e entradas são pertencentes ao APL.

A Tabela 4.4⁵⁹ apresenta os dados somados das saídas e entradas das quatro frutas estudadas de Pernambuco e Bahia com outros Estados e Regiões brasileiras. Essas informações mostram que mesmo o volume do comércio interestadual sendo maior, os valores são menores do que nas exportações no mesmo período, enquanto que as saídas registraram R\$ 34 milhões, as exportações foram de US\$ 196 milhões ou R\$ 428 milhões⁶⁰. Contudo, a partir dessa comparação é plausível o entendimento de que o APL é dependente do mercado externo e de suas variações (SECEX/MDIC, 2006).

⁵⁹ Nessa tabela não estão os dados do fluxo entre Bahia e Pernambuco, pois essas transações ocorrem no próprio APL. Além do que, o volume de comércio dentro do APL é de R\$ 22,3 milhões nas entradas e R\$ 52,2 milhões nas saídas, que se fossem considerados gerariam saldos negativos neste APL.

⁶⁰ A conversão foi realizada com a cotação média de 2006, que foi de R\$ 2,1761, de acordo com o Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Tabela 4.4: Fluxo Interestadual da Fruticultura Irrigada do APL do Vale do Submédio do São Francisco (em R\$)⁶¹

UF	Saída	Entrada	Saldo	%S	%E
AC	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
AM	117.750,00	0,00	117.750,00	0,35%	0,00%
AP	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
PA	771.565,00	34.082,62	737.482,38	2,27%	0,13%
RO	4.200,00	0,00	4.200,00	0,01%	0,00%
RR	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
TO	36.256,00	0,00	36.256,00	0,11%	0,00%
NORTE	929.771,00	34.082,62	895.688,38	2,73%	0,13%
AL	56.266,50	121.902,88	-65.636,38	0,17%	0,47%
CE	1.430.261,80	1.678.297,27	-248.035,47	4,21%	6,42%
MA	0,00	88.802,14	-88.802,14	0,00%	0,34%
PB	182.828,32	184.611,56	-1.783,24	0,54%	0,71%
PI	49.462,75	22.872,74	26.590,01	0,15%	0,09%
RN	219.962,20	66.345,86	153.616,34	0,65%	0,25%
SE	10.129.240,90	7.767.861,98	2.361.378,92	29,79%	29,71%
NORDESTE	12.068.022,47	9.930.694,43	2.137.328,04	35,49%	37,98%
DF	863.547,59	0,00	863.547,59	2,54%	0,00%
GO	238.147,00	9.621,25	228.525,75	0,70%	0,04%
MS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
MT	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
CENTRO-OESTE	1.101.694,59	9.621,25	1.092.073,34	3,24%	0,04%
ES	687.199,00	323.783,67	363.415,33	2,02%	1,24%
MG	848.555,94	678.203,03	170.352,91	2,50%	2,59%
RJ	7.016.535,36	325.713,03	6.690.822,33	20,64%	1,25%
SP	7.765.219,82	8.777.192,54	-1.011.972,72	22,84%	33,57%
SUDESTE	16.317.510,12	10.104.892,27	6.212.617,85	47,99%	38,65%
PR	448.737,83	1.670.164,43	-1.221.426,60	1,32%	6,39%
RS	2.828.159,85	2.973.715,44	-145.555,59	8,32%	11,37%
SC	227.691,29	1.422.936,58	-1.195.245,29	0,67%	5,44%
SUL	3.504.588,97	6.066.816,45	-2.562.227,48	10,31%	23,20%
EX	78.462,84	0,00	78.462,84	0,23%	0,00%
TOTAL	34.000.049,99	26.146.107,02	7.853.942,97	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEFAZ – BA/PE.

No mercado interno, 35,49% dessas vendas e 37,98% das compras são realizadas com os Estados da região Nordeste, sendo a uva e manga as frutas mais comercializadas, o saldo

⁶¹ As informações contidas na Tabela 3.4 estão dispostas com maiores detalhes nos anexos de A17 a A19 (Ver Lista de Anexos).

do Nordeste é positivo em R\$ 2,1 milhões, grande parte em razão das transações com o Sergipe.

Além do Nordeste, o VSMSF é superavitário com as regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. Com o Norte e Centro-Oeste os valores não superam R\$ 1,1 milhões. O Sudeste, desconsiderando o fluxo entre Pernambuco e Bahia, é a região que mais compra frutas do Vale, cerca de R\$ 16 milhões, descontadas as entradas, o saldo fica em R\$ 6,2 milhões. A preferência é pela uva, R\$ 11,4 milhões, mas também são comercializados coco-da-baía (R\$ 2,3 milhões) e manga (R\$ 2,6 milhões).

Em relação ao coco, 70% das saídas e 96% das entradas são oriundas da parte pernambucana do APL, com esses percentuais é possível considerar que as transações interestaduais passam por esta parte do Vale do São Francisco em razão de Petrolina ter uma grande indústria que compra grandes quantidades de coco-da-baía.

Apesar da grande produção do Vale se destinar a agroindústria local, ainda assim, há outras indústrias em São Paulo e também em Sergipe que compram principalmente para o envasamento de água-de-coco.

O saldo com o Sul é negativo em R\$ 2,5 milhões, principalmente por causa da uva, com mais de R\$ 5 milhões comprados e R\$ 3 milhões vendidos. O destino principal são os municípios de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Petrolina que adquirem R\$ 4,2 milhões. Sendo este o território do Sistema Produtivo Local de Vitivinicultura, incluindo também Casa Nova, é possível considerar que as uvas e também vinhos provenientes do Sul e Sudeste tem relação com o fato de haver filias das mesmas nesses municípios, ou mesmo por haver empresas que prestam serviços especializados de comercialização, que se utilizam da base institucional e a indicação geográfica para fomentar os negócios (MOUTINHO, 2009b).

A Tabela 4.5 mostra os mesmos resultados totais da tabela anterior, no entanto, os apresenta por fruta. A manga e a uva possuem saldos negativos, principalmente em decorrência das transações realizadas entre Pernambuco e Bahia, que foram aqui desconsideradas por serem transacionadas dentro do próprio APL. O coco-da-baía também tem uma parte transacionada dentro do APL, cerca de R\$ 232,5 mil, mas como este valor não está sendo considerado nesta tabela, o saldo é positivo em R\$ 962 mil. A produção de coco no Vale do São Francisco tem uma importância fundamental quanto ao encadeamento com a indústria, principalmente de envasamento de água de coco, bebida que tem alcançado bons preços e concorre com refrigerantes, isotônicos, sucos, etc. Nesse caso, nem todo volume produzido e vendido para indústria é registrado nesses fluxos, pois assim, o valor seria bem

mais alto, empresas como a AMACOCO têm além de área própria, uma rede de pequenos produtores que comercializam diretamente com ela. O transporte é da própria indústria que vai até as propriedades buscar os cocos.

Tabela 4.5: Fluxo Comercial Interno de Melão, Uva, Coco-da-baía e Manga (em R\$)

CNAE	Descrição	Saída	Entrada	Saldo	%S	%E
50119907	CULTIVO DE MELÃO	151.923,10	0,00	151.923,10	0,44	0,00
50132600	CULTIVO DE UVA	25.772.267,36	15.746.165,91	10.026.101,45	75,46	60,22
50133405	CULTIVO DE COCO-DA-BAÍÁ	3.297.028,36	2.335.000,06	962.028,30	9,65	8,93
50133410	CULTIVO DE MANGA	4.930.754,27	8.064.941,05	-3.134.186,78	14,44	30,85
TOTAL		34.151.973,09	26.146.107,02	8.005.866,07	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEFAZ – BA/PE

O melão registrado nessas tabelas é proveniente somente de Petrolina, não há registros das transações de melão pelos municípios baianos, mesmo sabendo que há comercialização, principalmente exportação por parte dos municípios baianos, mas como a predominância da produção em algumas fazendas são uva e manga, muitos proprietários plantam melão como produto secundário e somente nos meses de entressafra do Polo Açú/Mossoró, por essa situação, as propriedades devem ter sido registradas no CNAE como produtoras de manga ou uva. O valor do melão de R\$ 151.923,10 foi destinado para a Bahia via Santa Maria da Vista, o que pode configurar que produto será comercializado no Mercado de Juazeiro, ou que será exportado por alguma empresa baiana e necessitou de uma complementação, ou mesmo alguma empresa sediada na Bahia adquiriu para distribuir nos grandes centros urbanos. Outro município de Pernambuco que comercializa melão para outros Estados é Ibimirim, no Sertão do Moxotó, contudo, não há qualquer registro de produção deste município, o motivo seria que a produção comercializada é proveniente de Floresta, Petrolândia ou Inajá, que são vizinhos a Ibimirim. Foram R\$ 562 mil comercializados, sendo que 80% foram para o Rio Grande do Norte e o restante para São Paulo.

As frutas chegam até o consumidor do Sul e Sudeste ao menos por dois meios, o primeiro é o Mercado do Produtor de Juazeiro que atua como importante distribuidor nacional de produtos agropecuários que são recebidos e vendidos de várias regiões do país. Mas a alternativa que vem tomando importância são as redes de varejo como o Grupo Carrefour e o Bompreço/Walmart, que atentos em responder as demandas dos consumidores passam a exigir também frutas com o mesmo padrão comercializado para o exterior.

O produto *in natura* com maior qualidade obtém maiores preços de vendas, mas beneficiar para vender a fruta fatiada e embalada para consumo imediato ou até transformar

em matérias-primas para indústrias especializadas de cosméticos e alimentos são formas de agregar valor que tem ganhado importância e poderá ser uma tendência futura, mas desde que sejam realizadas pesquisas para adaptar espécies às condições do semiárido e sejam específicas para indústria, pois as variedades exportadas não são consideradas aptas, principalmente por serem mais caras, o que inviabilizaria qualquer forma de processamento. E para reduzir ainda mais os custos, indústrias estrangeiras e nacionais seriam instaladas próximas ao local da produção, como já ocorre com o vinho e a água de coco. A atração desses investimentos beneficiaria diretamente o produtor familiar que tem dificuldades para escoar sua produção, dependendo dos grandes para barganhar seus preços e comercializar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS

O estudo avaliou as relações do APL de Fruticultura Irrigada do Vale do Submédio do São Francisco com seus fluxos comerciais interestaduais e internacionais a partir de uma visão sistêmica que contemplou a trajetória histórica e os elementos teórico-conceituais. A base de dados desses fluxos comerciais foi fundamentada por uma análise descritiva a partir de uma perspectiva socioeconômica e das políticas.

Sobre o ambiente global do mercado de frutas, verificou-se que os principais produtores, exportadores e importadores internacionais têm posições e relações diferentes nas transações comerciais, e que cada vez mais é necessário fortalecer o ambiente institucional dos aglomerados produtivos, estimulando a competição, o aprendizado e o conhecimento por meio da cooperação e inovação. As relações de proximidade entre atores de um território são vantagens na promoção da inovação tecnológica, elemento fundamental no desenvolvimento local e global do APL. Feita essa contextualização e a relação entre os fluxos comerciais e as políticas e ações, segue a proposição e descrição de políticas que estejam condizentes aos princípios de: desenvolvimento local, inovação, conhecimento, aprendizagem e formação sistêmica.

O aprendizado neste APL é construído pela formação de redes de cooperação em pesquisa, ensino e assistência que cada vez mais se voltam a necessidade de inovar, gerar novos conhecimentos e compartilhar. A presença de instituições públicas, principalmente da Embrapa Semiárido, garante que a maior parte do conhecimento desenvolvido não será uma mercadoria de troca, e que estará disponível para os pequenos e grandes produtores. Contudo, a aplicação da tecnologia ou metodologia pode necessitar despender vultosos recursos, o que os pequenos produtores não dispõem ou têm dificuldades para obter. É preciso ter o entendimento de que o aprendizado não é apenas o acesso as novas informações, mas também é o desenvolvimento de competências e capacitações, onde a inovação é gerada por um processo interativo, pois ela depende dos mais diversos atores – econômicos, sociais e políticos – do território.

Por outro lado, entre os produtores, especialmente pequenos e médios, a cooperação apresentou-se frágil na comercialização interestadual, pois exemplos como a desarticulação da SICVALE, que surgiram como alternativa inovadora para escoar as frutas no mercado interno, mas que findaram por falta de sócios. Inicialmente eram cerca de 50 sócios, mas o acesso ao “conhecimento” do processo pós-colheita, principalmente quem era o mercado e quais eram

os preços médios de venda, motivaram os sócios a debandarem gradativamente. Atualmente, cada produtor prefere negociar suas frutas diretamente com os compradores – ou formam pequenos grupos ou contratam empresas especializadas em comercialização a barganhar coletivamente

A visão sistêmica mostra que o Vale do São Francisco possui um conjunto de características climáticas, produtivas e relações institucionais próprias, e que é imprescindível o estímulo a inovação tecnológica, pois não há modelos, fórmulas ou pacotes que atendam a todas as especificidades, por isso a importância da diversidade de instituições que possam elaborar estratégias políticas e ações combinadas com o desenvolvimento local.

No tocante aos fluxos comerciais, as exportações são o principal caminho utilizado pelos produtores e empresas do Vale do Submédio do São Francisco para fomentar o dinamismo da economia local, tanto na atração de fluxos de capitais como também na geração de renda e empregos diretos e indiretos, na atração de mais investimentos públicos e privados e também no desenvolvimento socioeconômico. Porém, as mudanças do mercado externo têm mostrado que o APL de Fruticultura Irrigada é bastante sensível a elas, inclusive por provocar endividamento quando ocorrem situações adversas como a valorização das cotações do Real sobre Dólar⁶², diminuindo o lucro das operações dos produtores, ou quando as *trandings* passam a importar um volume menor ou pagar um valor abaixo do esperado. Essas oscilações influenciam principalmente nos contratos dos empregos, que cada vez mais passam a ser temporários nos períodos de crise, prejudicando a renda dos trabalhadores e de suas famílias. Além do que, apenas uma parcela dos produtores tem as condições apropriadas para exportar, tais como: tecnologia de irrigação e pós-colheita, custos competitivos, controle de qualidade da produção, variedades consumidas nos principais mercados, capital próprio, logística e articulação com os principais distribuidores. A maioria dos colonos e demais pequenos produtores não possuem, e passam a depender das vendas para os grandes, quando estes necessitam complementar a cota para exportar, ou remetem ao mercado local ou regional.

Se o comércio externo não fosse o principal objetivo das vendas da produção de frutas, dificilmente o volume de recursos públicos despendidos e investimentos privados nas duas últimas décadas seriam justificáveis, principalmente no cultivo de uva, que necessita de um gasto de R\$ 40 a R\$ 50 mil por hectare para ser iniciado. O crescimento desse APL é atrelado a integração do mercado global e aumento da demanda por frutas tropicais e temperadas de

⁶² Entre 2006 e 2008, cuja taxa de câmbio média desse período caiu de R\$/US\$ 2,18 para R\$/US\$ 1,83. Essas variações e o fato de grande parte das exportações serem escoadas para a Europa estão orientando os exportadores a estabelecerem contratos em Euro.

contra-estação. Mas, a melhoria das tecnologias de produção (irrigação, manejo, controle de pragas, fertilizantes, defensivos, etc) e de armazenamento e transporte tem um papel preponderante nesse desenvolvimento.

O fluxo interno é uma alternativa para diminuir essa dependência, não somente para os pequenos produtores, mas também para os grandes, pois a diversificação das culturas e variedades comercializadas visa atender as demandas dos consumidores com perfis diferentes do mercado estrangeiro, e também a integração com a industrialização podem garantir o crescimento econômico mais equilibrado na região. O direcionamento dessas ações está em curso, pesquisas estão sendo realizadas pela Embrapa Semiárido para produção de frutas de culturas temperadas como pêra e maçã, pois estas são as frutas mais importadas pelo Brasil, e que se destina principalmente aos grandes centros urbanos, particularmente Sul e Sudeste. Segundo o FAOSTAT, em 2007 foram importados aproximadamente US\$ 140 milhões em pêras e US\$ 68,5 milhões em maçãs. Comparando com as exportações de uva e manga no mesmo período, segundo a SECEX/MDIC (ALICE-Web) foram US\$ 169,2 milhões e US\$ 77,4 milhões, respectivamente.

A ampliação das áreas irrigadas de 120 mil para 360 mil hectares viabilizará novos espaços para implantar a diversificação de culturas no APL e diminuir a concentração da área de cultivo para produção de manga e uva, o que inclusive é identificado por alguns atores como sendo um gargalo. A forte base institucional e empresarial especializada na produção e pós-colheita das frutas também é um fator que possibilita a introdução de novas culturas ou variedades. Contudo, não só de pesquisas e novas áreas de plantio sobreviverá o APL, há outros entraves para serem superados e investimentos que precisam ser realizados para que o território continue sendo o vetor do desenvolvimento local. Além desses dois fatores, há outros que precisam de maior atenção, tais como: logística, produção integrada de frutas, marketing, crédito e incentivos fiscais. Todos esses pontos foram ressaltados por alguns trabalhos recentes que os diagnosticaram, entre os principais estão: LIMA e CAMPOS, 2005 (pesquisa realizada por professores e pesquisadores da UFPE financiada pelo programa Inova NORDESTE do MCT); INTG, 2009 (publicação da consultoria TGI); FAVERO, 2008 (pesquisa financiada pelo Banco do Nordeste do Brasil que detalha a cadeia produtiva da manga); e SECTI-BA, 2008 (plano de desenvolvimento produtivo do APL proposto pela Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação do Governo da Bahia). Outros trabalhos pioneiros de Vital (1997), Lima e Miranda (2001), Faveret Filho, Ormond e Paula (1999) e Silva (2000 e 2001) também ressaltam esses pontos e formam uma base teórica e referencial

de muitos estudos atuais.

No tocante a diversificação é colocada que a introdução de novas espécies e variedades de frutas adaptadas a região semiárida mudariam o perfil atual do Vale e trariam novas oportunidades de investimentos, mas essa proposta, que está em curso principalmente na Embrapa Semiárido, precisa de pesquisas mais amplas e integradas, ou seja, estudar somente novas culturas não responde a uma mudança, mas se houver uma integração entre centros de pesquisas de excelência (Universidades Federais, Institutos Federais, Embrapa, IPA, ITEP, ETENE/BNB etc.) formando redes que envolvessem diversas áreas de estudos (agronomia, biologia, economia, administração, engenharia, geografia, etc), e não somente dos Estados da Bahia e Pernambuco, mas também de outros Estados que possuem polos frutícolas e com os quais produtos e processos inovativos seriam compartilhados. Trabalhos que investiguem o comportamento de determinados produtos, identificando a formação de custos, preferências dos consumidores, embalagens adequadas, prospecção de mercados regionais e internacionais, entre outras questões, que não são isoladas, pois as respostas encontradas se tornariam parte complementar ou fundamental de outras investigações. No entanto, atores do APL criticam a míngua presença do IPA na região, os reduzidos recursos da Embrapa, que dependem da captação de recursos de editais lançados e do foco excessivo em pesquisas sobre manga e uva.

A logística é o ponto mais recorrente em todos os trabalhos técnicos e acadêmicos analisados, por ser uma ameaça constante a todos os produtores e que pode definir suas estratégias competitivas. Além das insuficientes condições de infraestrutura das estradas e falta de galpões e contêineres específicos nos portos, exceto em Natal, o que se observa também é a pouca utilização do Aeroporto Senador Nilo Coelho em Petrolina, que comporta aviões de carga (110 toneladas) para vôos internacionais e disponibiliza desde 2004 uma infraestrutura de armazenamento com câmaras frigoríficas, docas e túneis de resfriamento. Mesmo com esse alto padrão, ainda assim, mais de 99% das uvas e melões e aproximadamente 90% das mangas são exportadas via modal marítimo (SECEX/MDIC, 2009). Mesmo que a via aérea seja uma possibilidade mais econômica e menos exigente no uso de embalagens, além de diminuir o risco de danificação do produto durante o transporte, esta não tem sido uma opção para os produtores, pois há poucos vôos que partem de Petrolina para a Europa. Em 2009 a Infraero registrou no Aeroporto de Petrolina uma movimentação de cargas de 2 toneladas para o exterior, mesmo considerando que toda essa carga de frutas,

equivaleria a apenas 1,5% das exportações daquele ano⁶³. A escolha da via marítima possui um viés que é o transporte rodoviário, há até alguns anos, o volume maior era destinado ao Porto de Salvador, mas as condições das estradas têm piorado e muitos exportadores estão optando pelo Porto de Pecém – mais próximo do que as Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador – e o Porto de Suape pelas condições de infraestrutura e investimentos recentes na melhoria da malha viária.

O modal ferroviário é uma alternativa com menor custo que ampliaria a comercialização das frutas no mercado nacional e também internacional. Há três ferrovias que o APL poderia utilizar, a primeira é a Ferrovia Nova Transnordestina que liga a futura Plataforma Multimodal de Salgueiro aos portos de Pecém (CE) e Suape (PE), a outra escolha é a Ferrovia Norte-Sul que ligaria aos mercados domésticos do Centro-Sul do país. E por fim a Ferrovia Centro-Atlântica que seria ligada a partir do Porto Hidroviário de Juazeiro potencializando o uso do transporte fluvial e ligando ao Porto de Aratu (BA). Contudo, as duas primeiras alternativas estão em início de construção e recuperação de trechos, com uma previsão para iniciar as primeiras operações em 2012. Afora isso, ainda será preciso conseguir que se construam ramais complementares para ligar essas ferrovias ao Vale. Iniciativa que não somente beneficiaria a agricultura irrigada, mas também indústrias e outros setores produtivos. Essa possibilidade poderá ser alcançada na nova gestão do Ministério da Integração Nacional (2011-2014) que apresentou as intenções para executar essa proposta.

Sobre a ampliação da PIF e manejo orgânico, verificou-se que há uma forte tendência para que o uso de agrotóxicos possa se tornar uma nova barreira não-tarifária, pois há produtos que não estão sendo regulados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA, além da preferência crescente no mercado europeu por frutas e legumes sem produtos químicos sintéticos. A VDS Export, uma das maiores empresas do Vale, exportou US\$ 1,13 milhões em mangas orgânicas entre agosto de 2006 e junho de 2010⁶⁴, um valor ainda pequeno, comparado aos US\$ 340 milhões de mangas exportadas no mesmo período. Algumas institucionais foram iniciadas para incentivo da prática do manejo orgânico, em 2009 foi realizado o I Seminário de Agricultura Orgânica do Vale do São Francisco, organizado pela Embrapa Semiárido e o Centro Internacional de Negócios da FIEPE e contou com a presença de vários atores do APL.

Uma política mais efetiva de incentivo a diminuição de pesticidas e agrotóxicos a partir da implementação da Produção Integrada de Frutas nos os perímetros irrigados

⁶³ INFRAERO, 2009.

⁶⁴ MDIC, 2010.

frutícolas (e aumento das áreas com produção orgânica) é uma ação que precisa de atenção para que os colonos e pequenos produtores sejam também inseridos.

Uma das consequências da diminuição de produtos químicos na produção é a possibilidade integrar essa ação com a produção de mel, que necessita de áreas de cultivo livre de resíduos químicos nocivos para melhor produção de mel que atenda as exigências do mercado externo. A base institucional seria outra vantagem ao processo de aumento da produção de mel na região, que tem as condições propícias de clima para expandir e produzir mel e outros derivados de qualidade. Essa também é uma atividade que beneficiaria os produtores familiares, devido ao baixo custo do manejo e também, porque a apicultura pode coexistir com outras atividades agrícolas.

O crédito tem sido mais um entrave do que um instrumento de fomento a fruticultura irrigada, apesar das várias linhas de crédito disponíveis, principalmente por parte do Banco do Nordeste, que dispõe de recursos do FNE e criou programas como o Cresce Nordeste e o Programa de Exportações do Nordeste/NExport. Contudo, muitos dos produtores ainda contam com recursos próprios para realizar os investimentos necessários. Essa fragilidade foi percebida no período de crise entre 2008 e 2009 quando os produtores exportadores contraíram uma dívida de mais R\$ 300 milhões e necessitaram se articular para solicitar intervenção dos Governos Estaduais para a renegociação das dívidas e disponibilização de um aporte de crédito específico para o setor. E essas especificidades remetem a cada cultura, pois cada fruta possui um período de produção, pós-colheita e calendário de comercialização distintos, inclusive no mercado nacional e internacional. Mesmo que atenda as reivindicações e necessidades dos fruticultores com créditos diferenciados, esta política terá que ser vinculada com outras estratégias competitivas, tais como melhoria e incentivo a variedade das frutas comercializadas e melhoria das condições de armazenamento e transporte, para que os efeitos das crises externas possam ser menores.

A divulgação de produtos que não são necessariamente associadas a alguma tipo de marca dificulta o estímulo do consumo, principalmente no mercado brasileiro, onde a propaganda para incentivar a compra de frutas *in natura* é irrisória ou inexistente. Geralmente as empresas têm recursos escassos e dependem do apoio do Poder Público para realizar o marketing dos produtos, porém, esses recursos públicos também são insuficientes. Diversos países promovem campanhas intensas nos principais meios de comunicação dos maiores importadores para estimular o consumo não só o consumo, mas também a “marca” ou procedência da fruta, utilizando selos e certificações para identificação geográfica de origem.

As informações estão no ar, contudo, o caminho que elas percorrem entre os atores do APL precisam ser melhores desenhadas e coordenadas, pois podem ser definidoras das melhores estratégias de comércio e políticas de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

AGECOM/BA. *Vale do São Francisco exporta US\$ 800 milhões por ano* (16/07/2009). Disponível em: < <http://www.jornalbahiaonline.com.br/index.asp?noticia=1757>>. Acesso em: 27 nov. 2010.

ALMEIDA, Clóvis Oliveira. *A fruticultura brasileira em análise*. Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical (08/07/2008). Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=24830>>. Acesso em: 24 out. 2010.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, A. D. [et al.]. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. – São Paulo: Ed. Almedina, 2009 – págs. 108 a 113.

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *A cobrança pelo uso da água na bacia do rio São Francisco*. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Brasília, 2010a. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/cobrancauso/BaciaSF.asp>>. Acesso em: 12 dez. 2010

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. *Balanço da Arrecadação Efetiva – Por Municípios: Exercício de 2010*. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/GestaoRecHidricos/CobrancaUso/_docsArrecadacao/2010/PorMunicípioPCJ_2010.pdf>. Acesso em: 12. dez. 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Produção de energia e modernização do vale do São Francisco*. Revista de Economia Política. Vol. 4. nº 1, janeiro-março, 1984.

ANDRIGUETO, J.R.; NASSER, L.C.B.; TEIXEIRA, J.M.A.; *Produção Integrada de Frutas: Conceito, Histórico e a Evolução para o Sistema Agropecuário de Produção Integrada – SAPI*. Brasília/DF-Brasil, 2006. Disponível em: <[http://www22.sede.embrapa.br/snt/piue/Produ%20Integrada%20na%20Uniao%20Europeia/Q\)%20Palestras,%20Artigos%20e%20Relatorios%20%20PIF%20SAPI%20Brasil/Q1\)%20Artigos%20e%20Plano%20de%20Divulgacao%20%20PIF%20SAPI/Artigos%20sobre%20PIF%20SAPI/Sistema%20Agropecu%20rio%20de%20Produ%20Integrada%20-%20SAPI.pdf](http://www22.sede.embrapa.br/snt/piue/Produ%20Integrada%20na%20Uniao%20Europeia/Q)%20Palestras,%20Artigos%20e%20Relatorios%20%20PIF%20SAPI%20Brasil/Q1)%20Artigos%20e%20Plano%20de%20Divulgacao%20%20PIF%20SAPI/Artigos%20sobre%20PIF%20SAPI/Sistema%20Agropecu%20rio%20de%20Produ%20Integrada%20-%20SAPI.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2010.

ANDRIGUETO, J.R.; NASSER, L.C.B.; TEIXEIRA, J.M.A.; SIMON, G.; VERAS, M.C.V.; MEDEIROS, S.A.F.; MARTINS, M.V. de M. *Produção Integrada de Frutas e Sistema Agropecuário de Produção Integrada no Brasil*. MAPA, Brasília, abril de 2008. Disponível em:

<[http://www22.sede.embrapa.br/snt/piue/Produ%E7%E3o%20Integrada%20na%20Uni%E3o%20Europ%E9ia/S\)%20Produ%E7%E3o%20Integrada%20na%20America%20Latina/S4\)%20Brasil/LIVRO%20PIF-SAPI%2017%20jun%2008%20-%20Revisado.pdf](http://www22.sede.embrapa.br/snt/piue/Produ%E7%E3o%20Integrada%20na%20Uni%E3o%20Europ%E9ia/S)%20Produ%E7%E3o%20Integrada%20na%20America%20Latina/S4)%20Brasil/LIVRO%20PIF-SAPI%2017%20jun%2008%20-%20Revisado.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2010.

ARAÚJO, José Lincoln Pinheiro. *Mercado e comercialização da manga*. Embrapa Semiárido, 2004. Disponível:

<<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Manga/CultivodaMangueira/mercado.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2010

BACELAR, Tânia. *APL e Desenvolvimento Regional*. Seminário BNDES – APL como Instrumento de Desenvolvimento, Rio de Janeiro: Outubro de 2004. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/s_apl.html>. Acesso em: 12 nov. 2009.

BAHIA. *Relatório Anual do Governo 2009: Dinamizar a Agricultura Familiar e Desenvolver o Agronegócio Articulado com a Rede de Produção Estadual*. 2009. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/sgc/arquivos/20100302_122003_11_Diretriz11_Agricultura_internet.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2010.

BNDES. *Governo anuncia o Revitaliza para aumentar competitividade de empresas afetadas pelo câmbio*. (12/06/2007). Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2007/20070612_not134_07.html>. Acesso em: 12 nov. 2010.

BONELLI, Regis. *Impactos Econômicos e Sociais de Longo Prazo da Expansão Agropecuária no Brasil: Revolução Invisível e Inclusão Social* Texto para Discussão nº 838, IPEA – ISSN 1415-4765. Rio de Janeiro, novembro de 2001;

BUCARESKY, André. *A dependência e o balanço de pagamentos no Brasil: um estudo sobre a ação do capital estrangeiro na extração do excedente econômico e na reprodução da dependência*. Faculdade de Economia - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

[Dissertação de Mestrado]. Disponível em: <http://www.uff.br/cpgeconomia/novosite/arquivos/tese/2006-andre_bucaresky.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2009.

BUSTAMANTE, Paula Margarita Andrea Cares. *A Fruticultura no Brasil e no Vale do São Francisco: Vantagens e Desafios*. Revista Econômica do Nordeste. Volume 40, Nº 01, Janeiro-Março de 2009. págs.153 a 171. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1120>. Acesso em: 22 jun. 2009.

CAMELO FILHO, José Vieira. *A Dinâmica Política, Econômica e Social do Rio São Francisco e do seu Vale*. – Revista do Departamento de Geografia, nº págs. 83-93. 2005. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/rdg/RDG_17/Jose_Vieira_Camelo_Filho.pdf>. Acesso em 12 ago. 2010.

CASSIOLATO, J.E; LASTRES, H.L.L; STALLIVIERI, F. Introdução: Políticas estaduais e mobilização de atores políticos em arranjos produtivos e inovativos locais. In: CASSIOLATO, J.E; LASTRES, H.L.L; STALLIVIERI, F. (Orgs.) *Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento: experiências de políticas*, volume 2. – Rio de Janeiro: E-Papers, 2008. Págs. 11 a 38.

CASTILHOS, Dino. *Capital social e políticas públicas: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2002. [Dissertação de Mestrado]. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2814/000326468.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 mar. 2009.

COELHO NETO, Agripino Souza. *Trajetórias e Direcionamentos da Política de Irrigação no Brasil: as especificidades da região e do Vale do São Francisco*. XIX Encontro Nacional de Geografia, São Paulo, 2009, p. 1 a 32. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Coelho-Neto_AS.pdf>. Acesso em: 09 ju. 2010.

CORREIA; R. C.; ARAÚJO, J. L. P.; CAVALCANTI, E. B. *A fruticultura como vetor de*

desenvolvimento: o caso dos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). 2001. Disponível em: <<http://www.pontal.org/docs/benefits2.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2010.

CUENCA, Manuel Alberto Gutiérrez. *Aspectos da comercialização e mercados do coco*. Embrapa Tabuleiros Costeiros – Sistemas de Produção 1, 2007. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Coco/ACulturadoCoqueiro/aspectos.htm>>. Acesso em 15 dez. 2010

DAMIANI, Octavio. *Diversificação Agrícola e Redução de Pobreza: A Introdução no Nordeste Brasileiro de Produtos Agrícolas Não-Tradicionais de Alto Valor e Seus Efeitos sobre Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais Assalariados*. Revista Econômica do Nordeste. Volume 34, nº01, janeiro-março, 2003. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Publicacoes/REN-Numeros_Publicados/docs/ren2003_v34_n1_a2.pdf>. Acesso em: 21 out. 2010.

DOSI, Giovanni. *Fontes, procedimentos e efeitos microeconômicos da inovação*. (Setembro de 1988). Disponível em: <www.fclar.unesp.br/eco/es-05.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2011

ERBER, Fabio Stefano. *Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito*. – Belo Horizonte, MG: Nova Economia nº 18, p. 11 a 32, janeiro-abril de 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v18n1/01.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2009.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Food Consumption Food Groups*. 2007. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/food_security_statistics/FoodConsumptionFoodGroups_es.xls>. Acesso em: 11 ago. 2010.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Statistical Yearbook – 2009: Value of imports and exports of fruits*. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/publications_studies/statistical_yearbook/yearbook2009/c11.xls>. Acesso em: 11 ago. 2010.

FAOSTAT. *Producción y Comercio*. Vários anos. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/>>. Acesso em: 1º mar. 2010.

FAOSTAT-FAO. *Detailed World Agricultural Trade Flows*. 2007. Disponível em:

<<http://faostat.fao.org/DesktopModules/Faostat/WATFDetailed2/watf.aspx?PageID=536>>.

Acesso em: 22 ago. 2010.

FAVERET FILHO, P.; ORMOND, J.G.P.; e PAULA, S.R.L. *Fruticultura Brasileira: a busca de um modelo exportador*. BNDES, 1999. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set908.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2010.

FAVERO, Luiz Andrea. (org). *A Cultura da Manga no São Francisco: posicionamento, limites, oportunidades e ações estratégicas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

FEIJÓ, Carmen Aparecida [et all]. *Contabilidade Social*. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. págs. 130 a 152.

FERREIRA JÚNIOR, Hamilton de Moura (Coord.). *Nota Técnica 2 – Bahia - “Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio nos Arranjos Produtivos Locais”*, – FUNPEC/BNDES, 2009a. Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/documentos/getarquivo/arquivo/10>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

FERREIRA JÚNIOR, Hamilton de Moura (Coord.). *Nota Técnica 4 – Bahia – Balanço de pagamentos de Pernambuco: comportamento recente e influências dos principais APLs identificados*, – FUNPEC/BNDES, 2009b. Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/documentos/getarquivo/arquivo/41>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

FUNCKE, A.; et all. *Novas Commodities (Fruticultura)*. – Sistema Produtivo 04: Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.projetopib.org/arquivos/04_ds_agronegocio_novas_commodities.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2010.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. - 9ª ed.- São Paulo: Editora Nacional, 1986.

GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M.; OLIVEIRA, J.A.F.G. *Crédito rural e estruturas de financiamento*. Brasília: Ipea, 2004, 44p. (Textos para Discussão, n° 1.036). Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1036.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2010.

GUIMARÃES, V., PEIXOTO, F. J. M., CASSIOLATO, J. E. & LASTRES, H. M. M. Convergências e Complementaridades da Corrente Neo-Schumpeteriana com o Pensamento Estruturalista de Celso Furtado, *in*: SABOIA, J. & CARDIM, F. *Celso Furtado e o Século XXI*. Editora Manole, São Paulo, 2006.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contagem da População de 2007*. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 20 out. 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)*. Rio de Janeiro: vários anos. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 20 Ago. 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF)*. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

IBRAF – INSTITUTO BRASILEIRO DE FRUTAS *apud* TODAFRUTA. *Novos Mercados para a Exportação de Frutas Brasileiras*. (03/01/2007). Disponível em: <<http://www.todafruta.com.br/portal/icNoticiaAberta.asp?idNoticia=14513>>. Acesso em: 09 set. 2010.

INFRAERO – EMPRESA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. *Movimento Operacional Acumulado da REDE INFRAERO (janeiro até dezembro de 2009)*. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/images/stories/Estatistica/2009/mov_operac._0309_revisado.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2011.

INTG – INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO. *Pernambuco competitivo: saber olhar para saber fazer*. – Recife: INTG, 2009. págs. 219 a 241.

ITEP – INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. *Itep amplia competências e*

identifica novas oportunidades de atuação. (29/12/2010). Disponível em: <http://www.itep.br/noticias_ler.asp?codigo_conteudo=2286>. Acesso em: 30 dez. 2010.

KUPFER, David. *Padrões de concorrência e competitividade.* Anais do XX Encontro Nacional da ANPEC, Campos de Jordão- SP, 1992. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/gic/pdfs/1992-2_Kupfer.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2011.

LASTRES, Helena M. M. e CASSIOLATO, José E. (coord.) *Mobilizando Conhecimentos para Desenvolver Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas no Brasil.* RedeSist, 2005. Disponível em: <<http://redesist.ie.ufrj.br/glossario.php>>. -Acesso em: 12 de abr. 2009

LASTRES, Helena M. M., e CASSIOLATO, José F. *Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros.* – Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

LEÃO, E.L.S.; MOUTINHO, L.M.G.; XAVIER, G. *Condicionantes de Crescimento do Arranjo Produtivo Local de Apicultura na Região do Araripe, Pernambuco,* mimeo. Recife, 2010.

LEÃO, Éder Lira de Souza e VITAL, Tales Wanderley. *Evolução e situação atual da agricultura de base ecológica em Pernambuco.* Anais do 48º Congresso da Sociedade de Economia, Administração e Sociologia Rural. 25 a 28 de Julho de 2010. Campo Grande – MS. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/392.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2010.

LIMA, J.P.; CAMPOS, L. R. *Inova Nordeste: fruticultura irrigada e vitivinicultura,* Relatório de pesquisa, mimeo. Recife, 2005

LIMA, João Policarpo Rodrigues e MIRANDA, Érico Alberto de A.. *Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco: Incorporação Tecnológica, Competitividade e Sustentabilidade.* – *Revista Econômica do Nordeste,* Fortaleza, v. 32, n. Especial p. 611-632, novembro 2001

MARSHALL, Albert. *Princípios de Economia.* – São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARTINS, Rafael D’Almeida e CALDAS, Eduardo de Lima. *Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras.* – Campo Grande, MS: Interações, v. 10, n.2, p.207-218, jul./dez.2009. págs. 207 a 218.

MDIC. *Exportação Brasileira de Produtos Orgânicos - Agosto-2006 a Junho-2010*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1112&refr=608>>. Acesso em: 06 jan. 2011.

MELO, Marcus André. *Crise federativa, guerra fiscal e “Hobbesianismo municipal”, efeitos perversos da descentralização?* – São Paulo em perspectiva, Fundação SEADE, vol. 10, nº 3, 1996

MOUTINHO, L. M. G.; NASCIMENTO, J. S. *O problema da inserção das exportações brasileiras de frutas frescas na União Européia*. João Pessoa: PPGE-CME/UFPB, 2000 (Série Texto para Discussão, n. 201). Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/E522D8808976DA0003256FFE00583169/\\$File/NT000A7E6E.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/E522D8808976DA0003256FFE00583169/$File/NT000A7E6E.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

MOUTINHO, Lúcia Maria Góes (Coord.). *Nota Técnica 10 – Pernambuco – Caracterização dos Grandes Projetos Federais de Pernambuco – FUNPEC/BNDES*, 2010. Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/documentos/getarquivo/arquivo/94>>. Acesso em: 12 out. 2010.

MOUTINHO, Lúcia Maria Góes (Coord.). *Nota Técnica 2 – Pernambuco - Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio nos Arranjos Produtivos Locais*”, 2009a. – FUNPEC/BNDES. Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/documentos/getarquivo/arquivo/10>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

MOUTINHO, Lúcia Maria Góes (Coord.). *Nota Técnica 4 – Pernambuco – Balanço de pagamentos de Pernambuco: comportamento recente e influências dos principais APLs identificados – FUNPEC/BNDES*, 2009b. Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/documentos/getarquivo/arquivo/41>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

NACHREINER, M.L., BOTEON, M., PAULA, T.S. *Sistema Agroindustrial do Melão: Mossoró versus Juazeiro*. XXXX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural/SOBER, 2002. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pdf/Melao_Sober.doc>. Acesso em: 04 mai. 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao Enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?*. São Paulo, Pólis; Programa de Gestão Pública e Cidadania/EASESP/FGV, 2001. Págs. 11 a 24. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/download/46.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *System of National Accounts*, 1993. Edição eletrônica disponível em <<http://unstats.un.org/unsd/san1993/introduction.asp>>. 1993

PAIVA, Carlos Águedo (2002). O que são sistemas locais de produção (e porque eles são tão importantes na estratégia de desenvolvimento do governo democrático e popular no Rio Grande do Sul). In: *Anais do I Encontro de Economia Gaúcha*. Porto Alegre: FEE Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/eeg/>>. Acesso em: 17 jan. 2010.

PERNAMBUCO. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. *Região do Araripe, Pernambuco: diagnóstico florestal*. - Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2007. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001586/158602por.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2009.

PIMES. *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro: A Política de Desenvolvimento Regional*. 3º Volume. SUDENE – Recife, 1984.

RAMOS, Soraia de Fátima. *Uso do Território Brasileiro e Sistemas Técnicos Agrícolas: A Fruticultura Irrigada em Petrolina (PE) / Juazeiro (BA)*. In: Anais do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, em Ribeirão Preto-SP, no período de 24 a 17 de julho de 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2960>>. Acesso em: 02 set. 2010:

RIBEIRO, Marcelino. *Brasil pode exportar coco in natura para a Europa (25/11/2004)*. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/1999/agosto/bn.2004-11-25.3303538939/>>. Acesso em: 01 jan. 2011.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 120p.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. *Metodologia de Pesquisa*. – 3ª Ed. – São Paulo: McGraw-hill, 2006.

SEBRAE-SIGEOR. Projeto: Roteiro do Vinho – Vale do São Francisco. – Sistema de

Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados, 2009. Disponível em: <www.sigeor.sebrae.com.br>. Acesso em: 30 nov. 2009.

SECEX/MDIC. *Sistema e Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICE-Web)* Vários Anos. Disponível em: <<http://desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2010.

SECTI-BA – SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO da BAHIA. *Plano de Desenvolvimento do APL de Fruticultura do Vale do São Francisco – Bahia*. Salvador-Bahia, 2008. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1247146529.pdf>. Acesso em 12 set. 2010.

SILVA, Aldenôr Gomes da. Do rural ao local: os reflexos das políticas públicas nos “municípios rurais” do Nordeste. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste Brasileiro*. – São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.

SILVA, Napiê Galvê Araújo e MACHADO, Ruth Rodrigues. *Arranjo Produtivo do Artesanato de Palha de Carnaúba: O Caso de Ipaguacú (Massapé)*. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Londrina. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/894.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

SILVA, Pedro Carlos Gama. *A dinâmica dos serviços na fruticultura irrigada do Pólo Petrolina – PE / Juazeiro – BA*. In: Congresso Mundial de Sociologia Rural, 10; Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 38, 2000, Rio de Janeiro. Anais. Campinas: UNICAMP / Auburn: IRSA / Brasília: SOBER, 2000. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/CPATSA/38549/1/OPB1838.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

SILVA, Pedro Carlos Gama. *Articulação dos interesses públicos e privados no Polo Petrolina-PE/Juazeiro-PE: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas*. Instituto de Economia/UNICAMP. Campinas, 2001. [Tese de Doutorado]. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000232434&opt=1>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*. - 5ª ed. - São Paulo: Atlas, 2008

SOUZA, O.C.; MELO, R.B.; CANDIDO, A.S.; SILVA, M.G.; FEITOSA, T.B.. *Aspectos da comercialização do coco no pólo Petrolina(PE) e Juazeiro(BA)*. II Encontro de Iniciação Científica do IFPI – ENCIPRO – 2009. Disponível em: <<http://www.ifpi.edu.br/eventos/iiencipro/arquivos/AGROPECUARIA/831766234a67c105d1792678ae3d5f6a.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

TAVARES, S.C.C. de Holanda e LIMA, V.C. de. *A indicação geográfica da uva de São Vicente Férrer e Macaparana – PE a partir de pesquisas da Embrapa*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA – Circular Técnica nº 43. Rio de Janeiro, RJ. Dezembro, 2009. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/664524/1/circtec432009uvasaovicenteferrer.pdf>> Acesso em: 17 out. 2010.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: O que o poder local?. In: Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. *Cadernos do IPPUR/UFRJ*. Ano XV, nº 2 ago-dez 2001/ano XVI, nº 1 jan-jul 2002. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2002

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 1998.

VITAL, T. W. e SAMPAIO, Yony . Agricultura familiar e fruticultura irrigada - estudos de caso no Nordeste. In: Moura, Romero Marinho de; Menezes, Maria; Mariano, Rosa de Lima Ramos. (Org.). *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica*. 1 ed. Recife: Imprensa Universitária, 2007, v. 4, p. 275-290.

VITAL, Tales W. *Frutas frescas do Brasil importadas pela União Européia: regulação do mercado* [Pesquisa de Pós-Doutorado]. Paris: 1997.

VITAL, Tales. *Vitivinicultura no Nordeste do Brasil: Situação Recente e Perspectivas*. – Fortaleza: *Revista Econômica do Nordeste*, Vol. 40, nº 03, julho-setembro, 2009. p. 499 a 524. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1146> Acesso em: 20 mai. 2009.

XAVIER, L.F.; COSTA, E, F.; e FILHO, S. O. *Bacia do São Francisco: uma revisão de experiências da cobrança pelo uso da água*. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, 2007, Londrina-PR. Anais do XLV Congresso da XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, 2007 Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/1036.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2010.

LISTA DE ANEXOS

Quadro A1: APLs de Pernambuco e Bahia: Identificados e Apoiados

Quadro A2: APLs de Pernambuco e Bahia: Identificados e Não-Apoiados

Quadro A3: APLs de Pernambuco e Bahia: Não incluídos em Listagens e Mapeamentos Institucionais

Tabela A1: Consumo de alimentos no Brasil – Quantidades (g/pessoa/dia), 1990 a 2007

Tabela A2: Comparação de Consumo de Frutas – Quantidades (g/pessoa/dia), 1990 a 2007

Tabela A3: Maiores Produtores Mundiais de Frutas

Tabela A4: Maiores Áreas de Cultivo de Frutas

Tabela A5: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Produção de Uvas no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2008); Principais Produtores de Uvas, 2008

Tabela A6: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Exportação de Uvas no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Exportadores de Uvas, 2007

Tabela A7: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Importação de Uvas no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Importadores de Uvas, 2007

Tabela A8: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Produção de Mangas, Mangostões e Goiabas no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2008); Principais Produtores de Mangas, Mangostões e Goiabas, 2008

Tabela A9: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Exportação de Manga, Mangostões e Goiabas no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Exportadores de Manga, Mangostões e Goiabas, 2007

Tabela A10: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Importação de Manga, Mangostões e Goiabas no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Importadores de Manga, Mangostões e Goiabas, 2007

Tabela A11: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Produção de Melões no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2008); Principais Produtores de Melões, 2008

Tabela A12: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Exportação de Melão no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Exportadores de Melão, 2007

Tabela A13: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Importação de Melão no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Importadores de Melão, 2007

Tabela A14: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Produção de Coco no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2008); Principais Produtores de Coco, 2008

Tabela A15: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Exportação de Coco no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Exportadores de Coco, 2007

Tabela A16: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Importação de Coco no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Importadores de Coco, 2007

Tabela A17: Fluxo Interestadual do Vale do Submédio do São Francisco BA/PE – Melão, Uva, Coco-da-baía e Manga – Saídas (R\$) - 2006

Tabela A18: Fluxo Interestadual do Vale do Submédio do São Francisco BA/PE – Melão, Uva, Coco-da-baía e Manga – Entradas (R\$) - 2006

Tabela A19: Fluxo Interestadual do Vale do Submédio do São Francisco BA/PE – Melão, Uva, Coco-da-baía e Manga – Saldo (R\$) - 2006

Tabela A20: Balança Comercial do Brasil, Bahia e Pernambuco, 1991 a 2010 (em US\$)

Quadro A1: APLs de Pernambuco e Bahia: Identificados e Apoiados

PERNAMBUCO	
Fruticultura Irrigada do Sertão do São Francisco;	Vitivinicultura do Sertão do São Francisco;
Apicultura do Sertão do Araripe;	Gesso do Sertão do Araripe;
Tecnologia da Informação e Comunicação no Recife;	Confecções do Agreste;
Leite e Derivados do Agreste;	Piscicultura/Aquicultura do Sertão de Itaparica e do Agreste;
BAHIA	
Fornecedores Automotivos na Região Metropolitana de Salvador (Santo Antonio de Jesus e Cruz das Almas) e Centro Norte Baiano (Feira de Santana).	Ovinocaprinocultura no Centro Norte Baiano (Andorinha, Jussara, Senhor do Bonfim, Pintadas, Ponto Novo) e Vale São-Franciscano da Bahia (Juazeiro).
Confecções na Região Metropolitana de Salvador e Centro Norte Baiano (Feira de Santana);	Transformação de Plástico na Região Metropolitana de Salvador e Centro Norte Baiano (Feira de Santana);
Derivados de Cana no Centro-Sul Baiano (Abaíra, Piatã, Mucugê, Utinga, Rio de Contas, Jussiape, Vale do Rio Gavião, Piripá, Licínio de Almeida, Cordeiros, Caculé, Mortugaba e Amargosa), Sul Baiano (Ibirataia e Ilhéus) e Região Metropolitana de Salvador (Jaguaripe);	Fruticultura Irrigada do Vale São-Franciscano da Bahia (Casa Nova, Juazeiro, Sento Sé e Curaçá)
Piscicultura no Vale São-Franciscano da Bahia (Paulo Afonso e Glória) e Nordeste Baiano (Canudos);	Rochas Ornamentais na Região Metropolitana de Salvador e Centro Norte Baiano (Jacobina e Ouroilândia);
Sisal no Nordeste Baiano (Araci, Barrocas, Conceição do Coité, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Valente, Biringa, Candeal, Cansação, Lamarão, Monte Santo, Quijingue, Teofilândia, Tucano);	Tecnologia da Informação em Salvador e Centro Norte Baiano (Feira de Santana);
Turismo no Sul Baiano (Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Canavieiras, Santa Luzia e Una);	Turismo Cultural do Circuito do Diamante Polo Chapada Diamantina;
Fármacos e Cosméticos na Região Metropolitana de Salvador e Centro Norte Baiano (Feira de Santana);	Cacau no Sul Baiano (Ilhéus, Itabuna);

Fonte: Adaptado de MOUTINHO (2009a) e FERREIRA JÚNIOR (2009a).

Quadro A2: APLs de Pernambuco e Bahia: Identificados e Não-Apoiados

PERNAMBUCO	
Ovinocaprinocultura em diversas regiões;	Turismo em diversas regiões
Audiovisual do Recife	Pecuária de Corte em Buíque e Triunfo
Saúde da Região Metropolitana do Recife;	Cachaça do Cabo de Santo Agostinho
Música e Ritmos de Recife, Olinda e Zona da Mata;	Algodão de Cumaru;
Artes Plásticas e Artesanato de Olinda;	Floricultura do Agreste;
Cerâmica do Alto do Moura;	Madeira e Imóveis de Gravatá, Recife e João Alfredo;
Renda e Renascença de Pesqueira e Poção;	Horticultura de Ibimirim;
Carrancas e Imagens do São Francisco;	Construção Civil na Região Metropolitana do Recife;
Cerâmica de Tracunhaém;	Transformados Plásticos de Recife;
BAHIA	
Café do Centro Sul Baiano (Vitória da Conquista);	Floricultura no Centro Sul Baiano (Maracás; Livramento de Nossa Senhora e Teixeira de Freitas);
Cachaça e Derivados em Salvador;	Cerâmica no Nordeste Baiano (Alagoinhas);
Turismo na Região Metropolitana de Salvador e Sul Baiano (Porto Seguro);	Apicultura do Vale São-Franciscano da Bahia (Bom Jesus da Lapa, Juazeiro, Paulo Afonso, Ibotirama e Remanso), Sul Baiano (Caravelas, Eunápolis, Ilhéus), Centro Sul Baiano (Teixeira de Freitas) e Nordeste Baiano (Nova Soure, Inhambupe);
Fornecedores automotivos da Região Metropolitana de Salvador (Camaçari);	Grãos no Extremo Oeste Baiano (Barreiras);
Petróleo e Gás da Região Metropolitana de Salvador (Camaçari);	Raízes no Sul Baiano (Itamaraju, Medeiros Neto e Prado);
Piscicultura do Vale São-Franciscano (Paulo Afonso);	Confecção em Salvador e no Sul Baiano (Ibirapuã);
Móveis no Sul Baiano (Eunápolis);	Ovinocaprinocultura no Sul Baiano (Eunápolis, Itanhém), Centro-Sul Baiano (Oliveira dos Brejinhos), Vale São-Franciscano da Bahia (Remanso)

Metal-mecânico da Região Metropolitana de Salvador (Camaçari);	
---	--

Fonte: Adaptado de MOUTINHO (2009a) e FERREIRA JÚNIOR (2009a).

Quadro A3: APLs de Pernambuco e Bahia: Não incluídos em Listagens e Mapeamentos Institucionais

PERNAMBUCO	
Polímeros da RMR;	Turismo e Cultura de Porto de Galinhas, e
Eventos – “Caruaru – A Capital do Forró”;	Agricultura Familiar Orgânica da Zona da Mata.
Tecnologia de Informação e Comunicação de Olinda;	
BAHIA	
Artefatos de Couro no Nordeste Baiano (Tucano – Tracupá)	Serviços Médicos-Hospitalares em Feira de Santana e Salvador;
Turismo no Sul Baiano (Municípios da Costa do Dendê);	Banana no Vale São-Franciscano da Bahia (Bom Jesus da Lapa);
Biodiesel	Maricultura e Pesca na Região Metropolitana de Salvador (Baía de Todos os Santos);
Blocos Carnavalescos em Salvador;	Farmacêutico no Centro Sul Baiano (Vitória da Conquista);

Fonte: Adaptado de MOUTINHO (2009a) e FERREIRA JÚNIOR (2009a).

Tabela A1: Consumo de alimentos no Brasil – Quantidades (g/pessoa/dia), 1990 a 2007

Grupos de alimentos	1990-92	1995-97	2000-02	2005-07
Cereais (exc. cerveja)	294	284	284	316
Amido	181	162	165	176
Açúcar e Adoçantes	133	141	109	115
Tubérculos	41	44	45	44
Nozes	1	1	1	1
Cultivos Oleoginosas	16	23	42	50
Azeites Vegetais	41	36	45	46
Hortaliças	92	104	110	124
Frutas (exceto vinho)	269	309	279	290
Estimulantes	7	11	18	17
Especiarias	1	0	0	1
Bebidas Alcoólicas	100	127	149	150
Carne	142	193	214	213
Gorduras Animais	4	5	8	8
Leite (exc. manteiga)	260	314	309	337
Ovos	21	20	19	21
Pescados e Frutos do Mar	14	18	17	18

Fonte: FAO, 2007

Tabela A2: Comparação de Consumo de Frutas – Quantidades (g/pessoa/dia), 1990 a 2007

País	1990-92	1995-97	2000-02	2005-07
Mundo	194,19	204,01	215,36	225,76
Brasil	269	309	279	290
Dominica	819	969	982	1034
Belize	713	603	656	703
Antigua e Barbuda	407	389	424	549
Samoa	326	414	478	521
Burundi	306	333	396	433
Israel	427	386	408	424
Ruanda	439	518	387	419
Itália	365	334	388	411
Áustria	389	312	345	405
Equador	431	552	532	397
Holanda	414	360	352	380
Reino Unido	209	219	251	359
México	257	292	318	318
França	227	242	269	313
Turquia	321	296	288	304
EUA	303	311	314	301
Arábia Saudita	263	268	265	295
Espanha	328	283	312	282
Emirados Árabes Unidos	364	340	318	273
Egito	196	231	248	268
Alemanha	331	280	294	249
Argentina	216	266	284	192
China	51	96	126	168
Japão	136	142	148	159
Chile	127	165	145	154
Índia	78	94	97	116
África do Sul	101	100	119	96

Fonte: FAO, 2007

Tabela A3: Maiores Produtores Mundiais de Frutas

Ranking	País	%	Produção (t)
	Mundo	100	609.505.907
1	China	21,13	128.761.609
2	Índia	11,22	68.358.200
3	Brasil	6,18	37.686.986
4	Estados Unidos da América	4,62	28.185.907
5	Itália	3,06	18.643.849
6	Indonésia	2,80	17.057.712
7	México	2,65	16.122.211
8	Filipinas	2,61	15.920.684
9	Turquia	2,59	15.759.884
10	Espanha	2,52	15.379.297
11	Irã	2,16	13.183.703
12	Uganda	1,67	10.179.600
13	Egito	1,61	9.803.855
14	Nigéria	1,56	9.502.000
15	França	1,52	9.284.215
16	Equador	1,46	8.901.558
17	Tailândia	1,37	8.326.923
18	Argentina	1,34	8.191.600
19	Colômbia	1,32	8.018.494
20	Paquistão	1,16	7.094.533
21	África do Sul	0,98	5.986.242
22	Vietnã	0,94	5.721.000
23	Chile	0,90	5.487.200
24	Costa Rica	0,83	5.053.473
25	Tanzânia	0,77	4.708.450
	Outros	21,03	128.186.722

Fonte: FAOSTAT, 2009

Tabela A4: Maiores Áreas de Cultivo de Frutas

Ranking	País	%	Produção (t)
	Mundo	100	56.524.189
1	China	20,85	11.785.995
2	Índia	10,29	5.816.175
3	Brasil	4,31	2.435.811
4	Uganda	3,23	1.824.590
5	Espanha	3,09	1.748.750
6	Nigéria	2,98	1.682.500
7	Itália	2,33	1.319.694
8	Irã	2,24	1.264.574
9	México	2,13	1.201.897
10	Estados Unidos da América	2,11	1.195.477
11	Turquia	2,03	1.150.134
12	Filipinas	2,02	1.139.860
13	Egito	1,90	1.071.767
14	França	1,70	959.477
15	Tanzânia	1,56	879.150
16	Tailândia	1,48	834.650
17	Paquistão	1,34	758.736
18	Indonésia	1,29	728.195
19	Rússia	1,22	691.300
20	Colômbia	1,17	661.073
21	Costa do Marfim	0,94	531.997
22	Argentina	0,88	497.110
23	Vietnã	0,86	484.300
24	Argélia	0,84	475.510
25	Equador	0,76	428.348
	Outros	26,46	14.957.119

Fonte: FAOSTAT, 2009

Tabela A5: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Produção de Uvas no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2008); Principais Produtores de Uvas, 2008

Mundo, Continente, País	Taxa de Crescimento (%)		Participação (%) na Produção Mundial			Produção em 2008
	1990-1999	2000-2008	1990	2000	2008	
Mundo	2,0	2,81	100	100	100	66.643.404
África	29,1	31,65	4,25	4,96	6,35	4.233.947
África do Sul	18,0	23,16	2,21	2,24	2,69	1.791.643
Egito	72,7	42,44	0,98	1,66	2,30	1.531.418
América	12,8	8,28	17,07	20,25	21,32	14.210.671
América do Norte	10,4	-4,50	8,69	10,86	10,08	6.720.882
E.U.A.	10,2	-4,79	8,60	10,76	9,96	6.639.920
América Central	13,4	-16,63	0,73	0,60	0,48	321.958
Caribe		-31,03	0,00	0,04	0,03	20.000
América do Sul	14,7	26,03	7,64	8,75	10,73	7.147.831
Argentina	4,2	17,89	3,92	3,79	4,35	2.900.000
Chile	34,5	26,32	1,96	2,93	3,60	2.400.000
Brasil	15,7	38,75	1,35	1,58	2,13	1.421.431
Ásia	49,1	27,20	14,67	22,39	27,70	18.458.282
China	192,8	114,50	1,61	5,20	10,86	7.235.656
Turquia	-2,9	8,85	5,86	5,55	5,88	3.918.440
Irã	64,5	-30,56	2,38	3,86	2,61	1.739.503
Europa	-15,0	-15,29	62,51	50,26	41,41	27.593.714
Itália	10,9	-12,13	14,12	13,68	11,69	7.793.301
Espanha	-13,4	-7,95	10,84	10,09	9,03	6.020.000
França	-2,0	-27,03	13,73	11,98	8,50	5.664.195
Alemanha	30,1	4,99	2,13	2,10	2,14	1.428.776
Oceania	50,4	54,28	1,50	2,15	3,22	2.146.790
Austrália	53,5	49,22	1,38	2,02	2,94	1.956.790

Fonte: FAOSTAT, 1990-2008

Tabela A6: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Exportação de Uvas no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Exportadores de Uvas, 2007

Mundo, Continente, País	Taxa de Crescimento (%)		Participação (%) na Exportação Mundial			Exportações (toneladas)
	1990-1999	2000-2007	1990	2000	2007	2007
Mundo	49%	58%	100,00	100,00	100,00	4.431.336
África	244%	89%	3,35	7,75	8,35	370.043
África do Sul	239%	54%	3,33	7,60	6,47	286.895
Egito	560%	1071%	0,01	0,04	1,21	53.697
América	25%	92%	47,61	39,93	51,57	2.285.069
América do Norte	11%	11%	15,82	11,83	8,83	391.170
E.U.A.	10%	12%	15,64	11,58	8,73	386.677
América Central	287%	53%	1,72	4,47	4,00	177.146
México	287%	53%	1,71	4,46	3,99	176.885
América do Sul	17%	138%	30,08	23,64	38,74	1.716.744
Chile	15%	130%	28,97	22,31	35,04	1.552.741
Brasil	339%	451%	0,11	0,33	1,78	79.081
Argentina	67%	117%	0,80	0,90	1,33	58.812
Ásia	232%	96%	4,57	10,19	14,96	663.092
Turquia	214%	162%	0,94	1,98	3,84	170.250
Uzbequistão	-35%¹	21%	0,00	0,22	2,50	110.871
Índia	162%	368%	0,33	0,58	2,18	96.723
China	-17%	5613%	0,04	0,02	1,27	56.103
Hong Kong	2715%	-15%	0,10	1,94	1,01	44.698
Europa	38%	1%	43,83	40,80	24,21	1.072.810
Itália	40%	-28%	25,31	23,87	10,09	447.282
Holanda	113%	113%	2,63	3,77	4,38	194.265
Espanha	7%	-1%	5,64	4,06	2,40	106.410
Grécia	24%	-18%	4,32	3,60	1,57	69.400
Macedônia	-71%²	566%	0,00	0,39	0,96	42.499
Moldávia	-60%²	435%	0,00	0,22	0,91	40.428
Oceania	204%	22%	0,65	1,32	0,91	40.322

Fonte: FAOSTAT, 1990-2007

¹ As exportações iniciaram em 1996.

² As exportações iniciaram em 1992.

Tabela A7: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Importação de Uvas no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Importadores de Uvas, 2007

Mundo, Continente, País	Taxa de Crescimento (%)		Participação (%) na Importação Mundial			Importações (toneladas)
	1990-1999	2000-2007	1990	2000	2007	2007
Mundo	44%	36%	100,00	100,00	100,00	3.545.936
África	407%	76%	0,07	0,26	0,42	14.910
América	10%	9%	35,70	27,32	24,35	863.542
América do Norte	-6%	12%	34,07	22,24	19,74	700.037
E.U.A.	3%	9%	22,99	16,40	14,50	514.043
Canadá	-24%	18%	11,08	5,84	5,25	185.992
América Central	820%	14%	0,48	3,07	3,14	111.200
México	3160%	13%	0,10	2,22	2,35	83.228
Caribe	110%	27%	0,15	0,22	0,27	9.651
América do Sul	159%	-30%	1,00	1,79	1,20	42.654
Ásia	162%	17%	8,60	15,63	13,30	471.521
Hong Kong	284%	-22%	1,65	4,39	2,15	76.219
China	317%	-10%	0,88	2,56	1,88	66.587
Coréia do Sul	-	251%	0,00	0,26	0,78	27.802
Europa	47%	55%	55,27	56,43	61,23	2.171.338
Rússia	15499%	432%	0,00	1,33	10,74	380.657
Holanda	58%	146%	5,19	5,68	9,29	329.397
Alemanha	3%	-12%	20,86	14,94	8,66	307.051
Grã-Bretanha	27%	60%	7,43	6,56	7,14	253.152
França	11%	-11%	7,88	6,09	4,04	143.308
Polônia	3618%	39%	0,15	3,76	3,13	110.982
Bélgica	-	-22%	0,00	0,00	2,30	81.603
Áustria	19%	-9%	2,40	1,99	1,40	49.490
República Tcheca	43%	36%	0,00	1,36	1,20	42.727
Suíça	8%	-19%	2,21	1,66	0,95	33.578
Espanha	1039%	79%	0,11	0,88	0,87	30.690
Suécia	12%	22%	1,34	1,03	0,83	29.352
Noruega	22%	41%	0,95	0,80	0,82	29.158
Dinamarca	63%	26%	0,58	0,66	0,66	23.451
Oceania	47%	194%	0,35	0,36	0,69	24.625

Fonte: FAOSTAT, 1990-2007

Tabela A8: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Produção de Mangas, Mangostões e Goiabas no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2008); Principais Produtores de Mangas, Mangostões e Goiabas, 2008

Mundo, Continente, País	Taxa de Crescimento (%)		Participação (%) na Produção Mundial			Produção em 2008
	1990-1999	2000-2008	1990	2000	2008	
Mundo	39%	40%	100,00	100,00	100,00	34.889.014
África	46%	33%	10,18	10,26	9,73	3.395.045
Nigéria	45%	1%	2,96	2,93	2,10	734.000
Quênia	116%	241%	0,44	0,45	1,10	384.461
Madagascar	2%	5%	1,18	0,84	0,63	220.000
América	34%	39%	15,15	14,15	14,01	4.887.668
América do Norte	-69%	-2%	0,05	0,01	0,01	2.950
América Central	56%	18%	6,48	7,25	6,10	2.128.243
México	40%	19%	6,30	6,26	5,32	1.855.359
Caribe	10%	26%	3,57	2,71	2,43	848.064
Cuba	228%	64%	0,42	0,87	1,02	355.200
Haiti	-25%	18%	1,76	1,00	0,85	295.000
América do Sul	22%	83%	5,05	4,19	5,47	1.908.411
Brasil	-16%	114%	3,20	2,16	3,31	1.154.649
Perú	213%	158%	0,36	0,50	0,92	322.721
Ásia	39%	41%	74,57	75,41	76,08	26.543.548
Índia	13%	30%	50,69%	42,15%	39,12%	13.649.400
China	243%	24%	5,35	12,89	11,40	3.976.716
Tailândia	62%	45%	5,28	6,56	6,80	2.374.165
Indonésia	63%	130%	2,98	3,52	5,77	2.013.123
Paquistão	20%	87%	4,49	3,76	5,03	1.753.686
Filipinas	157%	4%	1,98	3,40	2,53	884.011
Bangladesh	7%	329%	1,03	0,75	2,30	802.750
Iêmen	227%	344%	0,04	0,35	1,11	387.906
Vietnã	1%	109%	1,01	0,71	1,06	370.000
Oceania	91%	40%	0,10	0,18	0,18	62.753

Fonte: FAOSTAT, 1990-2008

Tabela A9: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Exportação de Manga, Mangostões e Goiabas no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Exportadores de Manga, Mangostões e Goiabas, 2007

Mundo, Continente, País	Taxa de Crescimento (%)		Participação (%) na Exportação Mundial			Exportações (toneladas)
	1990-1999	2000-2007	1990	2000	2007	2007
Mundo	259%	83%	100,00	100,00	100,00	1.136.103
África	151%	15%	8,25	5,77	4,08	46.316
Costa do Marfim	1038%	40%	0,63	2,01	1,49	16.877
Burkina Faso	-97%	277%	1,71	0,01	0,29	3.261
América	302%	47%	51,52	57,62	46,23	525.213
América Central	275%	18%	37,22	38,88	23,71	269.385
México	247%	14%	37,19	35,95	20,77	236.004
Guatemala	486% ¹	58%	0,00	1,78	1,80	20.490
Caribe	10%	7%	6,18	1,90	1,11	12.613
Haití	14%	-18%	5,06	1,60	0,74	8.408
América do Sul	645%	107%	8,12	16,84	21,41	243.215
Brasil	1060%	73%	2,93	9,48	10,23	116.271
Perú	710%	292%	1,56	3,53	7,26	82.512
Equador	19485%	62%	0,05	2,76	3,64	41.379
Ásia	147%	170%	36,81	25,36	37,89	430.488
Índia	95%	513%	12,26	6,67	21,20	240.858
Paquistão	157%	28%	9,35	6,69	5,46	62.057
Tailândia	83%	597%	3,62	1,85	5,37	61.026
Filipinas	171%	-32%	8,20	6,19	2,38	27.068
Israel	496%	69%	0,82	1,36	1,46	16.591
Iêmen	-	219%	0,00	0,52	1,00	11.404
China	45336%	100%	0,01	0,88	0,44	4.943
Europa	1101%	107%	3,36	11,25	11,79	133.955
Holanda	919%	134%	2,30	6,53	7,09	80.598
Bélgica	-	38%	0,00	0,00	1,70	19.327
França	2348%	90%	0,29	1,96	1,51	17.165
Espanha	115825%	42%	0,00	0,82	0,58	6.558
Alemanha	1130%	216%	0,11	0,38	0,53	6.040
Oceania	-73%	1771%	0,06	0,00	0,01	131

Fonte: FAOSTAT, 1990-2007

¹ As exportações iniciaram em 1993.

Tabela A10: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Importação de Manga, Mangostões e Goiabas no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Importadores de Manga, Mangostões e Goiabas, 2007

Mundo, Continente, País	Taxa de Crescimento (%)		Participação (%) na Importação Mundial			Importações (toneladas)
	1990-1999	2000-2007	1990	2000	2007	2007
Mundo	266%	45%	100,00	100,00	100,00	901.218
África	1263%	-11%	0,03	0,13	0,56	5.066
América	272%	24%	38,97	39,62	33,88	305.347
América do Norte	270%	26%	38,30	38,78	32,76	295.231
E.U.A.	270%	26%	38,30	38,78	32,76	295.231
América Central	1822%	271%	0,04	0,23	0,70	6.313
Caribe	-71%	49%	0,62	0,05	0,05	430
América do Sul	3281%	-61%	0,00	0,56	0,37	3.373
Ásia	205%	28%	34,33	28,60	26,76	241.194
Emirados Árabes Unidos	160%	21%	11,97	8,51	5,22	47.038
Arábia Saudita	62%	61%	3,60	1,59	5,07	45.660
Malásia	254%	14%	4,65	4,50	2,56	23.087
Iêmen	-	228810% ¹	-	-	2,54	22.891
Hong Kong	417%	-30%	4,07	5,75	2,53	22.783
Singapura	93%	28%	4,72	2,48	2,15	19.405
Japão	61%	30%	3,57	1,57	1,39	12.495
Nepal	-	80413%	-	0,06	1,34	12.077
Kuwait	122%	69%	1,23	0,75	1,20	10.814
Jordânia	328200%	72%	0,00	0,58	0,63	5.633
Europa	334%	91%	26,66	31,64	38,79	349.557
Holanda	580%	81%	6,03	11,22	12,41	111.830
Grã-Bretanha	117%	161%	6,76	4,00	6,37	57.381
Alemanha	275%	101%	4,12	4,22	5,19	46.762
França	270%	50%	5,34	5,41	4,37	39.397
Bélgica	-	47%	0,00	0,00	2,63	23.739
Espanha	7408%	81%	0,06	1,13	1,84	16.603
Portugal	820%	50%	0,62	1,55	1,59	14.332
Itália	81%	132%	0,61	0,30	0,54	4.845
Oceania	786%	26%	0,00	0,01	0,01	54

Fonte: FAOSTAT, 1990-2007

Tabela A11: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Produção de Melões no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2008); Principais Produtores de Melões, 2008

Mundo, Continente, País	Taxa de Crescimento (%)		Participação (%) na Produção Mundial			Produção em 2008
	1990-1999	2000-2008	1990	2000	2008	
Mundo	34%	41%	100,00	100,00	100,00	27.637.248
África	48%	22%	7,11	7,25	6,24	1.724.653
Egito	86%	-5%	3,07	4,10	2,74	757.677
Marrocos	13%	78%	2,73	2,12	2,67	736.800
América	42%	21%	15,11	14,82	12,62	3.488.825
América do Norte	23%	-13%	7,62	6,19	3,81	1.054.360
E.U.A.	22%	-13%	7,61	6,14	3,77	1.042.530
América Central	55%	42%	5,02	5,59	5,62	1.553.598
México	23%	-3%	3,85	3,09	2,11	582.288
Guatemala	269%	139%	0,30	0,95	1,61	445.035
Honduras	64%	144%	0,35	0,45	0,78	216.899
América do Sul	69%	63%	2,01	2,41	2,78	766.951
Brasil	193%	144%	0,35	0,72	1,23	340.464
Ásia	38%	54%	61,43	66,25	72,24	19.964.266
China	99%	94%	22,23	37,82	51,82	14.322.480
Turquia	13%	-8%	12,15	9,75	6,33	1.749.935
Irã	-15%	24%	9,18	5,09	4,45	1.230.000
Índia	4%	0%	4,53	3,30	2,33	645.000
Paquistão	17%	-3%	2,06	1,45	0,99	274.664
Arábia Saudita	-16%	124%	0,88	0,54	0,85	236.000
Coréia do Sul	78%	-34%	1,32	1,70	0,80	220.385
Cazaquistão	0%	122%	0,00	0,50	0,78	215.750
Japão	-25%	-34%	3,10	1,63	0,75	208.500
Iraque	-33%	6%	2,30	1,00	0,74	205.852
Europa	8%	9%	15,98	11,22	8,64	2.387.623
Espanha	25%	2%	6,98	5,15	3,70	1.021.800
Itália	51%	14%	2,48	2,92	2,36	653.309
França	5%	-15%	2,26	1,60	0,96	265.576
Oceania	105%	-20%	0,37	0,46	0,26	71.881

Fonte: FAOSTAT, 1990-2008

Tabela A12: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Exportação de Melão no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Exportadores de Melão, 2007

Mundo, Continente, País	Taxa de Crescimento (%)		Participação (%) na Exportação Mundial			Exportações (toneladas)
	1990-1999	2000-2007	1990	2000	2007	2007
Mundo	129%	45%	100,00	100,00	100,00	2.196.222
África	263%	212%	0,80	1,26	2,58	56.673
Marrocos	1913%	228%	0,07	0,64	1,97	43.277
Egito	14017%	728%	0,00	0,20	0,52	11.393
Américas	109%	69%	58,99	53,73	66,87	1.468.559
América do Norte	71%	30%	13,14	9,81	9,31	204.458
E.U.A.	71%	30%	13,14	9,81	9,26	203.320
América Central	106%	76%	40,81	36,70	48,11	1.056.636
Guatemala	133% ¹	131%	0,00	7,23	15,67	344.110
México	29%	-43%	28,89	16,26	6,22	136.513
Panamá	353%	659%	0,75	1,49	7,93	174.259
Honduras	9%	2267%	5,12	2,44	7,87	172.767
Caribe	546%	-98%	0,93	2,62	0,05	1.053
Costa Rica	313%	28%	5,02	9,07	10,30	226.178
América do Sul	156%	216%	4,11	4,60	9,40	206.412
Brasil	194%	236%	3,11	3,99	9,31	204.502
Ásia	238%	-30%	9,93	14,67	5,94	130.558
Síria	97%	96%	1,33	1,14	1,54	33.821
Afeganistão	-	2574%	-	0,02	1,28	28.079
Israel	68%	-48%	1,55	1,14	0,40	8.856
Europa	130%	24%	29,59	29,68	24,11	529.461
Espanha	122%	16%	20,52	19,88	15,85	348.199
Holanda	341%	108%	2,00	3,86	3,76	82.663
França	20%	-6%	5,52	2,89	1,79	39.309
Itália	110%	22%	0,76	0,69	0,81	17.825
Bélgica	-	-14%	0,00	0,00	0,79	17.459
Alemanha	766%	326%	0,10	0,36	0,40	8.891
Oceania	120%	-5%	0,68	0,66	0,50	10.971
Austrália	117%	-1%	0,61	0,58	0,49	10.712

Fonte: FAOSTAT, 1990-2007

¹ As exportações iniciaram em 1993.

Tabela A13: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Importação de Melão no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Importadores de Melão, 2007

Mundo, Continente, País	Taxa de Crescimento (%)		Participação (%) na Importação Mundial			Importações (toneladas)
	1990-1999	2000-2007	1990	2000	2007	2007
Mundo	99%	32%	100,00	100,00	100,00	2.043.580
África	474%	79%	0,02	0,06	0,04	857
América	113%	2%	48,87	52,22	41,98	857.856
América do Norte	109%	0%	48,56	51,03	40,26	822.776
E.U.A.	112%	-6%	40,31	42,93	31,91	652.064
Canadá	95%	30%	8,25	8,10	8,35	170.712
América Central	523%	156%	0,23	0,73	1,58	32.231
México	362%	72%	0,18	0,41	0,75	15.266
El Salvador	888%	362%	0,05	0,27	0,68	13.955
Caribe	1061%	3%	0,02	0,13	0,11	2.174
América do Sul	1066%	-90%	0,06	0,33	0,03	675
Ásia	-15%	49%	15,68	6,70	6,32	129.197
Paquistão	-	3650%	0,00	0,00	1,35	27.526
Japão	131%	-23%	2,04	2,37	1,29	26.372
Singapura	-	7%	-	0,81	0,68	13.846
Europa	130%	69%	35,34	40,88	51,50	1.052.386
Grã-Bretanha	64%	34%	11,09	9,16	8,52	174.106
Holanda	160%	143%	5,06	6,61	8,32	170.060
França	322%	35%	2,93	6,22	6,66	136.195
Rússia	-82%¹	328%	0,00	0,88	6,34	129.494
Alemanha	129%	31%	4,89	5,62	5,41	110.466
Espanha	5746%	305%	0,03	1,01	3,24	66.226
Bélgica	-	7%	-	-	2,62	53.561
Portugal	955%	35%	0,33	1,75	2,42	49.454
Itália	186%	50%	0,99	1,43	1,52	30.979
Suíça	2%	-5%	2,96	1,51	1,15	23.491
Suécia	51%	5%	0,94	0,71	0,83	16.994
Dinamarca	219%	53%	0,52	0,83	0,88	18.043
Áustria	-56%	33%	2,37	0,52	0,59	12.022
Oceania	192%	55%	0,09	0,14	0,16	3.284

Fonte: FAOSTAT, 1990-2007

¹ As importações iniciaram em 1992.

Tabela A14: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Produção de Coco no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2008); Principais Produtores de Coco, 2008

Mundo, Continente, País	Taxa de Crescimento (%)		Participação (%) na Produção Mundial			Produção em 2008
	1990-1999	2000-2008	1990	2000	2008	
Mundo	17%	20%	100,00	100,00	100,00	60.713.136
África	4%	-8%	4,26	3,77	2,91	1.766.757
Tanzânia	0%	0%	0,82	0,73	0,61	370.000
Gana	41%	2%	0,52	0,61	0,52	316.000
Moçambique	4%	-40%	0,99	0,88	0,44	265.000
Nigéria	34%	46%	0,28	0,31	0,39	234.000
América	58%	26%	5,93	8,01	8,48	5.147.104
América Central	7%	11%	2,90	2,54	2,36	1.431.766
México	6%	12%	2,50	2,20	2,05	1.246.400
Caribe	22%	17%	0,97	0,95	0,93	567.383
Jamaica	119%	56%	0,18	0,33	0,44	265.600
América do Sul	149%	37%	2,06	4,52	5,18	3.147.955
Brasil	279%	41%	1,12	3,84	4,54	2.759.044
Ásia	15%	22%	85,17	83,88	85,32	51.800.375
Indonésia	24%	28%	28,53	30,00	32,12	19.500.000
Filipinas	10%	18%	25,95	25,58	25,23	15.319.500
Índia	19%	30%	17,02	16,44	17,94	10.894.000
Sri Lanka	12%	-6%	4,53	4,63	3,64	2.210.800
Tailândia	-3%	6%	3,36	2,76	2,44	1.483.927
Vietnã	23%	23%	2,11	1,74	1,79	1.086.000
China	138%	23%	0,21	0,48	0,49	297.911
Malásia	-34%	-38%	2,67	1,45	0,75	455.408
Myanmar	37%	64%	0,43	0,44	0,61	370.000
Oceania	14%	-9%	4,64	4,34	3,29	1.998.900
Papua Nova Guiné	58%	-34%	1,52	2,03	1,12	677.000
Vanuatu	-22%	24%	0,84	0,49	0,51	307.700
Ilhas Salomão	49%	12%	0,42	0,48	0,45	276.000
Samoa	-6%	11%	0,32	0,28	0,26	155.000

Fonte: FAOSTAT, 1990-2008

Tabela A15: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Exportação de Coco no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Exportadores de Coco, 2007

Mundo, Continente, País	Taxa de Crescimento (%)		Participação (%) na Exportação Mundial			Exportações (toneladas)
	1990-1999	2000-2007	1990	2000	2007	2007
Mundo	9%	65%	100,00	100,00	100,00	365.997
África	103%	104%	3,46	6,45	5,94	21.726
Costa do Marfim	117%	86%	3,11	6,20	5,25	19.211
Américas	-28%	11%	35,14	23,26	12,74	46.626
América do Norte	-11%	-24%	1,37	1,12	0,42	1.549
Estados Unidos da América	-26%	-8%	1,37	0,93	0,42	1.526
América Central	-40%	61%	14,09	7,71	4,11	15.060
México	146%	10%	3,07	6,93	2,61	9.549
Guatemala	-95%	2977%	8,52	0,36	1,40	5.139
Caribe	-24%	-18%	18,40	12,85	6,28	23.000
República Dominicana	-24%	-17%	17,07	11,90	6,05	22.158
América do Sul	36%	169%	1,28	1,59	1,92	7.017
Venezuela	50%	160%	1,03	1,43	1,58	5.769
Brasil	-58%	-23%	0,22	0,09	0,05	189
Ásia	25%	77%	55,32	63,49	76,78	280.995
Vietnã	1011% ¹	166%	-	1,40	28,88	105.682
Indonésia	102970%	164%	0,02	21,32	21,18	77.515
Sri Lanka	2%	45%	13,51	12,70	11,49	42.059
Tailândia	77%	105%	3,03	4,94	9,11	33.334
Índia	7875% ¹	1151%	0,00	0,18	1,89	6.932
Malásia	-51%	-72%	31,65	14,28	1,85	6.783
Filipinas	-79%	93%	5,27	1,03	1,26	4.628
Emirados Árabes Unidos	-	245% ²	-	-	0,68	2.482
Europa	29%	55%	4,98	5,92	4,09	14.984
Holanda	30%	10%	3,98	4,75	2,25	8.225
França	87%	840%	0,10	0,18	0,52	1.899
Bélgica	0%	426%	0,00	0,00	0,41	1.495
Grã-Bretanha	19%	53%	0,20	0,22	0,20	738
Oceania	-13%	86%	1,10	0,88	0,46	1.666
Samoa	44%	81%	0,26	0,34	0,29	1.061

Fonte: FAO, 1990-2007

¹ As exportações iniciaram em 1991.

² As exportações iniciaram em 2002.

Tabela A16: Taxa de Crescimento, Percentual de Participação na Importação de Coko no Mundo, Continentes e Países (1990 - 2007); Principais Importadores de Coko, 2007

Mundo, Continente, País	Taxa de Crescimento (%)		Participação (%) na Importação Mundial			Importações (toneladas)
	1990-1999	2000-2007	1990	2000	2007	2007
Mundo	25%	92%	100,00	100,00	100,00	353.516
África	104%	16%	2,79	4,56	3,14	11.098
Burkina Faso	-88%¹	258800%	0,00	0,02	1,46	5.178
América	39%	53%	18,02	20,05	15,04	53.157
América do Norte	119%	30%	7,34	12,86	9,55	33.750
E.U.A.	119%	34%	5,97	10,44	8,23	29.090
Canadá	121%	11%	1,37	2,42	1,32	4.658
América Central	-60%	184%	8,65	2,78	1,60	5.665
El Salvador	-62%	291%	8,65	2,62	1,58	5.573
México	-	-99%	-	0,01	0,001	2
Caribe	17%	11%	1,62	1,52	0,99	3.495
Aruba	23125%	33%	0,00	0,92	0,76	2.672
América do Sul	768%	172%	0,42	2,89	2,90	10.247
Colômbia	1398%	142%	0,19	2,31	1,88	6.660
Ásia	31%	134%	54,02	56,69	66,06	233.536
China	343%	187%	3,66	12,97	32,14	113.621
Malásia	11835%	255%	0,22	20,68	11,43	40.400
Singapura	-78%	174%	27,79	4,94	7,45	26.351
Paquistão	-42%	183%	4,32	2,02	6,08	21.489
Hong Kong	-28%	-27%	11,93	6,88	2,13	7.526
Emirados Árabes Unidos	43%	-68%	3,77	4,29	1,06	3.755
Arábia Saudita	-	90%	-	-	0,78	2.740
Omã	-	5041% ²	-	-	0,71	2.519
Europa	-10%	39%	24,15	17,47	14,83	52.443
Holanda	-15%	79%	5,97	4,06	3,89	13.766
Grã-Bretanha	-31%	81%	2,96	1,63	2,41	8.503
Itália	-21%	28%	3,71	2,35	1,78	6.277
Alemanha	-51%	30%	3,63	1,43	1,14	4.014
França	70%	-3%	1,71	2,32	1,04	3.659
Espanha	-36%	23%	2,64	1,36	1,03	3.625
Rússia	152% ³	85%	-	0,42	0,52	1.831
Bélgica	-	125%	-	-	0,45	1.575
Oceania	51%	26%	1,02	1,23	0,93	3.282

Fonte: FAO, 1990-2007

¹ As importações iniciaram em 1994.

² As importações iniciaram em 2001.

³ As importações iniciaram em 1993.

Tabela A17: Fluxo Interestadual do Vale do Submédio do São Francisco BA/PE – Melão, Uva, Coco-da-baía e Manga – Saídas (R\$) - 2006

UF	MELÃO	UVA	COCO	MANGA	TOTAL
AC					0,00
AM		77.750,00		40.000,00	117.750,00
AP					0,00
PA		771.565,00			771.565,00
RO		4.200,00			4.200,00
RR					0,00
TO		36.256,00			36.256,00
NORTE	0,00	889.771,00	0,00	40.000,00	929.771,00
AL		53.206,50		3.060,00	56.266,50
BA	151.923,10	5.567.211,56		597.437,84	6.316.572,50
CE		1.396.824,00	19.700,00	13.737,80	1.430.261,80
MA					0,00
PB		169.498,91		13.329,41	182.828,32
PE		6.969.921,64		9.050.594,79	16.020.516,43
PI		48.817,25		645,50	49.462,75
RN		210.272,20		9.690,00	219.962,20
SE		7.570.882,50	856.450,00	1.701.908,40	10.129.240,90
NORDESTE	151.923,10	21.986.634,56	876.150,00	11.390.403,74	34.405.111,40
DF		757.826,54		105.721,05	863.547,59
GO		206.596,00		31.551,00	238.147,00
MS					0,00
MT					0,00
CENTRO-OESTE	0,00	964.422,54	0,00	137.272,05	1.101.694,59
ES		619.333,50		67.865,50	687.199,00
MG		728.846,80	13.037,00	106.672,14	848.555,94
RJ		6.291.071,45		725.463,91	7.016.535,36
SP		3.778.783,79	2.278.741,36	1.707.694,67	7.765.219,82
SUDESTE	0,00	11.418.035,54	2.291.778,36	2.607.696,22	16.317.510,12
PR		301.333,14	9.100,00	138.304,69	448.737,83
RS		2.569.961,65		258.198,20	2.828.159,85
SC		107.691,29	120.000,00		227.691,29
SUL	0,00	2.978.986,08	129.100,00	396.502,89	3.504.588,97
EX		71.550,84		6.912,00	78.462,84
TOTAL	151.923,10	38.237.849,72	3.297.028,36	14.571.874,90	56.258.676,08

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEFAZ – BA/PE.

Tabela A18: Fluxo Interestadual do Vale do Submédio do São Francisco BA/PE – Melão, Uva, Cocola-baía e Manga – Entradas (R\$) - 2006

UF	MELÃO	UVA	COCO	MANGA	TOTAL
AC					0,00
AM					0,00
AP					0,00
PA		9.786,62	23.876,00	420,00	34.082,62
RO					0,00
RR					0,00
TO					0,00
NORTE	0,00	9.786,62	23.876,00	420,00	34.082,62
AL		105.502,78		16.400,10	121.902,88
BA		17.520.236,39	224.315,85	4.937.055,95	22.681.608,19
CE		1.117.021,10	39.400,00	521.876,17	1.678.297,27
MA		88.802,14			88.802,14
PB		74.838,29		109.773,27	184.611,56
PE		13.292.134,80	8.193,88	16.303.417,21	29.603.745,89
PI		14.186,94		8.685,80	22.872,74
RN		59.929,58		6.416,28	66.345,86
SE		5.582.515,70	37.862,36	2.147.483,92	7.767.861,98
NORDESTE	0,00	37.855.167,72	309.772,09	24.051.108,70	62.216.048,51
DF					0,00
GO			9.621,25		9.621,25
MS					0,00
MT					0,00
CENTRO-OESTE	0,00	0,00	9.621,25	0,00	9.621,25
ES		314.663,77		9.119,90	323.783,67
MG		271.710,77	6.024,38	400.467,88	678.203,03
RJ		251.382,42		74.330,61	325.713,03
SP		2.688.040,20	2.210.787,55	3.878.364,79	8.777.192,54
SUDESTE	0,00	3.525.797,16	2.216.811,93	4.362.283,18	10.104.892,27
PR		1.538.527,11	7.000,00	124.637,32	1.670.164,43
RS		2.564.273,72	428,52	409.013,20	2.973.715,44
SC		1.064.984,77		357.951,81	1.422.936,58
SUL	0,00	5.167.785,60	7.428,52	891.602,33	6.066.816,45
EX					0,00
TOTAL	0,00	46.558.537,10	2.567.509,79	29.305.414,21	78.431.461,10

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEFAZ – BA/PE.

Tabela A19: Fluxo Interestadual do Vale do Submédio do São Francisco BA/PE – Melão, Uva, Coco-da-baía e Manga – Saldo (R\$) - 2006

UF	MELÃO	UVA	COCO	MANGA	TOTAL
AC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AM	0,00	77.750,00	0,00	40.000,00	117.750,00
AP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PA	0,00	761.778,38	-23.876,00	-420,00	737.482,38
RO	0,00	4.200,00	0,00	0,00	4.200,00
RR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TO	0,00	36.256,00	0,00	0,00	36.256,00
NORTE	0,00	879.984,38	-23.876,00	39.580,00	895.688,38
AL	0,00	-52.296,28	0,00	-13.340,10	-65.636,38
BA	151.923,10	-11.953.024,83	-224.315,85	-4.339.618,11	-16.365.035,69
CE	0,00	279.802,90	-19.700,00	-508.138,37	-248.035,47
MA	0,00	-88.802,14	0,00	0,00	-88.802,14
PB	0,00	94.660,62	0,00	-96.443,86	-1.783,24
PE	0,00	-6.322.213,16	-8.193,88	-7.252.822,42	-13.583.229,46
PI	0,00	34.630,31	0,00	-8.040,30	26.590,01
RN	0,00	150.342,62	0,00	3.273,72	153.616,34
SE	0,00	1.988.366,80	818.587,64	-445.575,52	2.361.378,92
NORDESTE	151.923,10	-15.868.533,16	566.377,91	-12.660.704,96	-27.810.937,11
DF	0,00	757.826,54	0,00	105.721,05	863.547,59
GO	0,00	206.596,00	-9.621,25	31.551,00	228.525,75
MS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRO-OESTE	0,00	964.422,54	-9.621,25	137.272,05	1.092.073,34
ES	0,00	304.669,73	0,00	58.745,60	363.415,33
MG	0,00	457.136,03	7.012,62	-293.795,74	170.352,91
RJ	0,00	6.039.689,03	0,00	651.133,30	6.690.822,33
SP	0,00	1.090.743,59	67.953,81	-2.170.670,12	-1.011.972,72
SUDESTE	0,00	7.892.238,38	74.966,43	-1.754.586,96	6.212.617,85
PR	0,00	-1.237.193,97	2.100,00	13.667,37	-1.221.426,60
RS	0,00	5.687,93	-428,52	-150.815,00	-145.555,59
SC	0,00	-957.293,48	120.000,00	-357.951,81	-1.195.245,29
SUL	0,00	-2.188.799,52	121.671,48	-495.099,44	-2.562.227,48
EX	0,00	71.550,84	0,00	6.912,00	78.462,84
TOTAL	151.923,10	-8.320.687,38	729.518,57	-14.733.539,31	-22.172.785,02

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEFAZ – BA/PE.

Tabela A20: Balança Comercial do Brasil, Bahia e Pernambuco, 1991 a 2010 (em US\$)

Ano	Brasil			Bahia			Pernambuco		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1991	31.620.459,00	21.041.458,00	10.579.001,00	1.300.910,00	710.804,00	590.106,00	336.729,00	309.609,00	27.120,00
1992	35.792.986,00	20.544.289,00	15.248.697,00	1.491.273,00	580.533,00	910.740,00	352.431,00	252.650,00	99.781,00
1993	38.554.769,00	25.236.991,00	13.317.778,00	1.450.354,00	708.068,00	742.286,00	345.651,00	465.845,00	-120.194,00
1994	43.545.167,00	33.052.686,00	10.492.481,00	1.720.588,00	849.759,00	870.829,00	372.738,00	517.402,00	-144.664,00
1995	46.506.281,00	49.971.895,00	-3.465.614,00	1.919.192,00	1.385.219,00	533.973,00	574.321,00	794.447,00	-220.126,00
1996	47.746.726,00	53.301.014,00	-5.554.288,00	1.846.130,00	1.420.727,00	425.403,00	341.006,00	817.613,00	-476.607,00
1997	52.990.115,00	61.352.028,00	-8.361.913,00	1.867.596,00	1.683.156,00	184.440,00	372.580,00	917.298,00	-544.718,00
1998	51.139.862,00	57.763.476,00	-6.623.614,00	1.829.457,00	1.500.877,00	328.580,00	362.257,00	916.173,00	-553.916,00
1999	48.012.790,00	49.301.558,00	-1.288.768,00	1.581.213,00	1.469.082,00	112.131,00	265.888,00	735.305,00	-469.417,00
2000	55.118.920,00	55.850.663,00	-731.743,00	1.943.780,00	2.241.956,00	-298.176,00	284.248,00	936.026,00	-651.778,00
2001	58.286.593,00	55.601.758,00	2.684.835,00	2.121.869,00	2.285.946,00	-164.077,00	335.462,00	1.028.607,00	-693.145,00
2002	60.438.653,00	47.242.654,00	13.195.999,00	2.412.278,00	1.877.628,00	534.650,00	319.996,00	843.989,00	-523.993,00
2003	73.203.222,00	48.325.567,00	24.877.655,00	3.260.882,00	1.945.222,00	1.315.660,00	411.137,00	795.969,00	-384.832,00
2004	96.677.497,00	62.835.616,00	33.841.881,00	4.066.036,00	3.020.720,00	1.045.316,00	517.549,00	758.773,00	-241.224,00
2005	118.529.184,00	73.600.376,00	44.928.808,00	5.989.260,00	3.351.096,00	2.638.164,00	786.051,00	805.933,00	-19.882,00
2006	137.807.470,00	91.350.841,00	46.456.629,00	6.773.299,00	4.475.039,00	2.298.260,00	781.046,00	1.024.745,00	-243.699,00
2007	160.649.073,00	120.617.446,00	40.031.627,00	7.408.729,00	5.414.598,00	1.994.131,00	870.557,00	1.720.082,00	-849.525,00
2008	197.942.443,00	172.984.768,00	24.957.675,00	8.696.170,00	6.309.577,00	2.386.593,00	935.742,00	2.460.592,00	-1.524.850,00
2009	152.994.743,00	127.647.333,00	25.347.410,00	7.010.800,00	4.612.736,00	2.398.064,00	823.972,00	1.980.497,00	-1.156.525,00
2010	201.915.285,00	181.648.676,00	20.266.609,00	8.886.017,00	6.609.775,00	2.276.242,00	1.112.498,00	3.272.651,00	-2.160.153,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SECEX/MDIC